FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

FUNBIO

RELATÓRIO ANUAL 2021

SUMÁRIO

3 Carta do presidente
4 Perspectivas
5 Missão, visão e valores
6 Nossos 25 anos
9 Nossos projetos
10 Em números
12 Nossas conexões
13 Linhas temáticas
14 Objetivos e contribuições
16 Em 2021
19 O FUNBIO
19 Como trabalhamos
20 Doadores 2021
21 Organograma
22 Governança
23 Transparência
24 Comitê de ética
25 Políticas de salvaguarda
26 Agências Nacionais FUNBIO
27 Quem somos
29 Diversidade na conservação
33 Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro

41 UNIDADE DE DOAÇÕES

42 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
45 COPAÍBAS – Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado
49 REM MT – Programa Global REDD Early Movers (REM) – Mato Grosso
53 GEF MAR – Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
55 LIXO MARINHO EM SP – Plano de Monitoramento e Avaliação do Lixo Marinho em São Paulo
56 MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO NOVO
57 GEF TERRESTRE – Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal
59 MATA ATLÂNTICA – Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica
61 FUNDO AMAPÁ
62 FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR
63 TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA
67 FUNDO KAYAPÓ
69 PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO – Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado
70 PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II – Parceria para a Implementação do Parque Ecológico Mico-leão-dourado NOVO
72 PROBIO II – Fundo de Oportunidades do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade
74 UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU
75 RRF AMAZÔNIA – Estratégia Articulada para o Apoio a Emergências Etnoambientais na Amazônia Brasileira NOVO
76 FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL NOVO
78 CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL – Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
80 GCF TASK FORCE – Força-Tarefa para o Clima e Florestas NOVO

81 UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

82 EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda Voltados para a Qualidade Ambiental das Comunidades Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro
84 PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA – Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro
88 CONSERVAÇÃO DA TONINHA – Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I)
92 APOIO A UCS – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo
94 TAJ PARANAGUÁ – Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná NOVO
95 TCSA PORTO SUL
97 TAC ALSUB – Termo de Ajustamento de Conduta Almoxarifados Submarinos NOVO
98 TAC CORAL-SOL NOVO
99 FMA/RJ – Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro
100 VOLTA VERDE – Programa de Conservação da Natureza de Volta Redonda
101 JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA

102 AGÊNCIA GEF FUNBIO

103 PRÓ-ESPÉCIES – Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

106 Créditos

NUM CAMINHO CADA VEZ MAIS SUSTENTÁVEL

Na sequência de um 2020 atípico, marcado pela emergência da pandemia, 2021 se caracterizou por avanços importantes relacionados à segurança sanitária e ao retorno à normalidade. No FUNBIO, a assinatura de novas e robustas iniciativas de conservação de norte a sul do Brasil foi um passo significativo e também um indicativo da necessária prioridade e urgência em investir em soluções que intensifiquem e assegurem práticas rumo ao desenvolvimento cada vez mais sustentável.

Desde 2021, somos os gestores financeiros do Fundo da Amazônia Oriental, criado pelo governo do Pará para financiar iniciativas que viabilizem a transição para uma economia de carbono neutro. O FAO, que já assegurou recursos para dar início a esse importante trabalho no segundo maior estado do país e participou da COP-26 do Clima, em Glasgow, tem entre seus eixos a restauração florestal, de crescente relevância no portfólio do FUNBIO.

Só nos últimos dois anos a restauração florestal foi o tema de um terço das chamadas realizadas pelo FUNBIO, o que totaliza cerca de R$ 60 milhões e abrange áreas na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pantanal e no Pampa. Dez mil hectares, ou dez mil campos de futebol, e diferentes modalidades técnicas, segundo as particularidades de cada área. Esse conhecimento assegura ganhos de eficiência e melhores resultados nesta que é a Década de Restauração, estabelecida pela Organização das Nações Unidas.

Ainda sobre a Amazônia, outra importante iniciativa também participou da COP-26: o Consórcio da Amazônia Legal, uma iniciativa inédita de todos os nove governadores da Amazônia Legal, unidos em torno da implementação de ações de conservação no bioma. Desde 2019 somos parceiros do Consórcio e, no ano passado, com apoio da Embaixada da França no Brasil, teve início a elaboração de um plano integrado de controle do desmatamento ilegal.

Entre os projetos assinados em 2021 estão também iniciativas com recursos com origem em obrigações legais. Já em 2009, desenhamos um primeiro mecanismo financeiro para viabilizar com eficiência e transparência o uso da compensação ambiental em Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro, o Fundo da Mata Atlântica. E, nos anos seguintes, passamos a fazer a gestão de outros projetos financiados por recursos de obrigações legais, que já viabilizaram o apoio à conservação de espécies, fomento à economia local, resgate e reforço de atividades tradicionais.

E, em uma renovação de parceria com a Embaixada da Noruega no Brasil, tem início um novo projeto sobre um dos maiores desafios do século, o lixo marinho. Ele estenderá a bem-sucedida experiência inicial em São Paulo para quatro outros estados: Rio de Janeiro, Amapá, Bahia e Paraná, e gerará subsídios para criar e guiar ações para enfrentar o problema.

Convido vocês a lerem este relatório de atividades de um 2021 que, temos certeza, marca o reinício de uma normalidade que, esperamos, será mais consciente e sustentável.

JOSÉ BERENGUER
Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

NUM FUTURO DE BOAS ESCOLHAS

Desde sempre, a ideia de viajar no tempo encanta roteiristas e escritores, que já a transformaram em filmes e livros que ora visitam o passado, ora o futuro. Na vida real, transitar pelo tempo não é possível. Mas, na constante pressa que caracteriza o presente, marcos nos lembram do que foi planejado, daquilo que foi feito e do que ainda é preciso fazer para assegurar o futuro. Evitar o chamado ponto sem retorno a partir do qual, prevê a ciência, conviveremos com eventos cada vez mais extremos, resultantes de modelos de desenvolvimento imediatistas e predatórios.

Em 2022, celebramos um marco: há exatos 30 anos, em junho de 1992, o Rio de Janeiro reunia delegações de mais de 150 países para uma discussão até então inédita: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Eco-92, ou Rio-92, como ficou conhecida, propunha discutir um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, que aliasse economia, meio ambiente e bem-estar da população. Dela derivam as convenções sobre Diversidade Biológica, a do Clima e a de Combate à Desertificação. E o nascimento do FUNBIO está diretamente ligado à Rio-92: fomos criados, e há 26 anos trabalhamos, para apoiar a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil. E, assim, conservar o futuro.

Trinta anos depois, é evidente a relação entre as convenções, a urgência das mudanças, tornadas ainda mais visíveis em imagens de incêndios, enchentes, perdas na agricultura e desamparo descomunais. Neste ano, intensificaremos e ampliaremos parcerias e abordagens e, assim, esperamos que as discussões iniciadas há três décadas se traduzam em mais e contínuas iniciativas: diálogos com advogados públicos são parte integrante do programa Copaíbas e serão tema de uma série de discussões *on* e *offline*. Em outra frente, a mesma iniciativa conta já com a parceria dos governos de Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Mato Grosso para o fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs) do Cerrado.

Em 2021, vários estados demonstraram determinação para a transição rumo a uma nova economia. É o caso do Pará, que, com o inovador Fundo da Amazônia Oriental (FAO), já mobiliza parceiros nacionais e internacionais para o fomento à bioeconomia, à restauração florestal e ao uso da terra. No ano passado, o FUNBIO foi selecionado gestor financeiro do FAO, ao qual, a partir de agora, será direcionada toda a nossa experiência de 26 anos.

No Rio de Janeiro, seremos parceiros do estado na restauração florestal com recursos do Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), um bem-sucedido e inovador mecanismo financeiro desenhado pelo FUNBIO para o governo fluminense em 2009. Desde então, o FMA/RJ destina recursos da compensação ambiental a Unidades de Conservação do estado.

E neste 2022, em que, graças à ciência e à resiliência, o mundo avança rumo à normalidade interrompida pela pandemia de covid-19, celebramos também os 20 anos do maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta. O Áreas Protegidas da Amazônia, lançado pelo governo federal num encontro que celebrava a Rio-92, atravessou décadas, cresceu, superou metas e se consolidou como modelo para outros países. O ARPA envolve UCs federais e estaduais e, desde o primeiro dia, tem o FUNBIO à frente de sua gestão financeira.

Se pudéssemos voltar ao passado com a experiência e o conhecimento do presente, possivelmente haveria mais ARPAs em outros biomas, mais florestas teriam sido preservadas, assegurando acesso a patrimônios genéticos de valor inestimável para a humanidade. E, se algum viajante chegar ao futuro, nossa esperança é que se depare com um mundo em que, graças ao esforço, à convicção e à paixão de gente que trabalha pelo meio ambiente, o chamado inicial da Rio-92 tenha transformado o planeta num lugar melhor e mais harmonioso. Tudo dependerá das decisões do presente.

ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária-geral do FUNBIO

MISSÃO

Aportar **recursos estratégicos** para a **conservação da biodiversidade**

VISÃO

Ser referência na **viabilização de recursos estratégicos** e **soluções para a conservação da biodiversidade**

VALORES

O **FUNBIO** é guiado pelos **seguintes valores**:

- Transparência
- Ética
- Efetividade
- Receptividade
- Independência intelectual
- Inovação

UM QUARTO DE SÉCULO DE MUITA HISTÓRIA

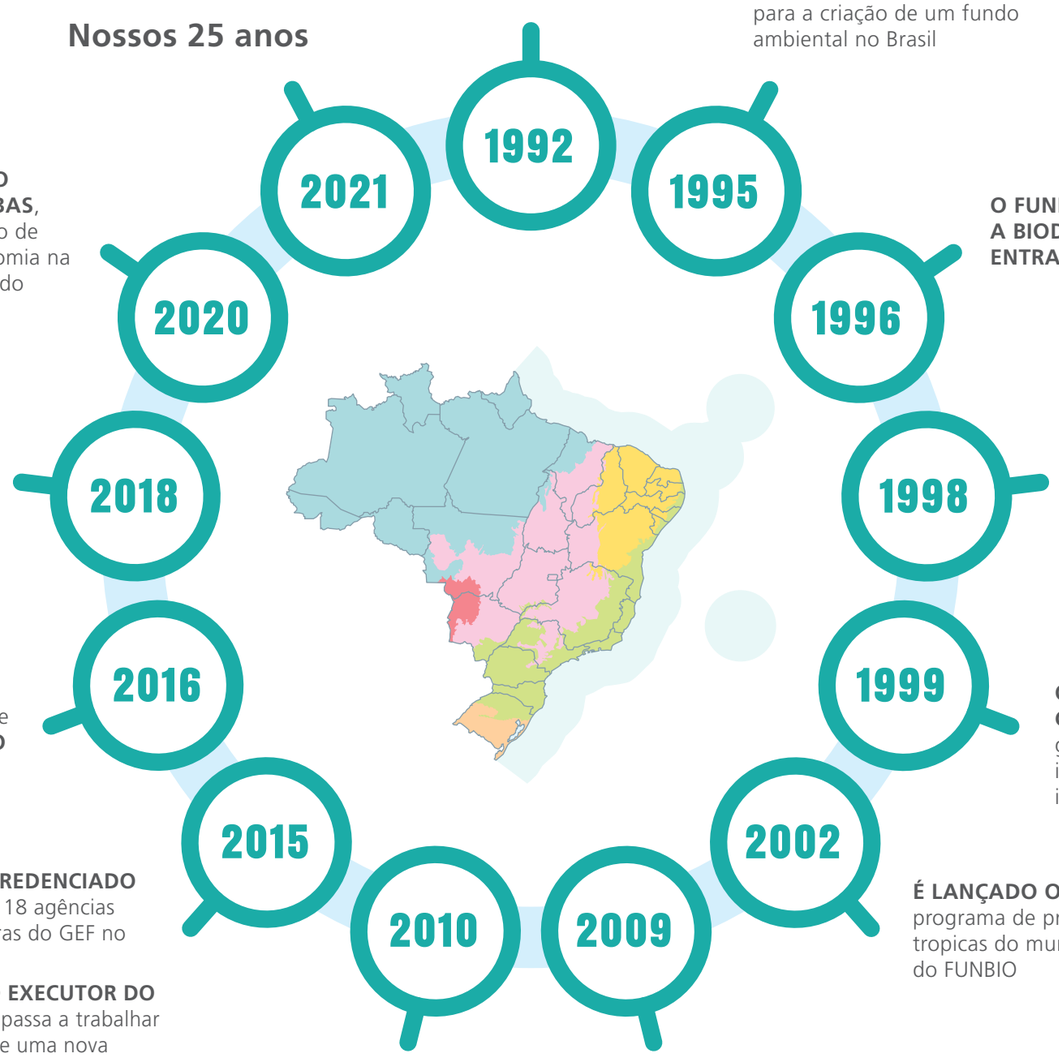
Conheça as principais conquistas do FUNBIO

CLIQUE E ASSISTA!

Em 2021, celebramos 25 anos conservando o futuro. O FUNBIO entrou em atividade em 1996 e, desde então, é movido por conhecimento e inovação, ações e resultados que criaram legados para a conservação da biodiversidade no Brasil. Em parceria com governos, sociedade civil, empresas e academia, trabalhamos para que, hoje e no futuro, esta e futuras gerações vivam num mundo em que desenvolvimento e conservação caminhem cada vez mais juntos.

FUNBIO 25 anos

LINHA DO TEMPO



RIO-92: o primeiro grande evento global sobre meio ambiente insere o tema na agenda mundial

O GEF DOA USD 20 MILHÕES para a criação de um fundo ambiental no Brasil

O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO) ENTRA EM ATIVIDADE

É LANÇADO O PRIMEIRO EDITAL DO programa Fundos de Parceria

O FUNBIO PARTICIPA DA CRIAÇÃO DA REDLAC, ganha CNPJ próprio e deixa as instalações da FGV, onde era incubado

É LANÇADO O ARPA, maior programa de proteção de florestas tropicas do mundo, com gestão do FUNBIO

É ASSINADO O FMA/RJ, mecanismo inovador criado pelo FUNBIO que destina recursos da compensação ambiental a UCs

O FUNBIO É O GESTOR DO TFCA, programa que troca dívidas com o governo dos EUA por investimentos ambientais

- **O FUNBIO É CREDENCIADO** como uma das 18 agências implementadoras do GEF no mundo
- **O FUNBIO É O EXECUTOR DO TAC FRADE**, e passa a trabalhar com recursos de uma nova origem

O FUNBIO, criado originalmente para durar 15 anos, **CELEBRA O 20º ANIVERSÁRIO**

O FUNBIO É CREDENCIADO COMO AGÊNCIA IMPLEMENTADORA DO GCF. E a única ONG no Hemisfério Sul com o título de agência implementadora tanto do GCF quanto do GEF

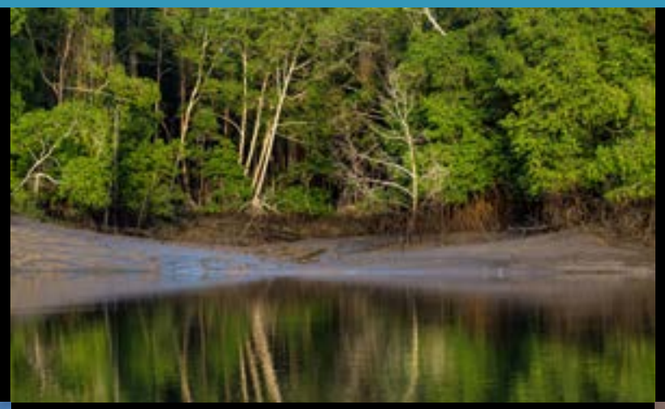
O FUNBIO ASSINA O PROGRAMA COPAÍBAS, voltado à conservação de florestas e à bioeconomia na Amazônia e no Cerrado

FUNBIO

25 anos

“O FUNBIO me ensinou a importância de trabalhar com aquilo em que a gente acredita, porque é aí que está toda a diferença.”

FERNANDA MARQUES, gerente de portfólio de projetos



“Meu grande sonho para a conservação é que a sociedade entenda o quanto a natureza é importante para a qualidade de vida que ela tem e merece ter. Não sei se vou conseguir viver isso na minha vida, mas espero que minhas filhas consigam viver numa sociedade que valorize e entenda a importância do meio ambiente.”

ROSA LEMOS DE SÁ, secretária-geral

“Isso é uma conversa sobre desenvolvimento, sobre que país a gente quer ter no futuro, o que a gente quer deixar para as próximas gerações.”

FÁBIO LEITE, gerente das agências GEF e GCF

“É um grande desafio, a gente toma decisões baseadas no que a gente vê hoje e no que entendemos que será o melhor para a evolução daquele sistema, daquele ambiente ou daquela espécie.”

MAYNE MOREIRA, analista de projetos

“O que a gente demonstra é que conservar o amanhã é um investimento. A sociedade que não é capaz de investir nunca vai ser capaz de mudar sua trajetória no longo prazo.”

MANOEL SERRÃO, superintendente de programas

“O FUNBIO para mim é reconexão com a natureza e, na verdade, é reconexão com a gente mesmo.”

ALEXANDRA VIANA, auditora interna

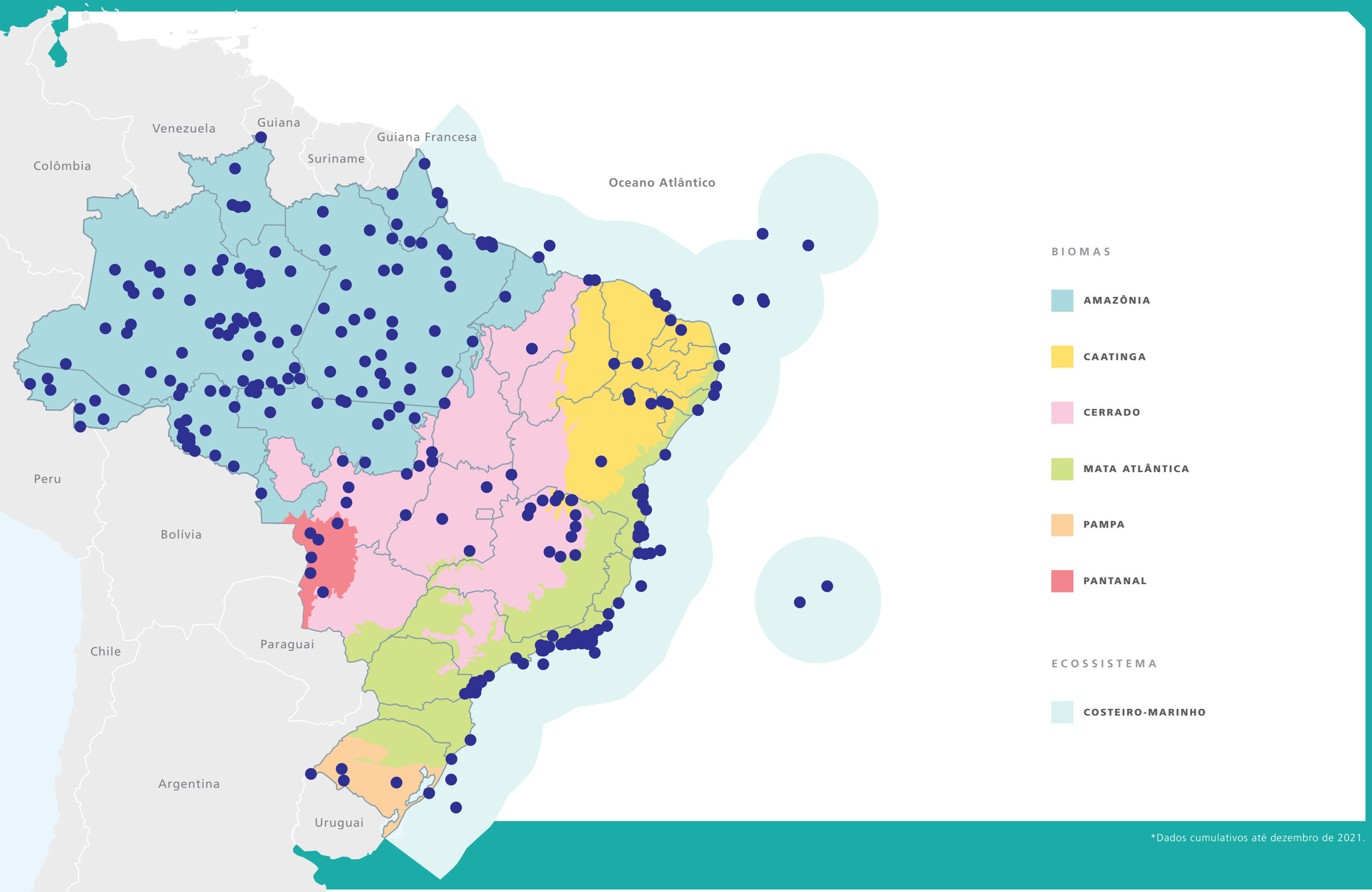
“É muito gratificante crescer junto com uma instituição que faz a diferença.”

FLÁVIA MÓL, coordenadora do administrativo

“O FUNBIO é referência, é exemplo, é transformação. É fazer diferente, é fazer uma coisa que poucos fazem.”

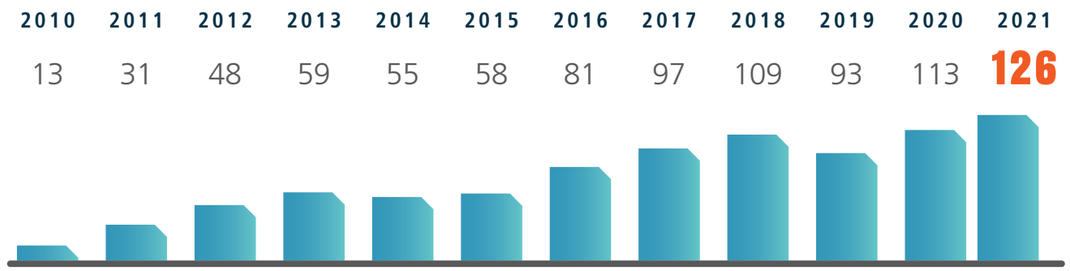
MANUELA MUANIS, gerente de portfólio de projetos

NOSSOS PROJETOS*

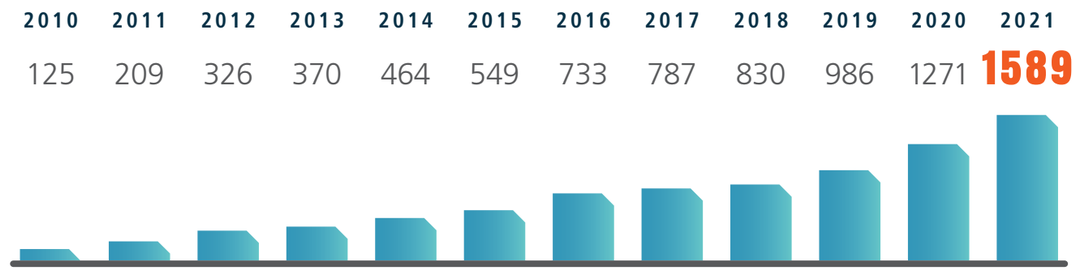


*Dados cumulativos até dezembro de 2021.

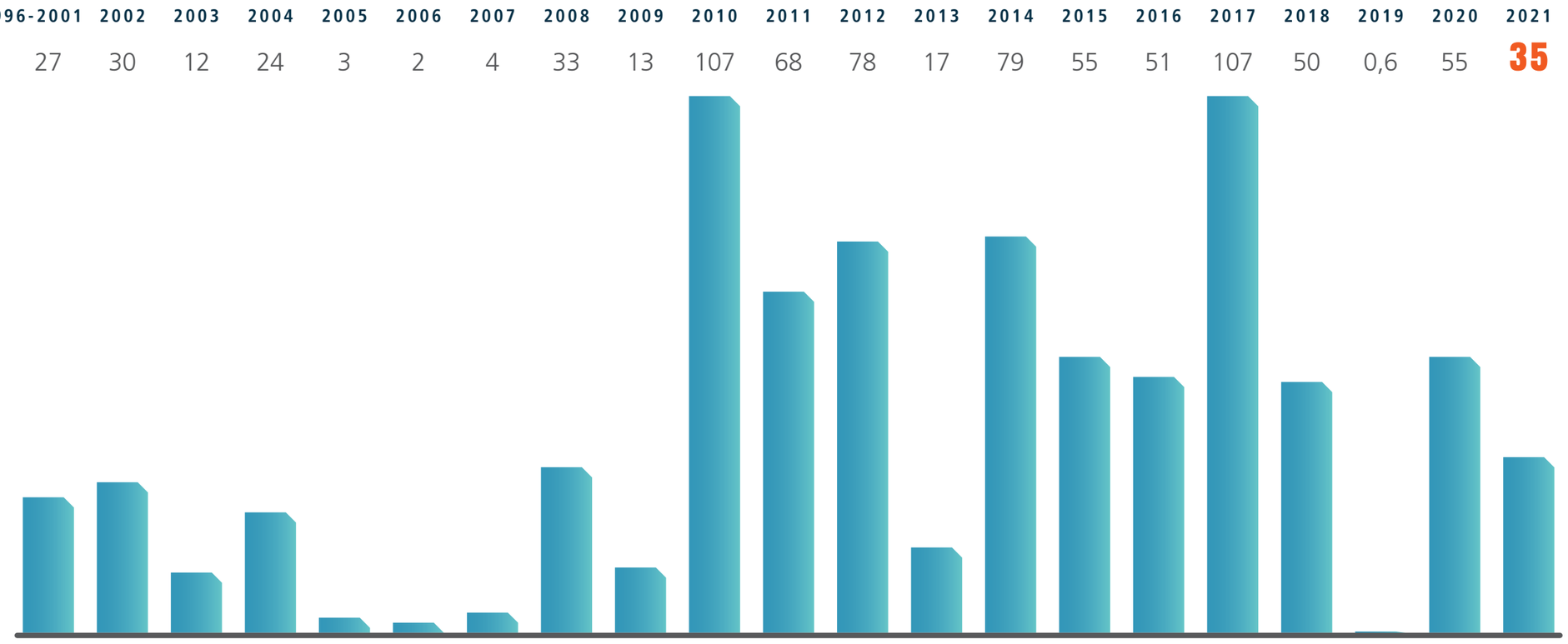
26	**54**	**411**	**305**
ANOS DE ATUAÇÃO	CHAMADAS DE PROJETOS	PROJETOS APOIADOS	INSTITUIÇÕES APOIADAS
950	**66**	**97**	**411**
ESPÉCIES BENEFICIADAS	TERRAS INDÍGENAS APOIADAS	FINANCIADORES	UCS APOIADAS



TOTAL EXECUTADO — EM MILHÕES DE R$



TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO — EM MILHÕES DE R$



VALOR CONTRATADO POR ANO* — EM MILHÕES DE USD

*Valor do projeto convertido para dólar (último dia do mês do contrato)

FINANCIADORES

1 Anglo American
2 Bahia Mineração S.A.
3 Banco Mundial/GEF
4 BID
5 BID/GEF
6 BNDES/FA
7 Cargill Foundation
8 Chevron e PetroRio
9 CI
10 CI/GCF
11 CSN
12 Diversas Empresas
13 Embaixada da França
14 Embaixada da Noruega
15 Estaleiro Brasfels Ltda.
16 Eurofins Foundation
17 ExxonMobil Ltda.
18 GCF
19 GEF
20 Gordon & Betty Moore Foundation
21 Instituto Arapyaú
22 Instituto Clima e Sociedade
23 Instituto humanize
24 KfW
25 KfW/BMU
26 KfW/BMZ
27 L. Figueiredo Empreendimentos Imobiliários
28 Natura S.A.
29 O Boticário Ltda.
30 Petrobras S.A.
31 Rock World S.A.
32 TPAR Operadora
33 Transpetro
34 União Europeia
35 Universidade do Colorado
36 Vale
37 Votorantim
38 WWF-Brasil
39 WWF-US

PROJETOS

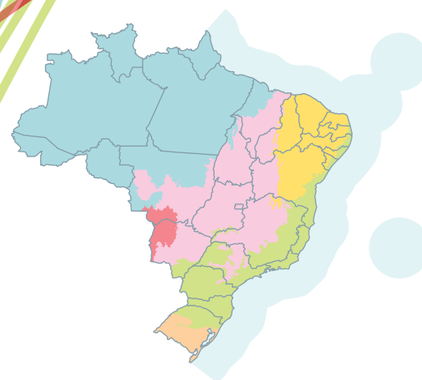
APOIO A UCS	8	③ ④ ⑤
ARPA	1 3 4 6 7 20 24 25 26 28 29 38 39	② ③ ④ ⑤
BOLSAS FUNBIO	16 23	① ⑤
CONSERVAÇÃO DA TONINHA	8	① ③ ④ ⑤
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	12 13 21 22 23	② ③ ④ ⑤
COPAÍBAS	14	③ ④ ⑤
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	8	① ③ ④ ⑤
FMA/RJ	12	② ③ ⑤
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	10	③ ④ ⑤
FUNDO AMAPÁ	10	④ ⑤
FUNDO KAYAPÓ	6 9	③ ④ ⑤
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	12 22	① ② ③ ④ ⑤
GCF TASK FORCE	35	③ ④ ⑤
GEF MAR	3 30	① ② ③ ④ ⑤
GEF TERRESTRE	5	① ③ ④ ⑤
JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA	27	② ③ ④ ⑤
LIXO MARINHO EM SP	14	① ③
MATA ATLÂNTICA	24	③ ⑤
MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO	14	① ③
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO	17	② ⑤
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II	17	② ⑤
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	8	① ③ ④ ⑤
PROBIO II	3 37	② ⑤
PRÓ-ESPÉCIES	3 19	① ③ ⑤
REM MT	26	① ③ ④ ⑤
RRF AMAZÔNIA	34	④ ⑤
TAC ALSUB	30	① ② ③ ④ ⑤
TAC CORAL-SOL	15 30 32 33 36	① ② ③ ⑤
TAJ PARANAGUÁ	30	① ② ③ ⑤
TCSA PORTO SUL	2	① ② ③ ⑤
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA	30	② ④ ⑤
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU	31	② ⑤
VOLTA VERDE	11	② ③ ⑤

PARCEIROS

① ACADEMIA
② EMPRESAS
③ GOVERNO
④ POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
⑤ SOCIEDADE CIVIL

BIOMAS

14 AMAZÔNIA
3 CAATINGA
4 CERRADO
14 COSTEIRO-MARINHO
12 MATA ATLÂNTICA
4 PAMPA
4 PANTANAL



BIOMAS: AMAZÔNIA · CAATINGA · CERRADO · PAMPA · PANTANAL · MATA ATLÂNTICA
ECOSSISTEMA: COSTEIRO-MARINHO

LINHAS TEMÁTICAS

	ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	EQUIDADE DE GÊNERO	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS	GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	MANEJO DE ESPÉCIES	MECANISMOS FINANCEIROS	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	RESTAURAÇÃO FLORESTAL
APOIO A UCS	✓		✓				✓	✓		
ARPA	✓					✓	✓	✓	✓	
BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO			✓		✓	✓		✓	✓	
CONSERVAÇÃO DA TONINHA	✓	✓			✓		✓			
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	✓	✓			✓			✓	✓	✓
COPAÍBAS	✓		✓			✓			✓	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	✓	✓		✓	✓					
FMA/RJ			✓		✓			✓		✓
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR	✓		✓					✓		
FUNDO AMAPÁ	✓			✓	✓			✓		✓
FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL	✓	✓	✓		✓			✓	✓	✓
FUNDO KAYAPÓ	✓	✓		✓	✓	✓		✓		
GCF TASK FORCE	✓	✓							✓	✓
GEF MAR	✓	✓	✓		✓			✓		
GEF TERRESTRE	✓	✓	✓				✓		✓	✓
JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA	✓	✓			✓					
LIXO MARINHO EM SP										
MATA ATLÂNTICA		✓	✓		✓				✓	✓
MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO										
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO					✓					✓
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II					✓					✓
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	
PRÓ-ESPÉCIES		✓		✓	✓		✓			
PROBIO II	✓	✓		✓			✓		✓	✓
REM MT	✓			✓	✓	✓	✓		✓	✓
RRF AMAZÔNIA	✓	✓			✓	✓			✓	✓
TAC ALSUB	✓		✓							
TAC CORAL-SOL					✓		✓	✓		
TAJ PARANAGUÁ			✓							
TCSA PORTO SUL			✓		✓		✓		✓	✓
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA	✓	✓		✓	✓	✓			✓	
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓
VOLTA VERDE					✓					✓

As iniciativas de conservação apoiadas pelo FUNBIO contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) e também para a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). Neste relatório, as páginas dos projetos trazem os ícones que sinalizam as relações com os ODS, a NDC do Brasil e a EPANB.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou a adoção por países membros de 17 ODS a fim de proteger o planeta, acabar com a pobreza e garantir a prosperidade para todos. Eles dão continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e contribuem para o alcance dos que não foram ainda atingidos. O conjunto de medidas vai orientar o Brasil e outros 192 estados membros da ONU nas políticas nacionais e nas atividades de cooperação internacional até 2030.

CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC)

No mesmo ano, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), o compromisso do país com o Acordo de Paris. Ela foi revista em 2020, quando o Brasil se comprometeu a reduzir em 37%, até 2025, emissões de gases de efeito estufa, tendo como ano base 2005, de acordo com o Terceiro Inventário Nacional. A nova versão do inventário substitui a anterior, ambas produzidas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). E, até 2030, em 43%.

ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO NACIONAIS PARA A BIODIVERSIDADE (EPANB)

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) tem como missão promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com repartição equitativa de benefícios do uso genético. Foi criada pelo governo federal em conjunto com governos estaduais, os setores empresarial e acadêmico e a sociedade civil. Contribui para as metas de biodiversidade do país. Os projetos do FUNBIO contribuem para a EPANB.

OBJETIVOS E CONTRIBUIÇÕES

	1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	14 VIDA NA ÁGUA	15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO		
APOIO A UCS													✓	✓	✓		✓	✓	✓
ARPA		✓			✓	✓							✓		✓		✓	✓	✓
BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO				✓									✓	✓	✓		✓		✓
CONSERVAÇÃO DA TONINHA														✓			✓		✓
CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL	✓	✓							✓			✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
COPAÍBAS	✓	✓						✓					✓		✓		✓	✓	✓
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		✓			✓									✓			✓		✓
FMA/RJ						✓							✓	✓	✓		✓	✓	✓
FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR								✓				✓	✓	✓	✓		✓		✓
FUNDO AMAPÁ		✓						✓					✓		✓		✓	✓	✓
FUNDO AMAZÔNIA ORIENTAL	✓	✓				✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
FUNDO KAYAPÓ		✓			✓								✓		✓		✓		✓
GCF TASK FORCE		✓					✓					✓					✓	✓	✓
GEF MAR		✓			✓			✓						✓			✓		✓
GEF TERRESTRE													✓		✓		✓	✓	✓
JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA								✓				✓			✓		✓	✓	✓
LIXO MARINHO EM SP			✓											✓			✓		✓
MATA ATLÂNTICA													✓		✓		✓	✓	✓
MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO			✓											✓			✓		✓
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO								✓					✓		✓		✓	✓	✓
PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II								✓					✓		✓		✓	✓	✓
PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA					✓							✓		✓			✓		✓
PRÓ-ESPÉCIES														✓	✓		✓		✓
PROBIO II		✓			✓	✓	✓					✓	✓		✓		✓	✓	✓
REM MT		✓			✓			✓				✓	✓		✓		✓	✓	✓
RRF AMAZÔNIA	✓	✓	✓		✓		✓			✓		✓	✓			✓	✓	✓	✓
TAC ALSUB								✓			✓	✓	✓	✓			✓		✓
TAC CORAL-SOL														✓			✓		✓
TAJ PARANAGUÁ														✓	✓		✓	✓	✓
TCSA PORTO SUL						✓							✓	✓	✓		✓	✓	✓
TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA					✓								✓		✓		✓		✓
UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU					✓	✓							✓		✓		✓	✓	✓
VOLTA VERDE											✓				✓		✓	✓	✓

EM 2021

JANEIRO

- Início do projeto **Tradição e Futuro na Amazônia**, com apoio do Programa Petrobras Socioambiental. Com foco na preservação e na valorização dos conhecimentos tradicionais dos Kayapó, promove a conservação da biodiversidade por meio do aprimoramento da gestão territorial e ambiental nas Terras Indígenas (TIs) da etnia.

- Anúncio do apoio da Fundação Eurofins ao **programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro** na edição de 2021.

FEVEREIRO

- **Com apoio do GEF Terrestre**, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE) inicia mapeamento inédito de espécies no Monumento Natural (MONA) do Rio São Francisco (AL, SE, BA) para diagnóstico e avaliação do risco de extinção de espécies da fauna na Caatinga.

MARÇO

- **Com apoio do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira** é lançado o "Guia de Consumo Sustentável de Pescado Marinho", que orienta compradores, considerando risco de extinção, contaminação por poluentes e sobrepesca.

ABRIL

- **O FUNBIO é o gestor das ações de conservação com recursos do Termo de Ajustamento de Conduta Almoxarifados Submarinos (TAC ALSUB)**, firmado entre a Petrobras e o Ministério Público Federal (MPF). O projeto terá atuação prioritária na Costa Verde do Rio de Janeiro.

EM 2021

MAIO

- **O FUNBIO abre a primeira chamada de projetos de 2021**. Até o fim do ano foram realizadas cinco chamadas e cinco manifestações de interesse.

JUNHO

- **O FUNBIO completa 25 anos**: duas décadas e meia dedicadas à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável.

- **Bolsas FUNBIO abre inscrições para sua quarta edição**. Desde 2018 o programa já apoiou 97 projetos de pesquisa de campo em todo o Brasil (60% dos quais liderados por mulheres).

JULHO

- **O projeto Tradição e Futuro na Amazônia apoia uma primeira atividade de campo**, voltada à produção artística e audiovisual entre mulheres de todas as idades e jovens, na aldeia Pukanu, localizada na Terra Indígena (TI) Menkragnoti (MT).

- **O projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica abre primeira chamada** para propostas de recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da cadeia produtiva associados à recuperação do bioma.

- **O FUNBIO é anunciado agente financeiro do Plano de Recuperação Verde (PVR)**, uma iniciativa do Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, iniciativa que reúne de modo inédito todos os governadores da região e que objetiva o desenvolvimento por meio de uma economia verde e tem entre as metas o fim do desmatamento ilegal até 2030.

- **O projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira amplia o escopo de apoio e abre chamada para iniciativas** para a conservação de tubarões e raias ameaçados de extinção no litoral do estado do Rio de Janeiro.

AGOSTO

- **ExxonMobil renova contrato de apoio à Associação Mico-Leão-Dourado**, parceira do FUNBIO em duas iniciativas relacionadas à conservação da espécie. Os recursos são destinados, principalmente, à estruturação do parque ecológico, com mirantes e torre de observação.

- **Recursos do programa REM MT são direcionados para a compra de 100 conjuntos de equipamentos de proteção individual para indígenas**. A medida visa a apoiar o combate a incêndios florestais e proteger Terras Indígenas.

- O financiamento da conservação é tema central de nosso trabalho e de um episódio do **Podcast Proteja**, em que o FUNBIO fala sobre o cenário internacional, novos negócios e obrigações legais.

- **O Fundo Amapá abre uma primeira chamada de projetos** para fomentar cadeias produtivas sustentáveis e a bioeconomia.

EM 2021

SETEMBRO

- **O FUNBIO é selecionado gestor financeiro do inovador Fundo da Amazônia Oriental (FAO)**, mecanismo financeiro criado pelo governo do Pará, que mobilizará recursos privados e da cooperação internacional em prol do fortalecimento das políticas públicas e das iniciativas sociais focadas em meio ambiente e desenvolvimento no estado.

- **A assembleia da RedLAC**, Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe, **tem versão virtual** e o FUNBIO fala na mesa sobre Mobilização de Recursos Bi e Multilaterais.

OUTUBRO

- **O FUNBIO é o gestor do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná**, região de importância ecológica para a preservação da Mata Atlântica e do sistema marinho e costeiro. O programa provém do Termo de Ajustamento (TAJ) firmado em 2012 por Petrobras, ministérios públicos estadual do PR e federal, Estado do PR e Instituto Ambiental do PR.

- **O Projeto de Conservação da Toninha apoia o Toninhathon**, um *hackathon* para engajar estudantes, pesquisadores, pescadores, gestores e sociedade na geração de ideias e soluções criativas para a conservação da toninha e de outras espécies marinhas ameaçadas.

- **O programa COPAÍBAS, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, inicia sua implementação**. A iniciativa é um esforço de redução do desmatamento ilegal no Cerrado e na Amazônia, que impacta as mudanças climáticas. Envolve articulação, áreas protegidas e o uso inédito de inteligência artificial aplicada à comunicação.

NOVEMBRO

- **O projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira destina recursos para a Associação Amigos do Museu Nacional** para a construção de um laboratório de taxidermia e para a aquisição de novos exemplares de espécimes marinhos. A coleção original se perdeu no incêndio de 2018.

- **Com apoio do Conservação da Toninha e idealização do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (Maqua), é lançado o Museu das Toninhas**, espaço virtual interativo que traz a espécie para os holofotes, com direito à realidade virtual, fotos, vídeos e informações completas sobre a espécie.

- **O projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica seleciona 10 instituições** para trabalhar na recuperação de áreas degradadas e no fortalecimento da cadeia produtiva associada.

- **O FUNBIO participa, em Glasgow, da COP26 do Clima**.

- **O FUNBIO executará o novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Coral-Sol**, que prevê o diagnóstico e o monitoramento da biodiversidade da região e a implementação de procedimentos para detecção precoce da espécie invasora, especialmente na Estação Ecológica de Tamoios.

DEZEMBRO

- **É assinado, com financiamento da Embaixada da Noruega no Brasil, projeto que dá continuidade ao Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar (PEMALM)**, estendendo os estudos para Rio de Janeiro, Bahia, Amapá e Paraná.

- **É assinado o projeto Estratégia articulada para o apoio a emergências etnoambientais na Amazônia Brasileira – Rapid RESCUE Amazônia Brasileira, financiado pela Re:wild**. A organização desenvolverá atividades em áreas da floresta amazônica fortemente atingidas por queimadas e desmatamentos.

- **A quarta edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro divulga os bolsistas selecionados**: 37 pesquisas de doutorado e mestrado selecionadas de 23 instituições, com estudos em todos os biomas.

O FUNBIO é uma organização da sociedade civil privada, sem fins lucrativos, criada em 1996 com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e por iniciativa do governo federal para apoiar a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Tem extensa experiência na gestão de projetos e de ativos financeiros oriundos da cooperação internacional, de doações do setor privado e de obrigações legais do setor empresarial brasileiro. O FUNBIO não trabalha com recursos do orçamento público brasileiro. Em 2015, foi acreditado como agência implementadora nacional do GEF e, em 2018, como agência do Fundo Verde do Clima (GCF). Desde 2018, adota as políticas de salvaguardas sociais e ambientais da Corporação Financeira Internacional, IFC. Desde o início das atividades, em 1996, o FUNBIO já apoiou mais de 340 projetos que beneficiaram número superior a 270 instituições em todo o país.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

A área de projetos do FUNBIO está estruturada em três unidades:

UNIDADE DE DOAÇÕES

Projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e acordos bi e multilaterais contratados por meio do governo brasileiro.

UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

Projetos financiados por recursos nacionais com origem em obrigações legais do setor privado: compensações ambientais e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), entre outros.

UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS

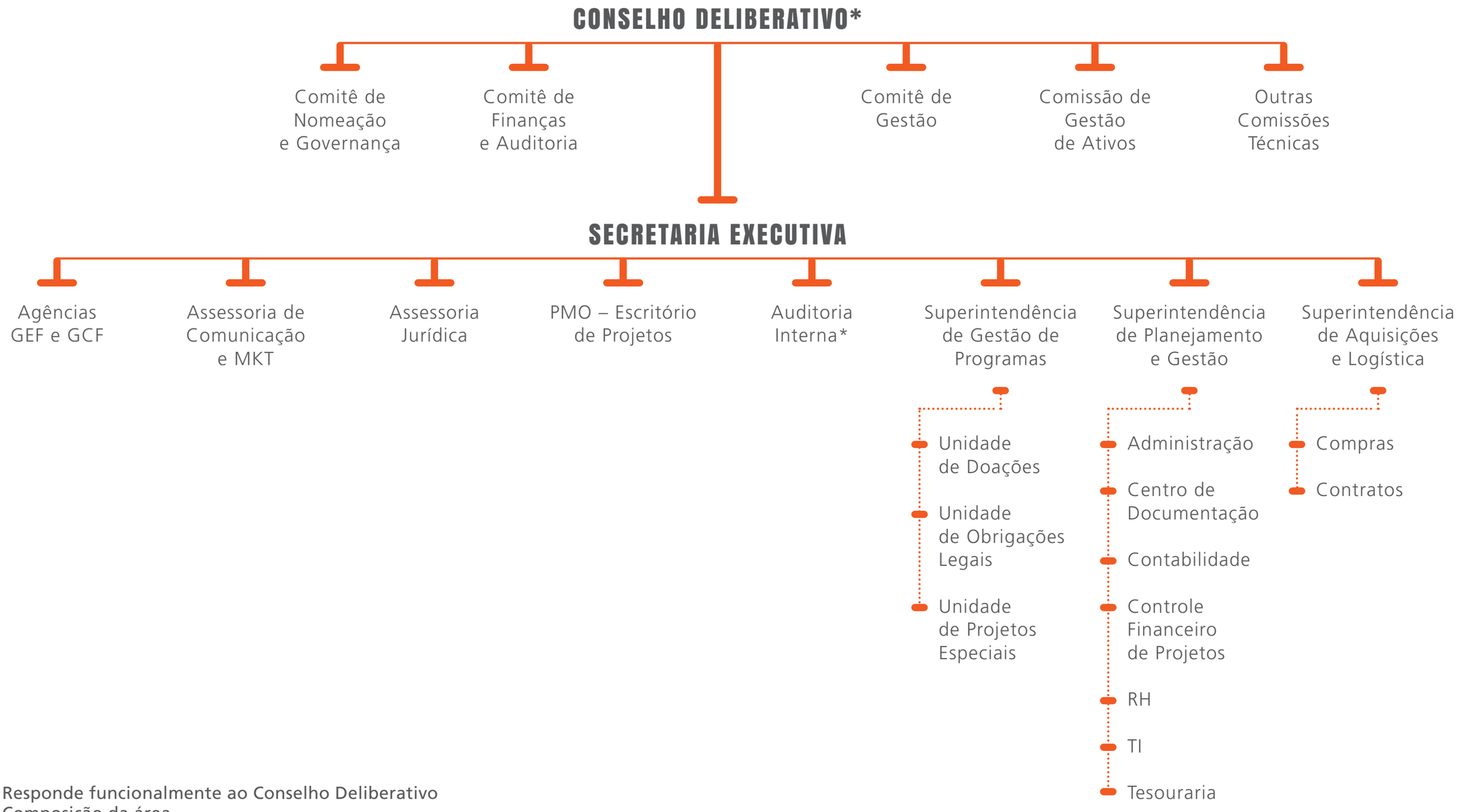
Diagnóstico do ambiente financeiro e desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes financeiras.

ACESSE O SITE DO FUNBIO

DOADORES 2021

- Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.
- Bahia Mineração S.A.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- BP Brasil Ltda.
- Bundesministerium für Umwelt – BMU
- Companhia Siderúrgica Nacional – CSN
- Conservação Internacional – CI-Brasil
- Conservation International Foundation
- Eurofins Foundation
- ExxonMobil Química Ltda.
- ExxonMobil Exploração Brasil Ltda.
- Global Conservation Fund
- Global Environment Facility – GEF
- Gordon & Betty Moore Foundation
- Green Climate Fund – GCF
- Instituto Clima e Sociedade
- Instituto humanize
- KfW Bankengruppe
- L. Figueiredo Empreendimentos Imobiliários
- Linden Trust for Conservation
- Margaret A. Cargill Philanthropies
- Natura Cosméticos S.A.
- Norwegian Agency for Development Cooperation
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs
- O Boticário Franchising Ltda.
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
- Petro Rio Jaguar Petróleo Ltda.
- Re:wild
- Rock World S.A.
- Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do Reino Unido – BEIS
- Serviço de Cooperação e de Ação Cultural da Embaixada da França no Brasil
- União Europeia – EU
- World Bank – Banco Mundial
- WWF-Brasil
- WWF-US

ORGANOGRAMA



* Responde funcionalmente ao Conselho Deliberativo
····· Composição da área

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental. Ele é responsável pela direção estratégica do FUNBIO.

PRESIDENTE

José de Menezes Berenguer Neto

VICE-PRESIDENTE

Danielle de Andrade Moreira

SETOR ACADÊMICO

Ana Maria de Oliveira Nusdeo
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

Bernardo B. N. Strassburg
Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS)

Danielle de Andrade Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Fabio Scarano
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

SETOR AMBIENTAL

Adriana Ramos
Instituto Socioambiental (ISA)

Maria de Lourdes Silva Nunes
Fundação Grupo Boticário

Maria José Gontijo
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)

Valmir Ortega
Conexsus

SETOR EMPRESARIAL

Flavio Ribeiro de Castro
FSB Comunicação

José de Menezes Berenguer Neto
Banco XP

Marianne von Lachmann
Lachmann Investimentos Ltda.

Walter Schalka
Suzano Papel e Celulose

SETOR GOVERNAMENTAL

Eduardo Lunardelli Novaes
Ministério do Meio Ambiente
[até agosto/2021]

Maria Beatriz Palatinus Milliet
Ministério do Meio Ambiente
[a partir de agosto/2021]

Fernando Cesar Lorencini
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [até novembro/2021]

Marcos de Castro Simanovic
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [a partir de novembro/2021]

Marcelo Moisés de Paula
Ministério da Economia

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no link:

ACESSE AUDITORIAS

AUDITORIA EXTERNA

Desde o primeiro ano de atividades, O FUNBIO é auditado por empresas externas independentes. A auditoria externa foi realizada em 2021 pela Ernst & Young. As demonstrações contábeis, todas sem ressalvas, acompanhadas pelos respectivos relatórios dos auditores independentes e de notas explicativas, estão disponíveis no site do FUNBIO.

AUDITORIA INTERNA

O FUNBIO conta desde 2013 com auditoria interna que se aprofunda em aspectos de controle e integridade dos dados contábeis e financeiros. É um instrumento que atravessa todos os níveis da organização, desenvolve adequada relação de trabalho entre as áreas, apoia e promove melhorias nos processos. É referência para a implantação e o engajamento nas melhores práticas de governança organizacional. As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no site do FUNBIO.

COMITÊ DE ÉTICA

Criado em 2013, o Comitê de Ética do FUNBIO é constituído por quatro funcionários, responsáveis por desenvolver o Código de Ética, um documento que estabelece normas e é aprovado pelo Conselho Deliberativo. O mandato dos membros é de dois anos, renováveis por mais dois. O comitê também é responsável pelo treinamento anual dos funcionários. Canais para dúvidas e denúncias podem ser acessados pelo site.

Em 2021, o Comitê de Ética do FUNBIO reuniu-se regularmente para realizar as seguintes atividades:

- O treinamento anual em ética ocorreu em novembro de 2021 e contou com todos os funcionários e colaboradores do FUNBIO, tendo sido realizado *on-line* pela Universidade FUNBIO, dentro do período do dia 10/11/2021 até o dia 23/11/2021 acrescido de atividade interativa *on-line* para os novos funcionários e colaboradores, o que ocorreu no dia 26/11/2021. O treinamento foi focado nos conceitos de ética, no Código de Ética e nas práticas do FUNBIO.
- Em dezembro de 2021 a composição do Comitê de Ética passou a contar com Manuela Muanis em substituição a João Ferraz, cujo mandato com término previsto para setembro de 2021, foi estendido até o mês de novembro de 2021.
- Em 2021, o número de casos avaliados pelo Comitê foram cinco, sendo três denúncias e duas consultas. Os canais de denúncia permaneceram operacionais durante todo o período. As consultas integram relatório em separado e as orientações adicionais podem integrar as capacitações periódicas da equipe do FUNBIO.
- O prazo médio de processamento das denúncias recebidas foi de aproximadamente três meses.

ACESSE O SITE DO FUNBIO

ACESSE O COMITÊ DE ÉTICA

MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA EM 2021

Flavia Neviani Coordenadora
Alexandra Viana Leitão
Heloísa Helena Henriques
João Ferraz [até novembro]
Manuela Muanis [a partir de novembro]

Desde 2018, o FUNBIO adota as políticas de salvaguarda do IFC, International Finance Corporation, membro do Grupo Banco Mundial.

ACESSE AS POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

POLÍTICAS DE SALVAGUARDA AMBIENTAIS E SOCIAIS

Padrões de desempenho — *Performance Standards* (PS):

- PS1 Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
- PS2 Condições de Emprego e Trabalho
- PS3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição
- PS4 Saúde e Segurança da Comunidade
- PS5 Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário
- PS6 Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos
- PS7 Povos Indígenas
- PS8 Patrimônio Cultural

O FUNBIO é a única organização da sociedade civil no Hemisfério Sul credenciada como agência nacional implementadora tanto do GEF quanto do GCF.

GREEN CLIMATE FUND

O Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) foi estabelecido em 2010 para apoiar projetos de enfrentamento às mudanças climáticas. Desde então, já apoiou mais de 100 projetos, que totalizam mais de USD 2 bilhões. Em 2018, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional implementadora do GCF. O FUNBIO, a Caixa Econômica Federal e o BNDES são as primeiras instituições brasileiras credenciadas como agências implementadoras do GCF no Brasil.

ACESSE AGÊNCIA GCF

gef

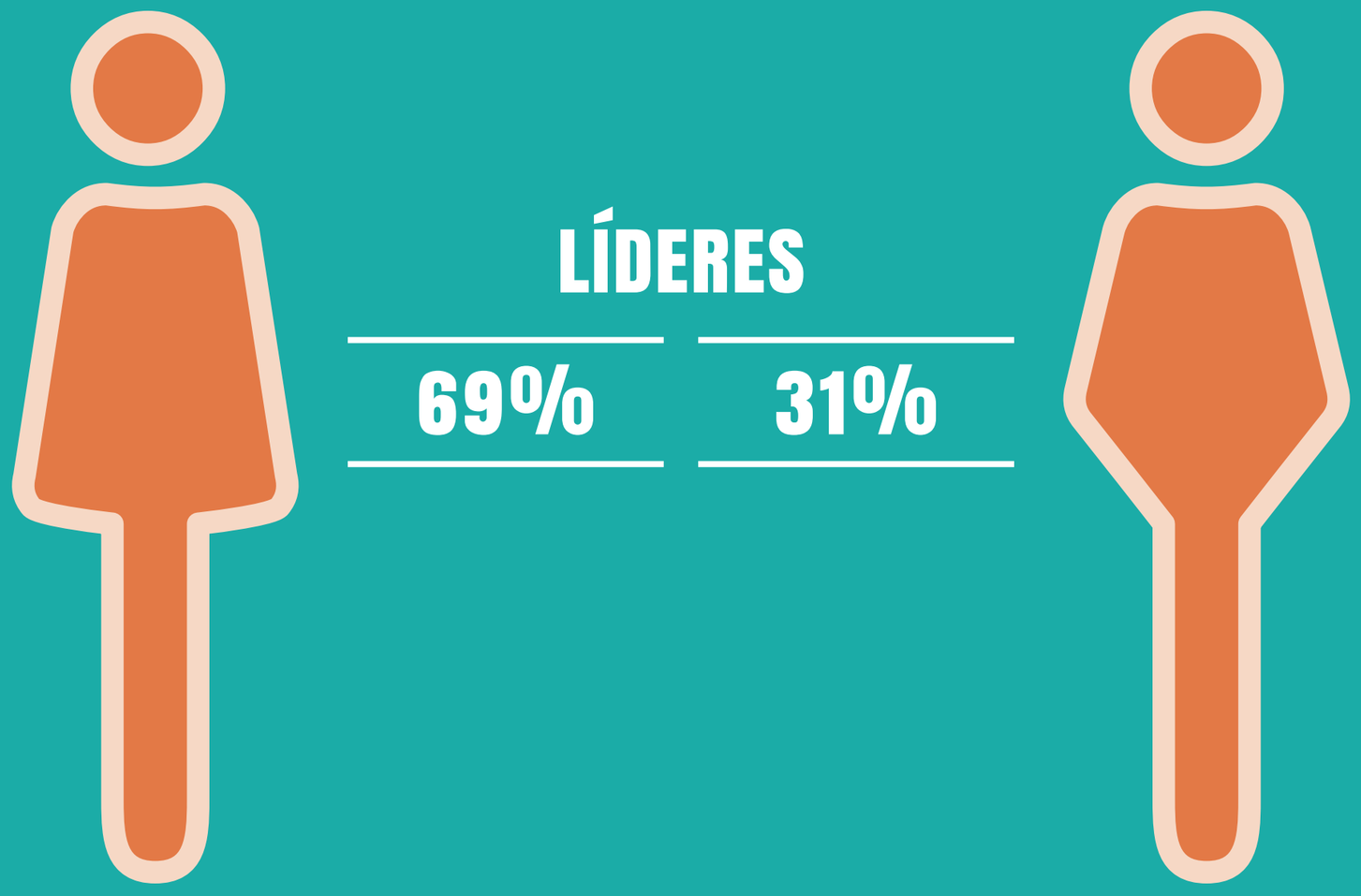
Em 1992, na Rio-92, foi estabelecido o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), para contribuir para a solução de algumas das maiores pressões sobre o meio ambiente. Desde então, o GEF já destinou USD 21,1 bilhões a mais de cinco mil projetos de conservação em 170 países. Hoje, há no mundo 18 agências implementadoras do GEF, que contribuem para o aumento e a diversidade do portfólio. Em 2015, após criteriosa avaliação, o FUNBIO foi credenciado como agência nacional do GEF. Em 2018, teve início o projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies), primeiro projeto da Agência GEF FUNBIO.

ACESSE AGÊNCIA GEF

FUNCIONÁRIOS E ESTAGIÁRIOS

65%

35%



LÍDERES

69%

31%

*A relação inclui funcionários e estagiários que fizeram parte da equipe do FUNBIO em 2021.

QUEM SOMOS

SECRETARIA EXECUTIVA
Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária-geral
Zeni Pinheiro
Assistente

AGÊNCIAS GEF E CCF
Fábio Heuseler Ferreira Leite
Gerente

EQUIPE:
Maria Vitória Elicher Alentejano

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
Helio Yutaka Hara
Gerente

EQUIPE:
Ana Clara Dias Gualda Pereira
Isabelle Pereira da Costa
Samira Chain Nascimento
Talissa Silverio Araujo

ASSESSORIA JURÍDICA
Flavia de Souza Neviani
Gerente

EQUIPE:
Alice Regnier Gomide
Paulo Miranda Gomes
Rafaela Luiza Pontalti Giongo

AUDITORIA INTERNA
Alexandra Viana Leitão

PMO – ESCRITORIO DE PROJETOS
Mônica Aparecida Mesquita Ferreira Gerente

EQUIPE:
Julia Annarumma Rocha de Aguiar Coelho

SUPERINTENDENCIA DE PROGRAMAS
Manoel Serrão Borges de Sampaio
Superintendente

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS 1
Fernanda Figueiredo Constant Marques
Gerente do Portfólio
Alexandre Ferrazoli Camargo
Gerente de Projetos
Clarissa Scofield Pimenta
Gerente de Projetos
Daniela Torres Ferreira Leite
Gerente de Projetos
Fabio Ribeiro Silva
Gerente de Projetos
Paula Cavalcanti Ceotto
Gerente de Projetos

EQUIPE:
Ana Claudia Francisco Salomão
Andre Luiz Ferreira Lemos
Fernanda Abduche Correa de Paiva Estrella
Gustavo Menezes Cobelo Lima
Heliz Menezes da Costa
Maiara Duarte Teixeira de Souza
Michelle Tosetti Dantas
Paula Vergne Fernandes
Pedro Alberto Dantas da Silva
Thales Fernandes do Carmo
Vivian Saddock da Silva
Edegar Bernardes Silva

DOAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS 2
Fabiana Servantes Munhoz
Gerente do Portfólio
João Ferraz Fernandes de Mello
Gerente de Projeto

EQUIPE:
Rodolfo Cabral Costa Gomes Marçal
Bruna Valença Godinho
Dante Coppi Novaes
Gabriella Furtado
Mariana Fernandes Gomes Galvão
Mariana Melo Gogola
Mary Elizabeth Lazzarini Teixeira

OBRIGAÇÕES LEGAIS
Manuela Mosse Muanis
Gerente de Portfólio
Ana Helena Varella Bevilacqua
Gerente de Projeto
Mayne Assunção Moreira
Gerente de Projeto

EQUIPE:
Andre Aroeira Pacheco
Bruno Bernardo Ramos
Laura Pires de Souza Petroni
Mariana Gonçalves Tavares
Renan Alves Conceição
Thiago da Fonseca Martins

PROJETOS ESPECIAIS
Andréia de Mello Martins
Gerente de Projetos

SUPERINTENDENCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Aylton Coelho Costa Neto
Superintendente

ADMINISTRAÇÃO
Flávia Mól Machado
Coordenadora

EQUIPE:
Fernanda Luiza Silva de Medeiros
Cláudio Augusto Silvino
Marcio de Vasconcelos Maciel
Matheus Duarte Ramos

CEDOC
EQUIPE:
Natália Corrêa Santos
Ana Maria Rodrigues Martins
Bruno Miceli Parede Pinheiro
Jefferson Luis Mattos Jesus

CONTABILIDADE
Daniele Soares dos Santos Seixas
Coordenadora

EQUIPE:
Flavia Fontes de Souza
Guilherme Brito da Silva
Mariana Ribeiro de Amorim Cabral
Mylena Costa Barbosa Milesi
Nara Anne Brito do Nascimento
Suellen Pereira de Freitas
Thais dos Santos Lima

CONTROLE FINANCEIRO DE PROJETOS
Marilene Viero Coordenadora

EQUIPE:
Ana Paula França Lopes
Camila da Costa Golfetto
Dalissa Granja Villa Nova
Felipe Augusto de Araujo Camello
Felipe Dias Mendes Serra
Igor Santos da Silva
Juliana Siqueira da Silva Schuler
Mayara do Valle Bernardes de Lima
Natalia de Sousa Freire
Priscila Ribeiro Larangeira Freitas
Vanessa Guimarães Ribeiro de Barros
Vanessa Ravaglia Cohen
Vitor da Silva Vieira

RECURSOS HUMANOS
Andrea Pereira Goeb Gerente

EQUIPE:
Barbara Santana da Silva Chagas
Bruna Gabriella de Oliveira Araujo
Fernanda Monsores Lopes
Heloisa Helena Henriques
Leticia Cristina Ferreira

TESOURARIA
Roberta Alves Martins
Coordenadora

EQUIPE:
Luciana Bernardes Natal
Thais de Oliveira Medeiros

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Vinicius de Souza Barbosa
Coordenador

EQUIPE:
Alessandro de Assis Denes
Caroline Cavalcanti de Oliveira Jacobina
Deywid Carvalho Dutra
Igor de Veras Coutinho Soares

SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E LOGÍSTICA
Marcelo Moreira dos Santos
Superintendente

COMPRAS
Fernanda Alves Jacintho Rodrigues da Silva Coordenadora

EQUIPE:
Alessandro Jonady Oliveira
Allan da Silva Cabral
Ana Lucia Oliveira dos Santos
Carolina Torres da Rocha
Denise Tavares Fernandes da Silva
Flavia Avelar Teixeira
Flavio do Sacramento Miguel
Hugo Martins Gomes
Jeanne Caroline Silva Alves
José Mauro de Oliveira Lima Filho
Luiza de Andrade Lima
Marcos Pereira da Rocha
Maria Eduarda dos Santos Domingues
Tatiane Tito Rodrigues
Vinicius Chavão da Cunha de Souza
Viviane dos Santos da Silva
Viviane Ferreira da Costa
Willian dos Santos Edgard

CONTRATOS
Suzana Amora Ramos
Coordenadora

EQUIPE:
Cleyton Oliveira Lima de Souza
Elizangela da Conceição Santos
Luisa Brandt Pinheiro da Silva
Renata da Luz Leandro
Thais Mariano da Silveira de Brito

MULHERES NA CONSERVAÇÃO

Na edição de 2021 do Relatório Anual, apresentamos três mulheres com trajetórias marcadas pela defesa do meio ambiente, das tradições de suas comunidades e da participação feminina em decisões que historicamente são tomadas apenas por homens. As histórias de Maial Paiakan, Cilene dos Santos e Áurea Garcia se cruzaram recentemente com os projetos Tradição e Futuro na Amazônia, Educação Ambiental e GEF Terrestre, respectivamente.

Seja na ciência ou em reuniões comunitárias, a participação feminina ainda está aquém da igualdade tão merecida. Apesar de representarem 51,8% da população brasileira, as mulheres ainda lidam com dificuldades para se inserirem em espaços além dos bastidores. Nesta seção, além de homenagem a elas, retratamos histórias que mostram a força feminina para conquistar seu lugar. E inspirar.

> “Na sociedade indígena o homem é conhecido pela força, mas não por ter um trabalho acima da mulher. Somos iguais, com papéis diferentes. Temos muito valor ali dentro.”
>
> **MAIAL PAIAKAN**, primeira bacharel em Direito do povo Kayapó

> “Queremos cada vez mais mulheres no protagonismo de ações para a conservação do Pantanal, na tomada de decisões. Queremos ser reconhecidas, também, como mulheres pantaneiras.”
>
> **ÁUREA GARCIA**, cofundadora e diretora-geral da Mulheres em Ação pelo Pantanal

> “Decidi criar sozinha a Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas para resgatar a história da nossa cidade. O projeto é uma forma de dar a elas independência profissional e gerar renda para as nossas caiçaras.”
>
> **CILENE DOS SANTOS**, presidente da Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas

MAIAL PAIAKAN

MAIAL PAIAKAN, A PRIMEIRA BACHAREL DO POVO KAYAPÓ

Maial Paiakan. Foto: Acervo pessoal

O título de primeira bacheral Kayapó, formada em Direito, não foi um acaso na vida de **MAIAL PAIAKAN**, aos 32 anos considerada uma das principais lideranças jovens da etnia e referência para centenas de 'menires', como são chamadas as 'mulheres' na língua Kayapó. Com uma infância carregada de cultura e tradições, Maial compreendeu desde cedo a importância de preservar a cultura indígena, sem nunca deixar de lado suas raízes Mebengôkre.

Movida pela vontade de escrever sua própria história na defesa dos direitos indígenas, a jovem saiu aos nove anos da aldeia Aukre, da Terra Indígena Kayapó, no Pará, para estudar no município de Redenção, no mesmo estado. Filha de Paulinho Paiakan, um histórico líder indígena Kayapó, Maial conta com orgulho sua visão de vida, as tradições e o incentivo do pai para que construísse sua trajetória também fora da aldeia.

"Fui uma das primeiras crianças a sair da aldeia para estudar. Meu pai foi muito forte na época. Ele precisou dialogar com toda a comunidade para explicar a minha ida e das minhas irmãs para a cidade. Meu avô paterno, por exemplo, era contra, muito pelo medo da sociedade não indígena e, principalmente, por sermos mulheres", conta.

A preocupação era legítima. Se na sociedade Kayapó mulheres e homens têm papéis e importância definidos dentro das aldeias, a cidade trouxe um choque: a diferença de tratamento em relação a gênero na sociedade não indígena ficou nítida ao longo dos anos, principalmente quando deu os primeiros passos em sua trajetória profissional. Foi ali que percebeu algo que a marcou.

"Muitos trabalhos eram chefiados por homens, mas executados por mulheres. Nas aldeias, as mulheres também têm importância, carregam muito da nossa cultura, são essenciais para transmitir tradições por gerações, por cuidar dos roçados das famílias, por exemplo. Na sociedade indígena o homem é conhecido pela força, mas não por ter um trabalho acima da mulher. Somos iguais, com papéis diferentes. Temos muito valor ali dentro, algo que percebi que não acontecia na cidade. E se é difícil se afirmar como mulher não indígena, imagine para mulheres indígenas? O trabalho é dobrado", diz.

Graduada pela Universidade do Tocantins, a jovem alcançou espaços pouco ocupados por mulheres indígenas: agora é mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará e já passou pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pela Secretaria Especial de Saúde Indígena. Também já assessorou a deputada Joênia Wapichana na Câmara dos Deputados, em Brasília. Maial é consultora do projeto Tradição e Futuro na Amazônia, traduzindo três marcos legais indígenas brasileiros para a língua Kayapó (ver texto na página 63). Tudo para promover a disseminação de informações essenciais para a vida da etnia nas aldeias.

Para ela, seus passos profissionais podem inspirar cada vez mais mulheres indígenas a conquistarem outros espaços, principalmente aqueles que falam sobre direitos dos povos originários. Depois de seis anos em Brasília, Maial viu no último ano a necessidade de retornar à sua aldeia de infância para continuar defendendo o povo Kayapó de outra forma e, assim, retribuir os cuidados daqueles que um dia impulsionaram ao mundo uma jovem indígena promissora.

"Decidi pelo Direito pelo coletivo, para ajudar o meu povo a conhecer e defender nossos direitos. Mas como mulher precisei me provar duas vezes mais na cidade. É uma responsabilidade enorme ser a primeira mulher graduada do povo Kayapó. Isso incentivou outras indígenas a avançarem na educação formal. E quero continuar na defesa do povo Kayapó, estimulando outras indígenas, sendo espelho. Assim como tive minha tia Tuíre, minha irmã e mãe como referências para ir atrás dos meus objetivos. Tenho muito orgulho dessa trajetória."

ÁUREA GARCIA

MULHER PANTANEIRA NOS HOLOFOTES DAS DECISÕES

Áurea Garcia. Foto: Acervo pessoal

A infância foi o despertar da sul-mato-grossense **ÁUREA GARCIA** para a vida no Pantanal. Das histórias contadas por seu pai, que trabalhava em uma fazenda no bioma e sempre voltava para casa carregado de causos, Áurea viu nascer, ainda criança, um forte vínculo afetivo com o lugar que existia somente no seu imaginário. Décadas depois, essa história ganhou forma, o Pantanal virou um dos personagens principais do seu propósito de vida e hoje ela trabalha também pelo reconhecimento da importância das mulheres pantaneiras para a conservação da maior planície inundada do planeta.

"Uma coisa que sempre chamou minha atenção é que em instituições, e até mesmo na literatura, normalmente usam muito o termo 'homem pantaneiro'. Nunca é sobre a população pantaneira, as comunidades tradicionais que incluam também as mulheres", conta. Doutora em Ensino das Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Áurea começou a se interessar mais pelo setor ambiental na década de 1990, quando ingressou em um consórcio e passou a cuidar de um projeto sobre recursos hídricos. "Desde então não deixei mais a área socioambiental", lembra. Foi durante os anos nessa experiência profissional que surgiu o convite para participar de um evento sobre gênero feminino e meio ambiente.

Mas foi em 2000 que a sul-mato-grossense começou a dar os primeiros passos na transformação da realidade do Pantanal e das mulheres que fazem parte de comunidades tradicionais pantaneiras. De um encontro com outras mulheres envolvidas em projetos ambientais nasceu a Mulheres em Ação pelo Pantanal (Mupan), uma organização não governamental (ONG) criada para ampliar a participação feminina em decisões sobre a gestão dos recursos hídricos do bioma. Com o apoio do GEF Terrestre (ver página 57), a ONG também envolve o público feminino em processos para a recuperação das áreas degradadas.

Entre suas atividades, a instituição oferece capacitação para mulheres, por exemplo, para coleta de sementes e produção de mudas. Por ser uma organização pautada pela diversidade, a Mupan também realiza ações com homens, principalmente como forma de normalizar a presença do público feminino em ambientes em que, historicamente, há baixa representatividade. "Trabalhamos juntos para fortalecer o protagonismo e o empoderamento de lideranças e mulheres. Em um projeto da Mupan com famílias, por exemplo, já vimos que nove entre dez casas são chefiadas por mulheres. Como não inseri-las nesses espaços de decisão, de profissionalização?", diz Áurea, complementando:

"Por questões culturais, os homens têm resistência para lidar com o envolvimento de mulheres. Por vezes, elas não têm oportunidade de participar ou, quando têm, não conseguem se manter nesses espaços. Nos projetos que propomos e executamos, consideramos sempre a inclusão de mulheres na discussão como forma de ampliar a participação delas nos processos de gestão dos recursos naturais", diz ela, cofundadora e diretora-geral da Mupan.

Uma das falas mais emblemáticas e recompensadoras ouvidas pela sul-mato-grossense foi ao final de uma das oficinas oferecidas pela Mupan. Ali entendeu a relevância e o impacto do seu trabalho. "Uma senhora veio até mim e disse: 'até fazer o curso eu era Neusa do Seu Antônio. Hoje sou a Dona Neusa'. Essa pequena frase me marcou muito, me emociono até hoje só de lembrar, porque conseguimos ver o impacto da participação das mulheres pantaneiras não só para a gestão da água, para a conservação do Pantanal, mas também para a vida delas", conclui.

CILENE DOS SANTOS

TRADIÇÕES DE BÚZIOS PELAS MÃOS DE UMA CAIÇARA

Cilene dos Santos. Foto: Acervo pessoal

De uma pequena e simples aldeia de pescadores à fama mundial, a cidade de Armação dos Búzios, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, viu seu nome rodar o mundo em 1964. A responsável pela fama foi a estrelada atriz francesa Brigitte Bardot, que chegou ao Brasil no mesmo ano em busca de um lugar pacato e de belezas dignas de um paraíso. Mesmo sem maiores pretensões, foi difícil segurar: o município, que na época era um distrito de Cabo Frio, na mesma região, ganhou apaixonados turistas que, aos poucos, fizeram do lugar morada. Em meio a tanta pluralidade, a cultura local perdeu espaço aos poucos para outras formas de vida.

Quem conta essa história é **CILENE DOS SANTOS**, neta, filha e irmã de pescadores de Búzios. Com 57 anos, ela cresceu ouvindo histórias locais dos seus pais e irmãos mais velhos. As lembranças vêm sem pesar, mas com o desejo de retomar as raízes locais e caiçaras do município para contar a todos que ali moram ou passeiam.

Há 20 anos a caiçara trabalha em uma feira, na Praia da Armação, com artesanatos feitos por ela. E, de tanto observar as mudanças e a pouca valorização da cultura buziana, Cilene decidiu fazer algo inédito por Búzios. "Durante a pandemia, vi alguns projetos que não tinham ligação com a cultura buziana recebendo apoio. Foi quando decidi criar, sozinha, a Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas, como tentativa de resgatar nossa história. De início contei com a ajuda das mulheres da minha família. Hoje já somos 50 caiçaras", revela Cilene.

A associação a que a artesã se refere tem como objetivo trazer aos holofotes a raiz de Búzios por meio de contação de histórias sobre o lugar, da culinária tradicional — como o famoso peixe com banana — e de artesanato típico da cultura caiçara. Um dos grandes objetivos, segundo Cilene, é que as mulheres associadas, individualmente, bordem pequenos tapetes contando as histórias que mais as marcaram como caiçaras. Como forma de homenagem à cultura e às mulheres, todos os tapetes serão reunidos num grande quadro para ser exposto na futura sede da associação, outro sonho de Cilene.

Com tantas atividades e propósitos, o grupo pretende contribuir para a geração de renda para mulheres, além de profissionalizá-las e trabalhar temas como autoestima, diversidade e equidade de gênero. "A história de Búzios é tão bonita, ainda mais quando contada por mulheres caiçaras", comenta Cilene.

Entre as memórias que as caiçaras querem compartilhar com crianças e jovens de Búzios está a de Vilson dos Santos, o Soca, irmão de Cilene e conhecido em todo o município como o melhor mergulhador do mundo. "O nosso sonho é ter apoio para rodar um livro sobre o meu irmão para escolas daqui. O sonho dele era descobrir o que tinha no fundo do mar, ele sempre falava isso. Brigitte Bardot deu a ele a primeira máscara de mergulho e ele foi atrás desse sonho. Virou mergulhador profissional, viajou o mundo e até hoje é motivo de orgulho para a nossa família e para os caiçaras de Búzios. São histórias como essa que precisamos levar para as escolas daqui, valorizar. É a nossa memória", explica.

Nos planos de Cilene, ainda estão muitas formas de resgate da cultura buziana, como criar um livro sobre a história da cidade e construir um restaurante que reúna contação de histórias da cidade a pratos típicos da aldeia de pescadores anterior a 1964, ainda viva entre as recordações da caiçara.

A Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas é beneficiada pela iniciativa Guardiãs das Tradições Pesqueiras, coordenada pela Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e apoiada pelo projeto Educação Ambiental (página 82).

BOLSAS FUNBIO
CONSERVANDO
O FUTURO

humanize

eurofins foundation

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

Agrofloresta de cacau na região sul da Bahia. Foto: José Victor Ferreira

Lis Marques, pesquisadora apoiada pela quarta edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. Foto: Acervo pessoal

Floresta amazônica. Foto: João M. Rosa/AmazonFACE

Lucas Cabrera coleta sedimentos com a draga de Eckman. Foto: Acervo pessoal

PARCEIROS

ACADEMIA

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

MANEJO DE ESPÉCIES

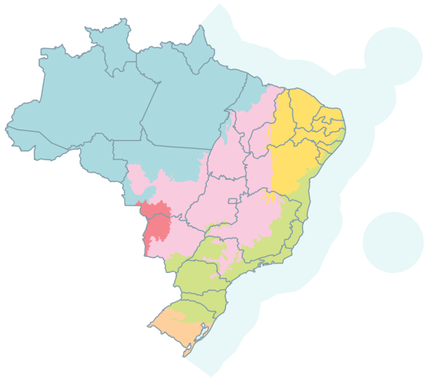
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS E ECOSSISTEMA

Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro-marinho, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO



134 BOLSISTAS

85 MULHERES

109 DOUTORANDOS

36 INSTITUIÇÕES

49 HOMENS

25 MESTRANDOS

20 ESTADOS + DF

EM PAUTA

31.05.2021 | *Valor Econômico*
Bolsas para ir a campo

04.06.2021 | Revista *Cláudia*
Amana Garrido, a bióloga que conduz um estudo pioneiro de corais no país

09.06.2021 | *O Eco*
FUNBIO abre bolsa de pesquisas para mestrado e doutorado em conservação

A missão do FUNBIO de aportar recursos estratégicos para a biodiversidade envolve conhecimento, redes, relações e apoio a jovens pesquisadores que, futuramente, poderão impactar positivamente e liderar iniciativas de conservação. O programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro, voltado a pesquisas de campo de mestrandos e doutorandos, chegou à quarta edição em 2021, com 37 projetos selecionados entre as quase 400 propostas recebidas de todo o Brasil. No total, R$ 1,14 milhão foi destinado às pesquisas.

O programa, que desde a primeira edição conta com a parceria do Instituto humanize, teve em 2021 apoio também da Fundação Eurofins.

Entre os selecionados, 26 são mulheres e 11 homens. São 30 doutorandos e 7 mestrandos de 22 instituições de 16 estados e do Distrito Federal.

O programa já apoia 134 cientistas de 42 instituições de ensino, e a maioria das pesquisas (quase 64%) tem mulheres à frente. Entre os inovadores projetos apoiados estão, entre outros, o uso de inteligência artificial na governança de Unidades de Conservação, microplásticos na Amazônia e um levantamento inédito de morcegos do Cerrado como possíveis portadores de vírus potencialmente perigosos para humanos.

A chamada é lançada anualmente no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente e aniversário do FUNBIO.

Confira aqui a lista de projetos selecionados na edição 2021.

PROJETOS SELECIONADOS 2021

MICROPLÁSTICOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO HORIZONTE AMAZÔNICO

VIVIANE CAETANO FIRMINO

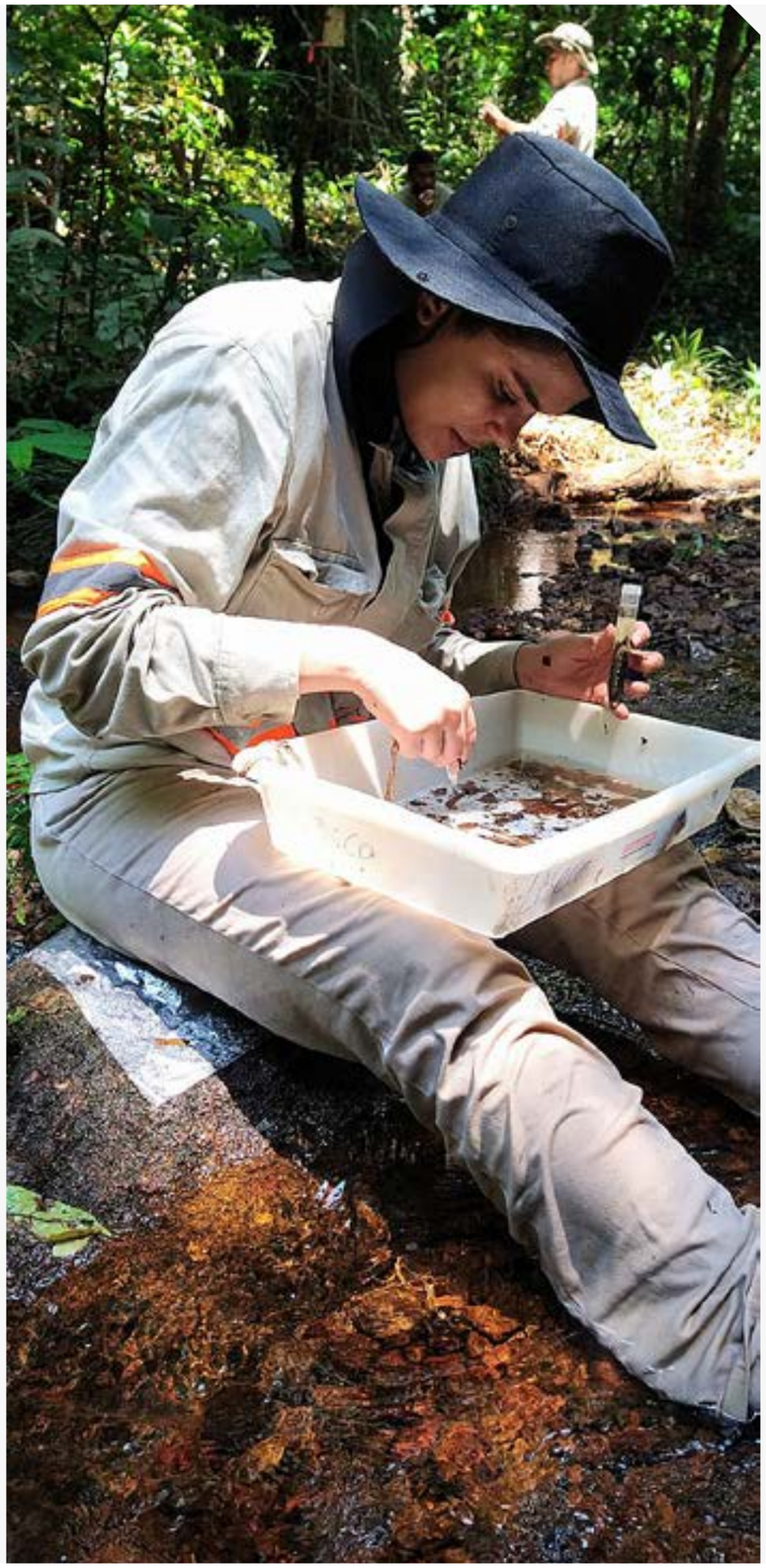
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Zoologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA)

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A PESQUISA DE VIVIANE

Eles estão na neve do Ártico, nos mares do mundo e, também, nos rios e riachos da Amazônia: microplásticos, resultado da degradação de partes maiores de plástico e presentes também em resíduos industriais, são um dos eixos de uma pesquisa da bióloga Viviane Caetano, da Universidade Federal do Pará (UFPA), apoiada pelo Bolsas FUNBIO. O estudo aborda com ineditismo duas ameaças invisíveis à biodiversidade e preencherá uma lacuna em relação ao conhecimento que se tem sobre elas e a Amazônia: a combinação de microplásticos com mudanças climáticas.

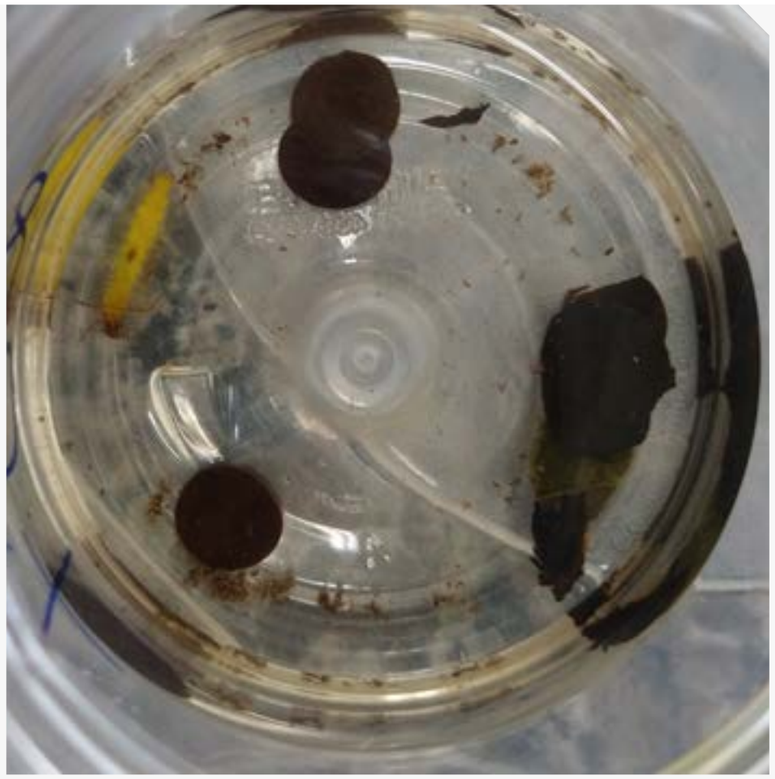
"Estudos sugerem que o aumento da temperatura global impacta negativamente insetos fragmentadores, alimento para outras espécies, e que, como indica o nome, também fragmentam folhas caídas na água. Elas seguem por cursos d´água, desembocam em rios e, uma vez decompostas, geram nutrientes fundamentais para a vida. Outras pesquisas também indicam que o microplástico afeta insetos com a mesma função. E, ainda, que é encontrado em peixes consumidos pelo homem. O ineditismo desta pesquisa é avaliar o impacto simultâneo desses dois elementos: aquecimento global e poluição por microplásticos na Amazônia", diz a cientista amapaense.

Para entender esse ciclo, é importante conhecer o que ele envolve: o ponto de partida são riachos em que folhas da floresta caídas na água dão início a uma extensa cadeia. Uma vez imersas, as folhas são colonizadas por fungos, que transformam parte delas em nutrientes e as tornam mais palatáveis para os chamados insetos fragmentadores. No fundo dos riachos, as folhas são fragmentadas por esses insetos, o que facilita sua viagem por cursos d´água, ao longo dos quais é replicado esse ciclo de geração de nutrientes.



Viviane Caetano Firmino, bióloga e pesquisadora apoiada pela quarta edição do programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro. Foto: Acervo pessoal

Amostras coletadas para pesquisa.
Foto: Viviane Caetano Firmino



Microcosmo com discos foliares e fragmentador *P. elektoros*.
Foto: Viviane Caetano Firmino

"Ao fim da pesquisa, gostaria de divulgar os resultados junto à população, contar que o lixo plástico jogado nos rios pode afetar um inseto que por sua vez pode afetar a alimentação das pessoas."

É como se, por onde passassem, as folhas fragmentadas funcionassem como combustível para a produção de nutrientes. O estudo vai determinar o que pode acontecer quando a temperatura aumenta e, simultaneamente, esses insetos são expostos a diferentes concentrações de microplástico. Caso essa exposição conjunta reduza as populações, o efeito cascata possível é a redução de nutrientes, o empobrecimento da vida nos rios, com impacto sobre renda e segurança alimentar de populações que dependem de recursos pesqueiros na Amazônia. Insetos e fragmentos de folhas contaminados significam também um elemento de insegurança na cadeia alimentar: as espécies predadoras no topo da pirâmide, de maior valor comercial, acumulariam microplástico, que terminaria à mesa dos consumidores.

Viviane coletará larvas do *Phylloicus elektoros* (inseto fragmentador) na Reserva Florestal Adolpho Ducke, em Manaus. Em laboratório, elas serão expostas a aumento de temperatura, segundo projeções para 2100 em Manaus: +1,5C, +3C, +4,5C, e também a uma maior exposição a carbono. As larvas serão alimentadas com folhas preparadas de *Goupia glabras* (cupiúba), que ocorre com frequência na região. Também será introduzido microplástico em diferentes concentrações. Ao final, será possível avaliar os impactos segundo temperatura, carbono e microplástico, gerando subsídios para possíveis modelos de previsão e, também, políticas públicas para mitigar o problema.

"Espero que os olhares se voltem para a questão da educação ambiental, pois estamos falando do legado para futuras gerações. A ideia é que não seja só um dado acadêmico. Ao fim da pesquisa, gostaria de divulgar os resultados junto à população, contar que o lixo plástico jogado nos rios pode afetar um inseto que por sua vez pode afetar a alimentação das pessoas", diz Viviane, que realiza o estudo Efeito das mudanças climáticas e microplásticos sob fragmentadores de riachos amazônicos e decomposição microbiana de detritos foliares. A parte laboratorial da pesquisa da doutoranda na UFPA será feita no INCT-Adapta, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, bem como no Laboratório de Citotaxonomia de Insetos Aquáticos (LACIA)/Inpa, em Manaus.

Microplásticos, cujos estudos em ambientes aquáticos têm o mar como foco na maioria das pesquisas, já foram detectados em peixes na Amazônia pela UFPA, e em sedimentos dos rios Negro, Solimões e Amazonas, por cientistas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Diadema, e da Universidade de São Paulo (USP).

NDC

ODS

A JORNADA URBANA DOS POLINIZADORES

VICTOR HUGO DUARTE DA SILVA

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre da Universidade Federal de Minas Gerais (ECMVS-UFMG)

CLIQUE PARA CONHECER MAIS SOBRE A PESQUISA DE VICTOR HUGO

Na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, as formas sinuosas do Edifício Niemeyer, marco da arquitetura modernista na cidade, margeiam a vegetação que abriga uma variada fauna urbana. Lá, enquanto o cientista Victor Duarte coleta insetos polinizadores, tema de sua pesquisa, não é incomum visitantes pararem para observá-lo e perguntarem: "É da vigilância sanitária, está atrás de mosquitos da dengue?" Victor responde com um sorriso e explica que não. O doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais – Programa de Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (ECMVS) leva adiante um dos poucos estudos no Brasil feitos numa metrópole que avaliará o impacto da urbanização sobre abelhas, vespas, borboletas e outros insetos polinizadores, ao longo do tempo. Entre as variáveis, o percentual de urbanização e o impacto das estações seca e chuvosa sobre as interações entre polinizadores e plantas exóticas que permeiam jardins urbanos, a vegetação nativa do Cerrado e da Mata Atlântica encontradas na cidade.

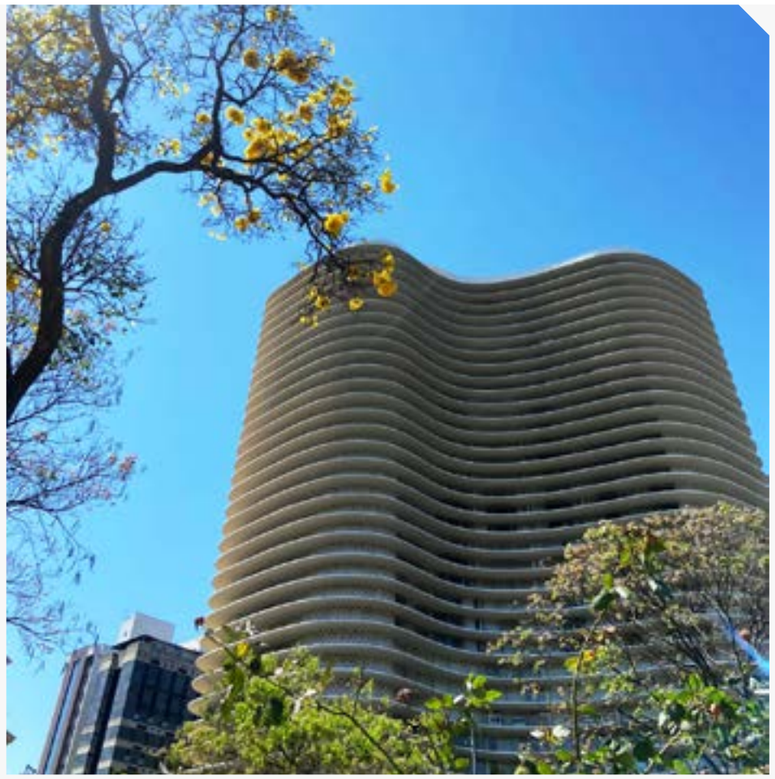
"O trabalho tem parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte e os resultados poderão subsidiar, por exemplo, o manejo da vegetação de parques e praças pensando nos polinizadores. Isto é, ajudar a escolher a melhor época para o plantio de determinadas espécies, considerando o impacto que terão sobre os insetos polinizadores. E pensar no planejamento urbano considerando esses insetos", diz Victor, que no estudo se debruçará sobre a variação temporal das interações, quem as causa e o que representam.

Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) já indicou que o serviço de polinização, prestado gratuitamente por insetos como abelhas, vale para o Brasil R$ 12 bilhões por ano. Ele contribui para a manutenção e a

Observação das flores em rua próxima à Praça da Liberdade, MG, um dos pontos de coleta do bolsista. Foto: Victor Hugo Duarte da Silva

Observação das flores na parte mais alta do Parque Ecológico Renato Azeredo, MG, outro ponto de coleta do bolsista, com maior porcentagem de superfície impermeável. Foto: Victor Hugo Duarte da Silva

Flor de *Apeiba tibourbou* observada no Parque Jornalista Eduardo Couri em Belo Horizonte. Foto: Victor Hugo Duarte da Silva



Ipê-amarelo (*Handroanthus albus*) e ao fundo o Edifício Niemeyer. Foto: Victor Hugo Duarte da Silva

Victor Hugo Duarte da Silva realizando a etapa de montagem da coleção de referência com os insetos coletados em campo. Foto: Acervo pessoal

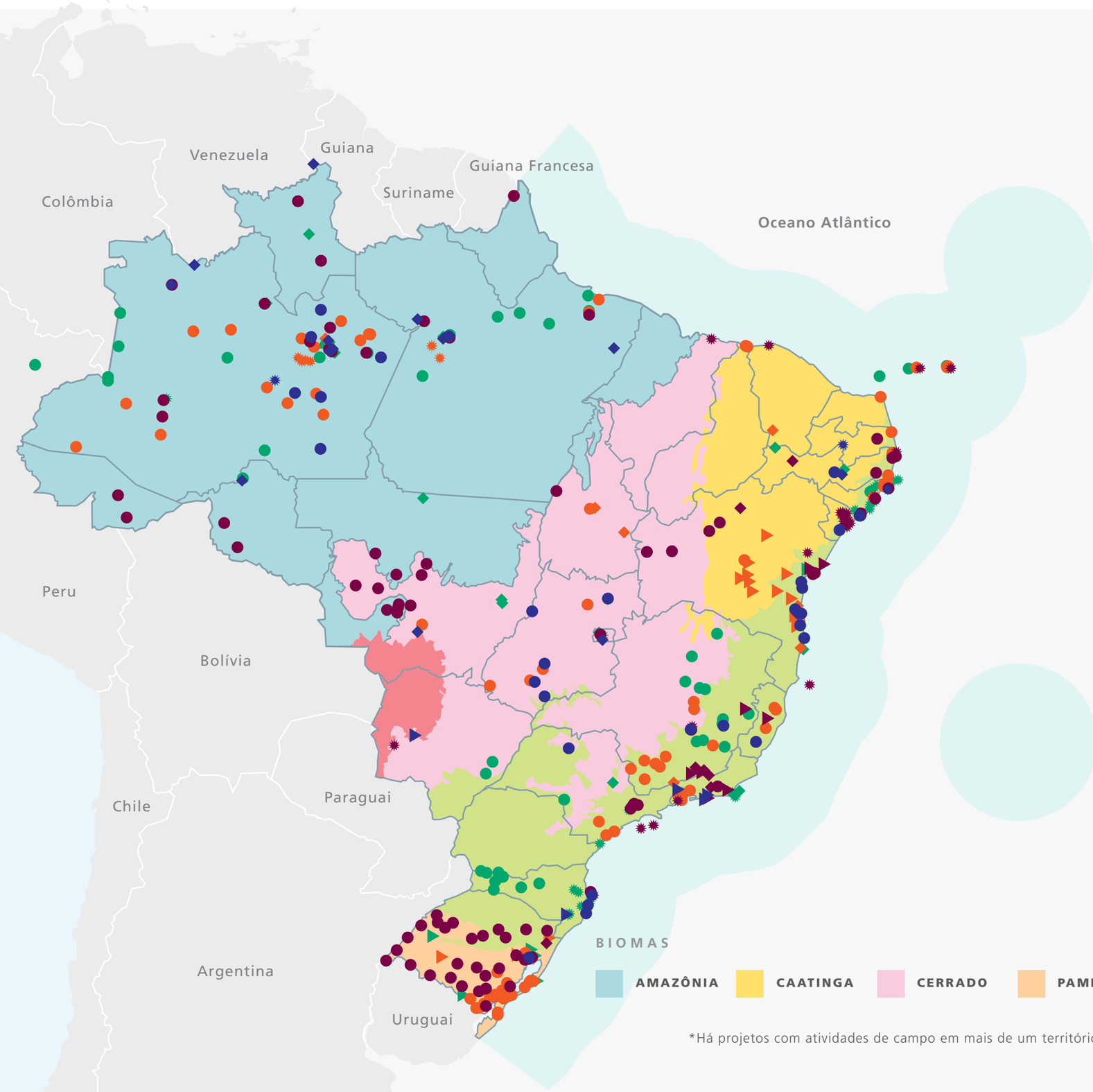
"Conhecendo o impacto da urbanização e do potencial das áreas verdes urbanas em acolhê-los, por que não tornar as cidades mais habitáveis para os polinizadores?"

promoção da biodiversidade e é de vital importância na produção de alimentos. Entre todas as espécies vegetais com flores conhecidas, 87,5% dependem de polinizadores. Entre as utilizadas na alimentação humana, o percentual é de cerca de 75%.

Polinizadores têm raio de ação variável, alguns chegando a cinco quilômetros, o que sugere o potencial das cidades como refúgios para os polinizadores e a extensão do benefício a áreas rurais vizinhas. Em países de clima temperado em que há um número maior de estudos sobre polinizadores, já foi notado, por exemplo, que algumas espécies se beneficiam de jardins e parques urbanos, enquanto outras não.

"Aqui, será avaliado o impacto da urbanização sobre abelhas, borboletas, besouros, moscas, vespas e demais insetos encontrados em campo, ao longo do tempo. Alguns polinizadores são bastante especializados e sua diminuição ou desaparecimento podem impactar espécies que polinizam. Conhecendo o impacto da urbanização e do potencial das áreas verdes urbanas em acolhê-los, por que não tornar as cidades mais habitáveis para eles? Existem diferentes formas de fazer isso, entre elas a criação de corredores de plantas atrativas aos polinizadores, a disponibilização adequada de locais de nidificação e o fornecimento contínuo de recursos alimentícios para as espécies polinizadoras ao longo do tempo", diz o cientista

A partir dos resultados, Victor considera a possibilidade de elaboração de um mapa digital, que cruzaria dados, mostrando a relação entre percentual de urbanização, temperatura, umidade e a presença/atividade de polinizadores urbanos, ao longo do tempo. Na área do estudo, estão presentes mais de 290 espécies vegetais, entre nativas e exóticas, e nela ocorrem ao menos 70 espécies de insetos.



PROJETOS APOIADOS*

2018	2019**	2020	2021	
●	●	●	●	72

CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DE FAUNA E FLORA

✸	✸	✸	✸	17

GESTÃO TERRITORIAL PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

◆	◆	◆	◆	31

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

▶	▶	▶	▶	14

RECUPERAÇÃO DE PAISAGENS E ÁREAS DEGRADADAS

**Em 2019, o eixo temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade passou a integrar o eixo Conservação e Manejo Sustentável de Fauna e Flora.

BIOMAS

AMAZÔNIA · CAATINGA · CERRADO · PAMPA · PANTANAL · MATA ATLÂNTICA

ECOSSISTEMA

COSTEIRO-MARINHO

*Há projetos com atividades de campo em mais de um território. Por essa razão, o número de pontos no mapa é superior ao de projetos apoiados.

BOLSAS FUNBIO – CONSERVANDO O FUTURO

"Para o humanize, apoiar o programa Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro desde o seu lançamento, em 2018, é uma alegria e coincide com a transformação que queremos ver no Brasil. As quatro edições até aqui nos contemplaram com 25 mestrandos e 109 doutorandos inspiradores, sendo 85 mulheres — o que é motivo de celebração. Esse grupo reforçou a nossa crença na pluralidade e na inteligência coletiva como aliada imbatível para provocar impactos positivos e perenes em recortes como conservação da biodiversidade e uso sustentável de fauna e flora. Com tanto aprendizado, caminhamos para o amanhã com mais oportunidades para cientistas e tomadores de decisão mais qualificados."

GEORGIA PESSOA, diretora executiva do Instituto humanize

ANA CAROLINA PRESTES

Doutoranda em Biologia Vegetal, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

CONTROLE DAS CIANOBACTÉRIAS E SEUS EFEITOS COLATERAIS

A elevada quantidade de nutrientes na água, devido, principalmente, ao despejo de esgoto não tratado, combinada com a exposição à luz e a temperaturas elevadas, gera uma multiplicação excessiva de cianobactérias (microorganismos semelhantes a algas que fazem fotossíntese), que, por sua vez, promove queda na qualidade da água. Além do mau cheiro, produzem toxinas letais para peixes e outros seres vivos. Por isso, controlar a concentração de nutrientes nesses locais é crucial para diminuir a incidência desses microorganismos. O projeto tem como objetivo verificar a existência de possíveis efeitos colaterais de uma técnica de remoção de nutrientes da água sobre seres vivos presentes no meio. Para isso, serão usados como indicadores larvas de mosquito.

DIEGO PEDROZA GUIMARÃES

Doutorando em Ecologia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

AS AVES DE SUB-BOSQUE EM FLORESTAS ALAGÁVEIS DA AMAZÔNIA

As florestas alagáveis na Amazônia sofrem inundações sazonais naturais devido às cheias dos rios. Assim, a fauna e a flora tendem a se adaptar a essas condições naturais. Passarinhos de sub-bosque, que ocupam o estrato mais baixo da floresta, são diretamente impactados pela cheia, mas, atualmente, há poucas informações sobre como se adaptam a ela. Para entender melhor o que acontece, o projeto marcará algumas dessas aves com anilhas ou rastreadores e as acompanhará durante a fase das cheias, percorrendo os igapós amazônicos. Saber o que as aves fazem ou como se comportam diante dessa sazonalidade amazônica é fundamental na tentativa de prever possíveis impactos causados por interferências humanas, entre elas desmatamento de áreas alagáveis, mudanças climáticas e hidrelétricas.

JÉSSICA BOELTER

Mestranda em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

DINÂMICA POPULACIONAL DA GAROUPA-VERDADEIRA

A garoupa-verdadeira, peixe estampado na nota de cem reais, se encontra ameaçada de extinção em escala nacional e mundial, pois a valorização de sua carne levou a uma pesca excessiva da espécie. No Brasil, existem algumas medidas de conservação, como a adoção do período de defeso, no qual a pesca é proibida, e tamanhos mínimo e máximo de captura. Contudo, as informações sobre as populações residentes no país ainda são escassas. Por meio do estudo do tamanho de indivíduos jovens e adultos e também da identificação do habitat e distribuição de juvenis em Santa Catarina, esse projeto busca auxiliar na definição de estratégias de uso sustentável, conservação e manejo adequados.

JULIA CAON

Doutoranda em Geologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

PRIMEIRO ATLAS RECIFAL DO BRASIL

Apesar de serem dos ecossistemas mais complexos, diversos e produtivos, recifes de corais são extremamente sensíveis às alterações locais e climáticas. Conservar e proteger importantes áreas recifais envolve custos elevados, pessoal especializado e grande esforço. Com a finalidade de minimizar custos e otimizar o manejo, o sensoriamento remoto surge como promissora alternativa. O projeto tem como objetivo mapear, de modo mais eficiente e menos oneroso, com o uso de satélites, os recifes de corais da APA Costa dos Corais (APACC), a maior Unidade de Conservação marinha do Brasil, com mais de 400 mil hectares de área e cerca de 120 km de litoral (de Tamandaré a Maceió), abrangendo praias, recifes e manguezais.

LETÍCIA REIS

Doutoranda em Ecologia e Conservação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESTAURAÇÃO SOCIOECOLÓGICA EM TERRAS INDÍGENAS

O Pantanal é um dos biomas brasileiros mais complexos em termos de restauração ecológica, pois, além de uma dinâmica de cheias e secas, há ainda os regimes de fogo natural. A partir desse cenário, o projeto pretende avaliar a viabilidade de diferentes técnicas de restauração socioecológica em áreas degradadas, com a participação da comunidade indígena da TI Cachoeirinha, Miranda, Mato Grosso do Sul, na coleta e produção de mudas. Com isso, o projeto objetiva, por meio da integração entre conhecimento científico e saber tradicional, entender mais sobre a viabilidade das técnicas de restauração ecológica para o sucesso dos projetos e para a conservação do bioma.

42 ARPA
45 COPAÍBAS
49 REM MT
53 GEF MAR
55 LIXO MARINHO EM SP
56 MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO NOVO
57 GEF TERRESTRE
59 MATA ATLÂNTICA
61 FUNDO AMAPÁ
62 FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR
63 TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA
67 FUNDO KAYAPÓ
69 PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO
70 PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II NOVO
72 PROBIO II
74 UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU
75 RRF AMAZÔNIA NOVO
76 FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL NOVO
78 CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL
80 GCF TASK FORCE NOVO

UNIDADE DE DOAÇÕES

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMA

Amazônia

ARPA

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA

Duas novas Unidades de Conservação foram incluídas em 2021 ao programa ARPA, maior iniciativa de conservação de florestas tropicais do planeta. Com isso, o ARPA passa a apoiar 120 Unidades de Conservação (UCs) nos nove estados da Amazônia Legal. A área passou de 60,8 milhões em 2020 para 62,5 milhões de hectares em 2021, agregando assim 1,7 milhão de hectares, área três vezes superior à da região metropolitana do Rio de Janeiro. As duas Unidades, criadas com apoio do ARPA e que passam a fazer parte do programa desde 2021 estão localizadas no Amazonas. São o Parque Nacional (PARNA) do Acari e a Reserva Biológica (REBIO) Maicuru.

O programa ARPA, lançado em 2002 pelo governo federal, encontra-se em sua fase III, denominada Fundo de Transição (FT). Iniciada em 2014, com recursos provenientes de doações nacionais e internacionais, complementados com contrapartidas dos governos federal e estaduais, o FT apoiará criação, consolidação e manutenção das UCs apoiadas até 2039. A partir de então, os custos deverão ser integralmente assumidos pelo poder público.

O FUNBIO é, desde o lançamento, o gestor financeiro do ARPA — o trabalho inclui o apoio no planejamento do programa e o gerenciamento de contratações e aquisições para melhor funcionamento das UCs. O FUNBIO também fornece ao programa o treinamento de gestores para utilização das ferramentas de execução dos valores disponibilizados e exerce ainda a secretaria do Comitê do Fundo de Transição, instância máxima de deliberação acerca do uso de recursos, que reúne doadores e governo federal.

Em 2021, foram implementados projetos importantes para o ARPA. Após mais de cinco anos de funcionamento do FT, foi realizada a primeira revisão no modelo matemático de financiamento do programa. A introdução de melhorias reforçou ainda mais a robustez e a segurança dos investimentos

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM.
Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

ARPA Programa Áreas Protegidas da Amazônia

WWF · cooperação alemã · KFW · Banco Mundial · gef · FUNDO AMAZÔNIA · BNDES · BID · Margaret A. Cargill Foundation · Gordon and Betty Moore Foundation · AngloAmerican · Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO · Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins · ICMBio Instituto Chico Mendes MMA · Ministério do Meio Ambiente · Pátria Amada Brasil Governo Federal

ARPA

62,5
MILHÕES DE HECTARES APOIADOS

9
ESTADOS

15%
DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

120
UCS APOIADAS

2
NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INTEGRADAS AO PROGRAMA

realizados nas UCs com os recursos do Fundo de Transição. Consultorias foram contratadas para avaliações orientadoras, entre elas a voltada à performance dos Núcleos de Gestão Integrada (NGIs), uma metodologia criada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em que diferentes territórios são unificados sob uma mesma gestão visando ao aumento de eficiência administrativa e econômica. Foram avaliados quatro NGIs implementados na estrutura do ARPA, em fase de teste. Essa avaliação servirá de base para a adoção pelo programa de outros núcleos do tipo, a partir de 2022.

Ainda em 2021, as atividades das UCs foram intensificadas em relação ao ano de 2020, com a adoção de protocolos de segurança sanitária por conta da pandemia de covid-19. UCs retomaram atividades importantes, como o monitoramento da biodiversidade, além da intensificação das ações de proteção que vinham sendo mantidas mesmo com o início da pandemia.

Oficinas de planejamento com gestores de UCs foram realizadas pelo FUNBIO abordando temas como a elaboração de termos de referência, etapa importante para otimizar contratações, e a revisão de planos de manejo.

Foram consolidadas novas ferramentas de execução de recursos, como cartões de combustível, manutenção de equipamentos e alimentação, além de ter-se iniciado um projeto piloto de cartão de débito pré-pago, que visa a facilitar a execução de pequenas despesas locais realizadas pelas UCs, com o devido acompanhamento financeiro por parte do programa.

Distribuição de alimentos na Reserva Biológica de Maicuru (BA). Foto: Lidiane França

Ação semelhante aconteceu também no Núcleo de Gestão Integrada Cautário-Guaporé (RO). Foto: Lidiane França

GESTÃO NA PANDEMIA

Em 2021, o ARPA atuou diretamente na operacionalização de ações emergenciais de enfrentamento da pandemia de covid-19, dando continuidade ao apoio a gestores de UCs e comunidades tradicionais, iniciado no ano anterior. Ao todo, ao longo do período de vigência do auxílio, foram destinados R$ 262 mil, atendendo a 32 UCs que fazem parte do programa, com a entrega de 276 equipamentos de proteção individual para equipes das UCs e distribuição de mais de três mil cestas de alimentos para moradores de 201 comunidades locais, beneficiando quase oito mil pessoas. Além disso, houve apoio para o cadastro de 372 beneficiários para receberem auxílio do governo e a 50 comunitários com o transporte para saque do benefício.

BRASIL, COLÔMBIA E PERU

Financiado pelo Global Environmental Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, o programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Amazon Sustainable Landscapes – ASL) é voltado para a promoção da sustentabilidade, proteção da biodiversidade e implementação de políticas para o uso sustentável da terra e restauração de vegetação nativa em áreas protegidas da Amazônia no Brasil, Colômbia e Peru. A abordagem, que transcende fronteiras, é baseada na perspectiva da extensão de paisagens amazônicas. Os USD 30 milhões em recursos do ASL vêm sendo aportados em desembolsos, desde 2017, ao Fundo de Transição do ARPA.

Mesmo com as limitações impostas pela pandemia, foi possível realizar duas missões de supervisão do programa, nas quais o FUNBIO apresentou, em conjunto com o MMA, os resultados de execução de recursos e o alcance de metas do programa ARPA, um dos componentes do ASL.

O FUNBIO também contribuiu para a elaboração de um guia para financiamento de projetos de longo prazo. Esse guia, uma iniciativa do ASL, apresenta o programa ARPA como um dos casos de sucesso.

CENÁRIOS QUE GERAM INOVAÇÃO

O trabalho presencial está na essência do programa ARPA, com atividades como oficinas, cursos e treinamentos voltados a gestores das Unidades de Conservação. A pandemia de covid-19 levou o ARPA a se reinventar e a criar mecanismos para treinamento à distância. Com base num primeiro treinamento remoto feito em 2020, o FUNBIO capacitou 59 gestores em 2021. Ao longo do ano, o FUNBIO também desenvolveu seu primeiro treinamento 100% em ensino à distância (EAD).

O curso de procedimentos EAD foi hospedado na plataforma virtual Universidade FUNBIO. Ao final de 2021, 39 gestores de Unidades de Conservação receberam treinamento para o uso dos sistemas e de procedimentos para requisição de bens e serviços, e obtiveram certificado por EAD. A capacitação por meio de vídeos, textos e exercícios de fixação da informação foi elaborada pelo próprio FUNBIO. Os resultados do treinamento da primeira turma serão avaliados nos primeiros meses de 2022, para balizar eventuais ajustes na ferramenta.

O recurso digital não substituirá completamente os treinamentos presenciais. O ARPA é um projeto com muitos interlocutores, o que faz com que a troca de experiências presencial seja sempre muito rica. O objetivo é seguir em um modelo híbrido, com encontros à distância e, quando houver segurança sanitária, outros, presenciais.

IMPACTOS DO AUXÍLIO CONTRA A PANDEMIA DA COVID-19

276

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA EQUIPES DAS UCS

372

CADASTROS NO AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO

50

COMUNITÁRIOS APOIADOS COM TRANSPORTE PARA SAQUE DO BENEFÍCIO

3.343

CESTAS DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDAS

201

COMUNIDADES ASSISTIDAS (SEGURANÇA ALIMENTAR)

7.727

PESSOAS ATENDIDAS (SEGURANÇA ALIMENTAR)

NDC

ODS

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

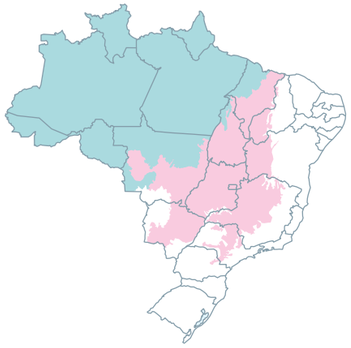
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMAS

Amazônia e Cerrado



COPAÍBAS

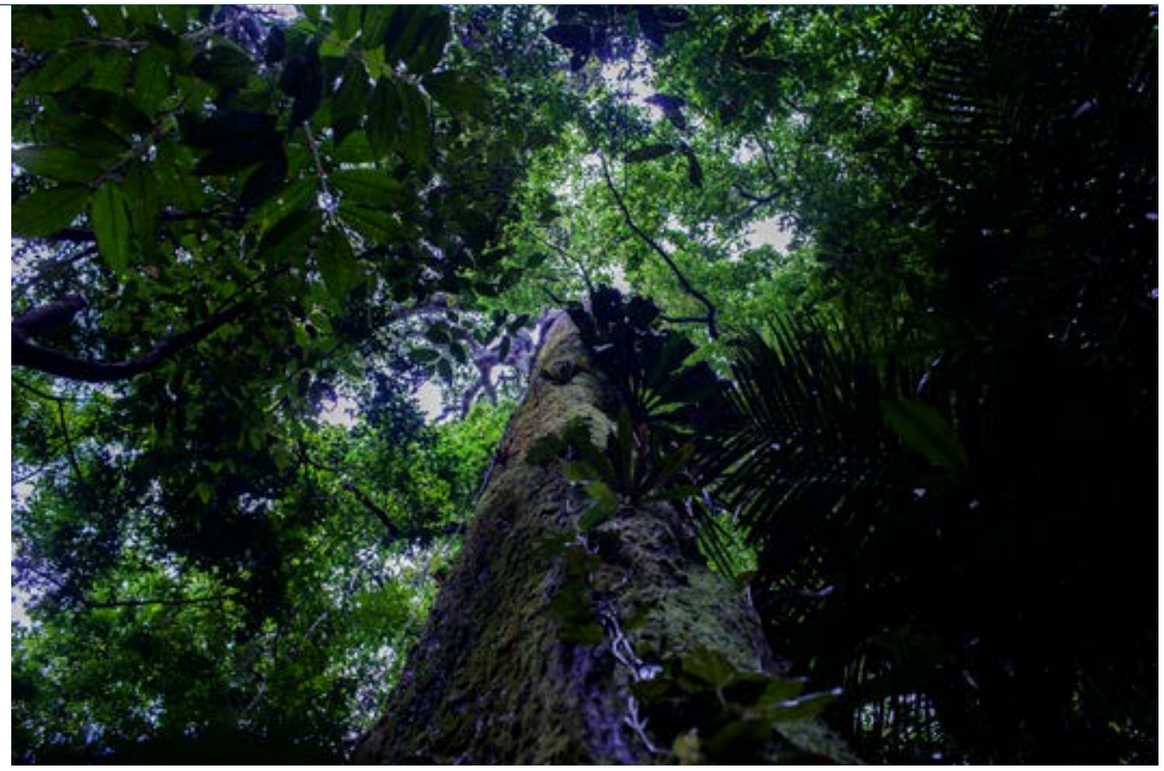
COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO

4

COMPONTENTES

21

UCS APOIADAS



Castanheira no Parque Nacional da Amazônia, PA. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

Lançado em 2020 para contribuir para a conservação da Amazônia e do Cerrado, biomas que concentram a maior cobertura vegetal do Brasil, o COPAÍBAS — acrônimo em inglês de Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado — foi estruturado entre julho de 2020 e outubro de 2021 e começou a ser implementado no último trimestre de 2021. O objetivo principal é a redução da taxa de desmatamento e a mitigação de mudanças climáticas, além de contribuir para a melhoria das condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

O programa será executado pelo FUNBIO, viabilizado por recursos da Iniciativa Norueguesa Internacional para o Clima e Florestas, por meio do Ministério de Relações Exteriores da Noruega.

Em sua etapa de planejamento, foram definidas metas e estratégias de implementação do programa, além de criado o arcabouço de monitoramento das ações.

A segunda fase do programa terá pouco menos de cinco anos de implementação a partir do final de 2021, com término previsto para junho de 2026. As ações do COPAÍBAS serão realizadas diretamente pelo FUNBIO — no caso de compras e contratações de bens e serviços para Unidades de Conservação (UCs) — e também por terceiros, via chamadas de projetos, que deverão ser lançadas no primeiro semestre de 2022 e estarão abertas a organizações da sociedade civil.

EM PAUTA

28.09.2021 | *Agência Minas*

Programa Copaíbas prevê mais de R$ 30 mi para fortalecimento de Unidades de Conservação

COPAÍBAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS, POVOS INDÍGENAS E ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS AMAZÔNIA E CERRADO

Embaixada da Noruega
Brasília

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

CONHEÇA OS QUATRO COMPONENTES E OS OBJETIVOS DO PROGRAMA

FORTALECER o sistema de Unidades de Conservação do Cerrado

FORTALECER a gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Cerrado e Amazônia

SENSIBILIZAR E PROMOVER o diálogo qualificado sobre temas ligados às mudanças climáticas e à conservação da biodiversidade

PROMOVER alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais no Cerrado e na Amazônia, bem como investimentos estratégicos em Cadeias de Valor da sociobiodiversidade

COPAÍBAS

COMPONENTE 1:

VINTE E UMA UCS APOIADAS PELO PROGRAMA

O fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs) localizadas no Cerrado fechou 2021 com acordos de cooperação com quatro estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais.

A partir dessa articulação, foram selecionadas 21 UCs, quatro em Goiás, quatro em Mato Grosso, uma no Maranhão e 12 em Minas Gerais. A equipe do programa faz uso de uma ferramenta desenhada e implementada especificamente para acompanhamento do avanço da capacidade de gestão dessas UCs. A ferramenta leva em conta um conjunto de indicadores de marcos ou temas considerados fundamentais para a gestão de uma UC e orienta também o planejamento das atividades a serem executadas pelos gestores dessas unidades.

A ferramenta de análise da gestão leva em conta um conjunto de 15 indicadores, como a elaboração ou revisão do plano de manejo ou de gestão e sua aprovação pelo órgão gestor; a existência de um conselho gestor oficialmente constituído e que funcione regularmente; a disposição de instrumentos legais para o ordenamento de atividades e uso dos recursos naturais, entre outros.

Além disso, há ações voltadas para a visitação pública, com foco em turismo e educação ambiental. Quatro UCs serão selecionadas para elaboração e implementação dos planos de uso público. Uma consultoria foi contratada para definir os critérios de seleção, processo que incluiu os gestores de UCs e órgãos gestores.

Outro ponto importante para o fortalecimento de áreas protegidas no Cerrado diz respeito ao manejo integrado do fogo (MIF), já que o bioma sofre historicamente com incêndios, que, nos últimos anos, vêm tomando proporções devastadoras. O COPAÍBAS identifica UCs que sofrem maior pressão e têm ao mesmo tempo grande potencial de adesão a abordagens ligadas ao manejo integrado do fogo pelos gestores. Além disso, contratou consultoria para a sistematização de informações que subsidiem o planejamento de atividades voltadas para o MIF em Unidades de Conservação. Adicionalmente, em 2021, o programa atuou junto a seis UCs e destinou R$ 374 mil para ações emergenciais de enfrentamento do fogo.

O programa também vai atuar na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com a designação de novas áreas para serem transformadas em UCs e a elaboração de planos de manejo para RPPNs.

No caso das RPPNs, o COPAÍBAS vai abrir chamada de projetos para apoiar organizações da sociedade civil que trabalhem junto a proprietários privados de terra, mostrando os benefícios da criação de reservas particulares. Atualmente, UCs representam apenas 8% do território do Cerrado.

COMPONENTE 2:

EXPANSÃO DE DIÁLOGOS PARA A PRIMEIRA CHAMADA INDÍGENA

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas tem foco na Amazônia e no Cerrado, e contribuirá para o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas em processos de controle territorial, proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Em 2021, o FUNBIO promoveu diálogos com lideranças indígenas e com indigenistas para discutir as diretrizes e os objetivos específicos do componente.

Em paralelo, foi feito um mapeamento das TIs do Cerrado e da Amazônia. Essa informação foi cruzada com questões ligadas à governança indígena e a impactos ambientais, para identificar as áreas mais críticas para a redução do desmatamento. As ações serão implementadas via chamada pública para organizações indígenas e indigenistas que tenham projetos de conservação no campo.

A primeira chamada planejada deverá ser lançada no primeiro semestre de 2022 e terá como foco o apoio a projetos de elaboração e revisão de instrumentos de gestão territorial e ambiental, bem como a implementação de projetos de Gestão Territorial e Ambiental.

> “O programa COPAIBAS demonstra como a preservação, junto ao fomento de alternativas econômicas sustentáveis que apoiem povos indígenas e comunidades tradicionais, é fundamental para a conservação da biodiversidade dos biomas Amazônia e Cerrado e para o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas. A cooperação com o FUNBIO é de grande valia para a Noruega.”
>
> **CAMILA CAVALLARI**, Programme Officer, Embaixada da Noruega no Brasil

COMPONENTE 3:

DIÁLOGO COM ADVOGADOS PÚBLICOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O componente de comunicação do programa COPAÍBAS visa a difundir conhecimento e construir diálogo de forma a sensibilizar públicos estratégicos sobre temas ligados à mudança climática e à conservação da biodiversidade. A primeira chamada deverá ser lançada ainda no primeiro trimestre de 2022.

Esse eixo é dividido em duas partes. A primeira é voltada para a construção de diálogo com advogados públicos (procuradores, promotores, juízes ambientais, Ministério Público, entre outros), ampliando o conhecimento e apresentando contexto e perspectivas de questões ambientais a esse público. O propósito é contribuir para um melhor entendimento da relação entre desmatamento e mudanças climáticas.

O outro subcomponente é direcionado ao uso de inteligência artificial para a difusão de conhecimento, tanto para sensibilizar a sociedade de forma mais ampla como para levar mais informação a tomadores de decisão. A ideia é utilizar análise de grande quantidade de dados para orientar estratégias de comunicação relacionadas a temas pertinentes ao programa.

Oficina com comunitários no Parque Estadual do Mirador (MA). Foto: Francisco das Chagas

COMPONENTE 4:

DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O quarto componente do COPAÍBAS é voltado para cadeias e arranjos produtivos locais. Focando em Amazônia e Cerrado, criará a oportunidade para organizações da sociedade apresentarem propostas e implementarem as atividades relacionadas a produtos da sociobiodiversidade.

As chamadas vão buscar o incremento da eficiência econômica das cadeias e arranjos produtivos locais, estruturando a atividade produtiva no campo de forma a agregar valor a produtos sustentáveis e gerar renda. A ação vai trabalhar a cadeia produtiva em seus diferentes elos, desde a fase extrativista, beneficiamento, comercialização, indústria, até chegar ao consumidor. Castanha-do-brasil, pequi, babaçu, açaí, cacau e pescado estão entre as possíveis cadeias a serem apoiadas.

Iniciativas previstas incluem melhorias na infraestrutura, incentivo ao uso de tecnologias alternativas para sustentabilidade dos recursos naturais, abertura ou consolidação de vendas e mercados, além de incrementos para aumento da capacidade na produção de ativos da sociobiodiversidade.

Em 2021, o FUNBIO lançou uma chamada de manifestação de interesse para compreender melhor os desafios enfrentados por produtores locais. Foram recebidas mais de 200 respostas de organizações produtivas da Amazônia e do Cerrado. As informações foram usadas para a definição de um primeiro ciclo de apoio a essas atividades.

Crianças também participaram das atividades do PE do Mirador (MA). Foto: Francisco das Chagas

NDC

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA | GOVERNO | POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS | SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

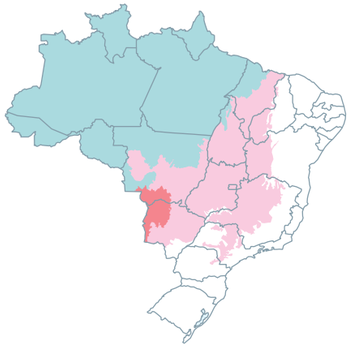
ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS | EQUIDADE DE GÊNERO | FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS | GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS | MANEJO DE ESPÉCIES | MUDANÇAS CLIMÁTICAS | RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS

Amazônia, Cerrado e Pantanal

REM MT

PROGRAMA GLOBAL REDD EARLY MOVERS (REM) – MATO GROSSO



EM PAUTA

08.06.2021 | Gov. Mato Grosso

Sistema de monitoramento por satélite de Mato Grosso é impressionante, avalia embaixador do Reino Unido

O programa global REDD Early Movers (REM) é iniciativa conjunta dos governos da Alemanha e do Reino Unido para premiar países e estados que contribuem para a diminuição dos efeitos de mudanças climáticas por meio da conservação de florestas. Em 2017, o estado de Mato Grosso (MT) foi reconhecido pelo programa por sua importância para a biodiversidade — seu território é ocupado por Amazônia, Cerrado e Pantanal — e pela redução de mais de 90% no desmatamento nas florestas, no período 2004 a 2014.

Em 2021, o REM MT iniciou a execução das 29 iniciativas selecionadas em suas duas primeiras chamadas de projetos, lançadas ainda em 2020. Entre elas, 23 são voltadas para o fortalecimento de cadeias produtivas, da pecuária leiteira, produção de sementes, entre outros, e fazem parte do subprograma Agricultura Familiar, e outras seis estão relacionadas ao componente Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis, para beneficiar pequenos e médios produtores, além de cadeias produtivas e de valor da pecuária, da soja e do manejo florestal madeireiro.

O programa atua com foco na manutenção do estoque de carbono e na redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento e do processo produtivo das *commodities* do estado de MT, tais como soja, madeira, algodão, gado, entre outros, por meio de ações de recuperação de áreas degradadas, melhorias em pastos e investimento em inovações tecnológicas de baixo carbono.

Quebra do coco da castanha-do-brasil
Foto: Associação de Coletores de Castanha-do-brasil do PA Juruena

REM MATO GROSSO | UKaid from the British people | cooperação alemã DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT | Por meio do: KFW | giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH | FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO | SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente | Governo de Mato Grosso | PCI Produzir Conservar Incluir

REM MT

Em 2021, a iniciativa fechou uma parceria com o Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC), para contribuir na melhoria do pasto e realizar a certificação da carne bovina. A iniciativa tem como objetivo a adequação de propriedades embargadas por Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da Carne Legal, assinados ao longo da última década entre o Ministério Público Federal e mais de 600 frigoríficos. A medida foi aplicada como forma de barrar a compra de gado bovino de fazendas com desmatamento ilegal comprovado.

Financiado pelo banco alemão de desenvolvimento (KfW) e pela secretaria de negócios, energia e estratégia industrial (BEIS) do governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, o REM MT tem o FUNBIO como gestor financeiro e operacional.

EM PAUTA

20.07.2021 | *O Bom da Notícia*
REM apoia indígenas no combate aos incêndios florestais em Mato Grosso

20.09.2021 | *G1*
Projeto vai plantar mais de 11 mil árvores em homenagem às vítimas da Covid-19 em MT

Plantio de agricultura familiar.
Foto: Igor Murilo

4
EIXOS

29
PROJETOS APOIADOS

47
TERRAS INDÍGENAS BENEFICIADAS

7
PROJETOS PARA APOIAR POPULAÇÕES INDÍGENAS NO COMBATE À COVID-19

SUBPROGRAMAS DO REM MT

Com importantes objetivos dentro do estado de Mato Grosso, o REM MT conta com quatro grandes frentes que norteiam suas ações. Pelo subprograma **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES**, a iniciativa atua para consolidar políticas públicas em vigor que contribuam para a redução do desmatamento e o favorecimento da inclusão social e produtiva.

Já com o subprograma **PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, INOVAÇÃO E MERCADOS**, o REM MT atua nas áreas que mais sofrem os impactos da cadeia produtiva da soja e da pecuária, por exemplo. Entre seus principais objetivos está o apoio à inovação tecnológica como forma de melhorar a eficiência de produções e reduzir emissões de carbono.

Pelo subprograma **AGRICULTURA FAMILIAR E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**, trabalha-se para a redução do desmatamento e o aumento dos estoques de carbono, por meio do envolvimento de comunitários para gerar e aumentar a renda de pequenos agricultores e extrativistas.

Outro subprograma do REM MT é o **TERRITÓRIOS INDÍGENAS**, que busca a valorização do modo de vida tradicional e sustentável dos povos originários para a redução das mudanças climáticas.

MONITORAMENTO DA COBERTURA FLORESTAL

O programa também renovou no último ano o contrato de monitoramento via satélite da cobertura florestal do estado e emissão de alertas para fazendeiros em cujas terras seja identificado desmatamento ilegal. O REM MT está desenvolvendo um sistema similar proprietário, mais econômico, que dará futuramente mais autonomia no processo de vigilância feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema/MT).

Em outras ações para monitorar, gerar alertas, facilitar autuações e responsabilizações, o REM MT conta desde 2021 com um serviço, dentro do subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes, que trata da remoção de maquinário usado para desmatamento ilegal, incluindo tratores e helicópteros. Esses equipamentos são oriundos de atividades de madeireiras, grileiros e garimpeiros e provocam graves consequências à cobertura florestal.

CASTANHA-DO-BRASIL MUDA A VIDA DE POPULAÇÃO LOCAL

Uma associação de catadores de castanha-do-brasil multiplica mudanças no futuro do entorno da pequena cidade de Cotriguaçu, ao norte de Mato Grosso, uma das regiões amazônicas mais afetadas pelo desmatamento.

Com recursos do REM MT, em 2021, a Associação dos Catadores de Castanha-do-brasil, do projeto de Assentamento do Juruena (ACCPAJ), adquiriu maquinário para beneficiamento da castanha. Com isso, é agregado maior valor ao produto e geram-se mais empregos locais.

A associação conta com algumas estratégias específicas para envolver cada vez mais mulheres em suas atividades. Um dos exemplos é o processamento da castanha, uma ação da ACCPAJ pensada para utilizar mais a mão de obra feminina. Também em capacitações e nas etapas de beneficiamento do produto, são reservadas vagas para garantir a participação de mulheres e de jovens.

Com elevado teor de proteínas e minerais, a castanha-do-brasil é considerada internacionalmente um superalimento. A associação chega a comercializar em torno de 70 toneladas por mês na safra de julho e agosto, com a maior parte do produto com casca sendo vendido a empresas de beneficiamento. Além da questão social, a iniciativa reforça aspectos ambientais, garantindo que as colheitas respeitem quantidades que assegurem a alimentação dos animais que vivem na região. A associação também utiliza aparelhos GPS para mapear as árvores e apoiar o combate a incêndios florestais.

AGRICULTURA FAMILIAR

No último ano, o REM MT começou a implementar 23 projetos voltados para a agricultura familiar, apoiando cooperativas, fomentando bancos comunitários e fornecimento de microcréditos para os pequenos agricultores. Entre as iniciativas apoiadas está o Instituto Ouro Verde, um fundo de crédito rural que oferece empréstimos de até R$ 50 mil a juros baixos para pequenos produtores que não têm acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Com cerca de R$ 300 mil em crédito rotativo, a iniciativa tem apresentado baixo índice de inadimplência. Isso porque o banco comunitário também trabalha para assessorar tecnicamente os beneficiários, avaliando as necessidades e os valores reais para implementar as melhorias e, assim, evitar que sejam tomados créditos em valores altos e condições desvantajosas.

Com os bons resultados e a boa recepção por parte dos pequenos produtores, a iniciativa agora projeta vida longa: quando as dívidas são pagas, os recursos voltam ao fundo, garantindo a continuidade das ações em longo prazo.

APOIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

O REM MT participou ativamente de ações para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19 ao longo de 2021: foram contratados sete projetos indicados pelo Plano Emergencial de Combate à Covid-19 da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) para apoiar populações indígenas. Os projetos foram executados por quatro instituições: Associação Terra Indígena Xingu; Instituto Centro de Vida; Instituto Raoni e The Nature Conservancy. A FEPOIMT defende os interesses de 43 povos indígenas de Mato Grosso, levantando demandas, articulando soluções e políticas públicas voltadas para as populações originárias.

Em 2020, quando o número de infectados começou a crescer entre as populações tradicionais, aumentaram também as demandas por insumos médicos, de proteção e alimentícios. Com a ajuda da FEPOIMT, foram destinados R$ 7,5 milhões para os projetos ligados à covid-19, beneficiando 66 Terras Indígenas do estado.

Insumos hospitalares, como máscaras, álcool gel e testes rápidos, foram adquiridos. Além disso, por conta da restrição de deslocamento, dificultando a ida de indígenas às cidades para a compra de alimentos, foram distribuídas 3.397 cestas básicas, como forma de evitar a desnutrição nas comunidades.

Com foco em segurança alimentar, projetos de longo prazo foram implementados, como a construção de casas de farinha e a melhoria de técnicas de produção alimentar, com mudas de mandioca e criação de galinhas. Os projetos também visam à valorização da cultura indígena e da medicina tradicional.

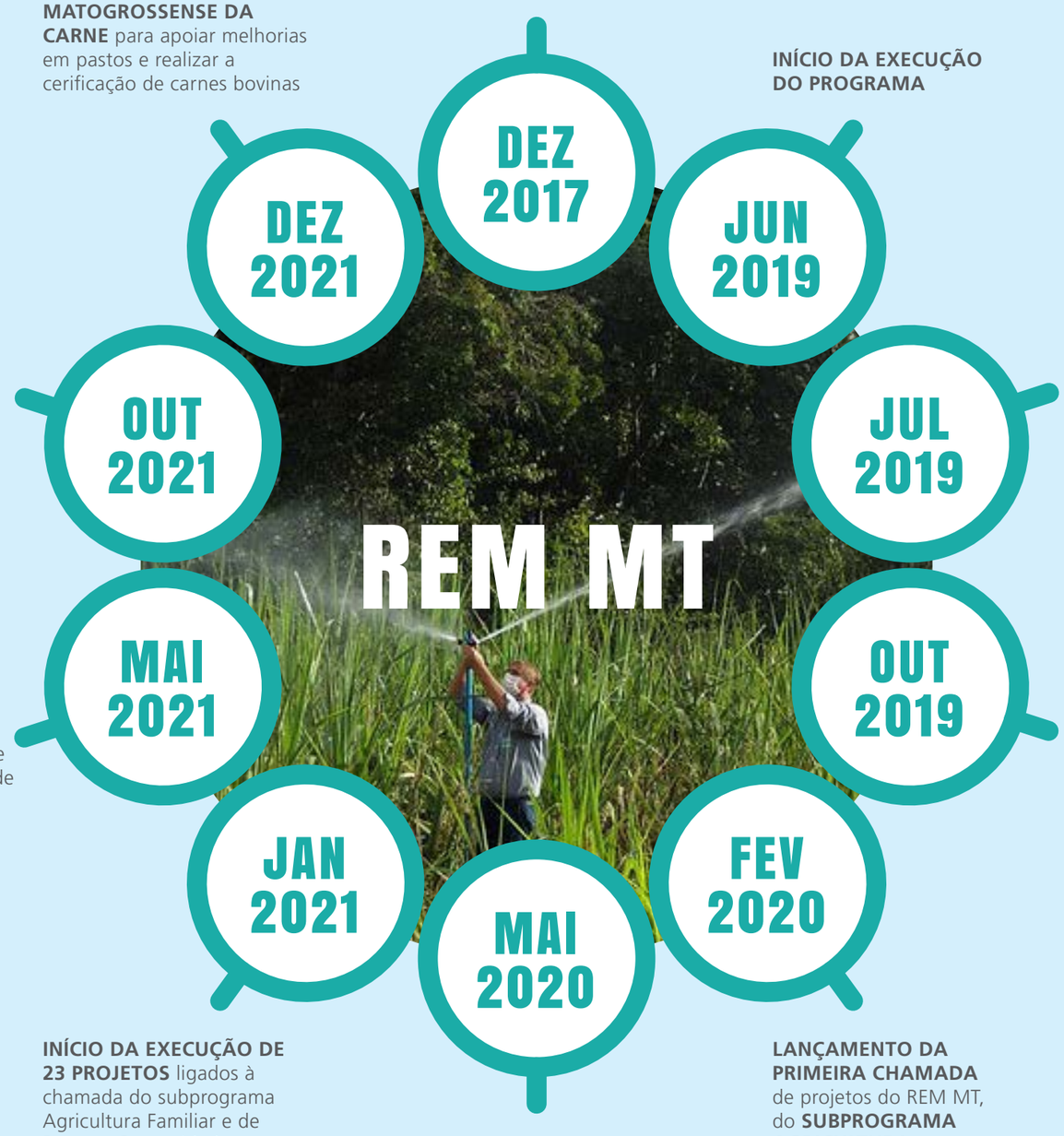
LINHA DO TEMPO

ASSINATURA DO CONTRATO COM O INSTITUTO MATOGROSSENSE DA CARNE para apoiar melhorias em pastos e realizar a cerificação de carnes bovinas

LANÇAMENTO DO REM MT na COP 23 do clima, na Alemanha

INÍCIO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS CADEIAS produtivas de produtos da Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais para elaboração da próxima chamada de projetos



INÍCIO DO MONITORAMENTO diário de desmatamento via imagens de satélite de alta resolução

INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS do **PLANO EMERGENCIAL** da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)

OFICINA DE PLANEJAMENTO estratégico

INÍCIO DA EXECUÇÃO DE 23 PROJETOS ligados à chamada do subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais e seis da chamada do subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

LANÇAMENTO DA CHAMADA DE PROJETOS do subprograma **PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E MERCADO SUSTENTÁVEIS**

LANÇAMENTO DA PRIMEIRA CHAMADA de projetos do REM MT, do **SUBPROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR** e de **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

NDC

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MECANISMOS FINANCEIROS

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

GEF MAR

PROJETO ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS PROTEGIDAS

12

ESTADOS

95

MILHÕES DE HECTARES DE ÁREAS MARINHAS E COSTEIRAS BENEFICIADOS

30

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fundo do mar do Parque Estadual Marinho (PEM) do Parcel de Manuel Luís (MA). Foto: Leo Francini

Com resultados que o tornam uma bem-sucedida experiência de conservação da biodiversidade no Brasil, o projeto Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas (GEF Mar) intensificou em 2021 ações de apoio a comunidades locais e a consolidação de iniciativas de apoio aos 95 milhões de hectares beneficiados pelo projeto.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, executado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e secretarias de Meio Ambiente dos estados de PE, MA, BA, PB, CE e ES, com gestão financeira do FUNBIO, o projeto criado em 2014 foi inicialmente financiado pelo Global Environment Facility (GEF), por intermédio do Banco Mundial. A partir de outubro de 2018, recursos oriundos de um termo de compromisso entre IBAMA e Petrobras foram adicionados. O projeto é implementado em parceria com instituições da sociedade civil e foi arquitetado para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira, e atuar junto a comunidades locais.

Ao longo de 2021, o GEF Mar deu continuidade a ações de mitigação dos impactos causados pelo derramamento de óleo que ocorreu no litoral do Nordeste no final de 2019, naquele que foi avaliado pelo Ministério Público Federal como o maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro. Atividades como análise laboratorial de amostras de óleo, água e pescado, aluguel de embarcações para pesquisas, compra de combustível para o monitoramento de praias e contratação de pessoal para limpeza das praias e para elaborar um diagnóstico socioeconômico foram apoiadas.

No fim de 2021, o projeto ampliou o apoio a ações de caráter emergencial nas comunidades locais em que atua, no Sul da Bahia. Chuvas atípicas e extremas que atingiram o litoral sul do estado provocaram alagamentos e deixaram dezenas de famílias desabrigadas. A elas foram destinadas 300 cestas básicas.

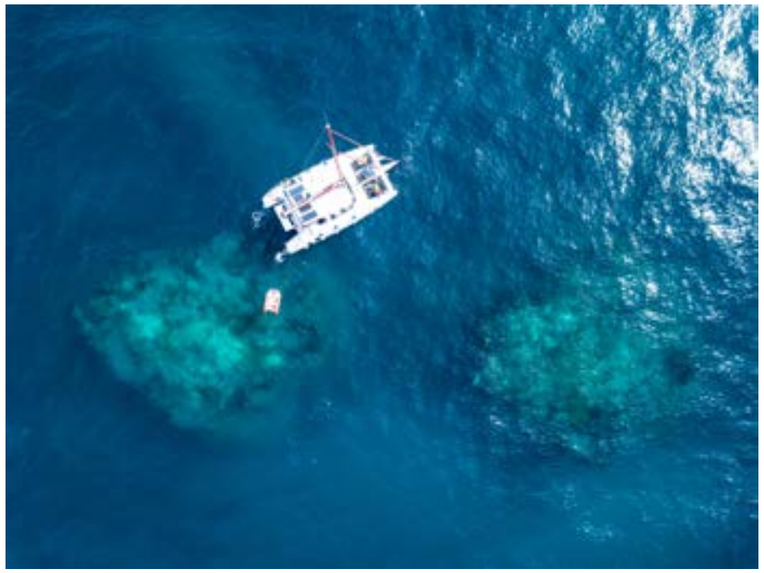
A mesma região recebe apoio do GEF Mar para o fortalecimento institucional de quatro diferentes projetos em que associações comunitárias são capacitadas para acessar diferentes fontes de financiamento.

PROJETO GEF MAR · GRUPO BANCO MUNDIAL · gef · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · GOVERNOS ESTADUAIS DA COSTA DO BRASIL · IBAMA MMA · ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA · MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

GEF MAR

Partes de naufrágio registradas no PEM do Parcel de Manuel Luís (MA). Foto: Leo Francini

Imagem aérea do PEM do Parcel de Manuel Luís feita durante expedição de diagnóstico para elaboração do plano de manejo da Unidade de Conservação. Foto: Leo Francini



APOIO À PESQUISA

O apoio do projeto viabilizou em 2021 a elaboração do plano de reforma da sede da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, em Santa Catarina, e das bases capixabas do projeto Tamar, localizadas nos municípios de Guriri e Regência. Desde a década de 1980, a iniciativa atua na preservação de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção.

Além disso, foram remodelados alojamentos funcionais do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) — estrutura organizacional que compreende a gestão das Unidades de Conservação — de Fernando de Noronha. Também foi reformado o navio de pesquisa Soloncy Moura, do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL), que há muitos anos não contava com reforma e manutenção periódicas.

Outra atividade importante do GEF Mar é o programa de bolsas de pesquisa, que continuou sua expansão em 2021, com o lançamento da 23ª chamada. Desde 2016, mais de 150 bolsistas já receberam o apoio do projeto, totalizando aproximadamente R$ 8 milhões em bolsas. Temas de pesquisa já apoiados anteriormente incluem o desenvolvimento em Tecnologia da Informação e Comunicação e apoio científico a atividades como a supervisão de planos de ação, avaliação do estado de conservação de espécies, auxílio a expedições, capacitações, ações em campo e em laboratório, elaboração de mapas sobre espécies, entre outros.

155

BOLSISTAS APOIADOS

7

CENTROS DE PESQUISA

GESTÃO E PLANO DE MANEJO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Parte do apoio fornecido pelo GEF Mar inclui a compra de equipamentos voltados para a gestão de áreas protegidas e a elaboração, revisão ou implementação de planos de manejo.

O projeto comprou equipamentos de monitoramento de pesca para a NGI São Pedro e São Paulo, assim como equipamentos para atender à gestão das UCs e para monitorar a biodiversidade, além de materiais para pesquisa marinha, entre eles: veículos submarinos operados remotamente (ROVs, em inglês), equipamentos de mergulho e materiais para o anilhamento de aves.

Em 2021, foram realizadas expedições embarcadas visando à obtenção de informações e materiais acerca dos dados físicos, biológicos e arqueológicos para a elaboração do plano de manejo do Parque do Parcel de Manuel Luís, no Maranhão. Desde 2020, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) trabalha com uma consultoria contratada com recursos do GEF Mar na elaboração do documento.

Houve avanço ainda na elaboração de outro plano de manejo, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Ponta da Baleia, em Abrolhos (BA), região rica em recifes, bancos de corais e diversidade de fauna e flora marinhas. A APA fica localizada no Extremo Sul da Bahia, ocupando 346.535 hectares nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Prado e Nova Viçosa. As populações costeiras da região contam com a exploração da pesca e do turismo como fonte de renda. O plano de manejo visa a garantir a exploração do potencial econômico aliada à sustentabilidade ambiental.

Também foi assinada uma cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o subprojeto Ecopesca Atum. O objetivo é oferecer maior proteção à pesca, aos pescadores e à biodiversidade marinha, com a aplicação de uma abordagem ecossistêmica na gestão pesqueira, que será viabilizada com apoio do GEF Mar. O método considera amplamente diferentes aspectos sociais, ambientais e econômicos para contribuir para uma atividade de pesca do atum mais sustentável. Com isso, também serão gerados subsídios para a implementação em escala nacional do Plano de Gestão da Pesca de Atuns no Brasil.

O GEF Mar apoia projetos que totalizam 95,1 milhões de hectares de áreas marinhas e costeiras em 30 Unidades de Conservação (UCs) e sete centros de pesquisa. Em 2018, com apoio do projeto, o percentual de áreas costeiras e marinhas protegidas passou de 1,5% para 26,3%, superando a meta nacional de 10% até 2020.

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS

LIXO MARINHO EM SP

PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO LIXO MARINHO EM SÃO PAULO

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

Anualmente, cerca de 11 milhões de toneladas apenas de resíduos plásticos são jogados nos oceanos e até 2040 as perspectivas não são boas, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP): esse número pode saltar para 29 milhões de toneladas métricas. Com dados alarmantes sobre o tema, em 2019 uma cooperação técnico-científica deu origem ao projeto Conhecimento para o Combate ao Lixo Marinho: Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo Marinho no Estado de São Paulo. Dele faziam parte poder público, iniciativa privada, sociedade civil e academia.

Em 2021, o projeto lançou o Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do Estado de São Paulo (PEMALM), um documento que subsidiará a gestão de resíduos para, consequentemente, apoiar a conservação de áreas marinhas e costeiras. Confira o plano na íntegra. Desde sua publicação, ele já foi apresentado em eventos nacionais e internacionais como uma importante ferramenta para preencher lacunas entre ciência e políticas públicas.

O projeto teve apoio da Embaixada da Noruega no Brasil e foi uma parceria entre o FUNBIO, o Instituto de Estudos Avançados (IEA) e o Instituto Oceanográfico (IOUSP), ambos da Universidade de São Paulo (USP), além da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) de São Paulo.

Entre os maiores vilões dos oceanos, restos de plásticos são encontrados na praia do Parque Estadual Xixová-Japuí, em São Vicente, SP. Foto: GerminAção

pemalm

Embaixada da Noruega
Brasília

SÃO PAULO

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

Cátedra UNESCO para Sustentabilidade dos Oceanos
Universidade de São Paulo
Estabelecida em 2019

USP

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA GOVERNO

LINHAS TEMÁTICAS

NOVO

MONITORAMENTO DO LIXO MARINHO

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

Entulhos também são realidade em praias brasileiras. Foto: GerminAção

As últimas décadas têm ligado o alerta global sobre um dos maiores vilões dos oceanos: o lixo marinho. No fim de 2021, visando a criar estratégias para o combate ao problema no Brasil, foi iniciado o projeto Monitoramento do Lixo Marinho, que atuará especificamente nos estados do Amapá, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro. O projeto baseia-se na bem-sucedida experiência realizada com o mesmo objetivo para o estado de São Paulo, de 2018 a 2020, com a mesma equipe técnica, ajudando as partes interessadas de outros locais a compreender e mobilizar as estruturas locais e regionais e criar políticas e esquemas de governança para garantir a sustentabilidade das suas próprias iniciativas.

A iniciativa apoiará a produção de dados para alimentar os indicadores de sustentabilidade ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, de proteção à vida marinha. O ODS está previsto na Agenda 30, acordo internacional firmado pelos estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Apoiado pela Embaixada da Noruega, o projeto será realizado em conjunto com o Instituto de Estudos Avançados, o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e os estados. Além dessas instituições, a iniciativa também tem parceria entre o FUNBIO e a Cátedra UNESCO para a Sustentabilidade dos Oceanos. Ao longo de três anos, serão envolvidos pesquisadores, gestores públicos, especialistas em lixo marinho e organizações para traçar estratégias assertivas.

O projeto está previsto para acontecer em três anos (2021 a 2024), mas será subdividido em fases de seis meses, dependendo de desembolsos e contratos específicos, tendo metas e ações específicas para cada período. A equipe terá, entretanto, um olhar ampliado, considerando os próximos dois anos e meio.

A iniciativa contempla, em um primeiro momento, discussões de condução ao desenvolvimento de futuros planos de monitoramento, avaliação e combate ao lixo marinho com o setor público. Com o esquema de governança proposto, espera-se gerar, partilhar e comunicar a necessidade de corresponsabilidade de todos os setores e parceiros do projeto, intimamente relacionados com outras estruturas de agenda oceânica disponíveis no Brasil.

Também estão previstos recursos para comunicação, uma das estratégias para envolver e diversificar os públicos, como, por exemplo, potenciais fontes de financiamento para a redução do lixo marinho.

ODS

pemalm

Embaixada da Noruega
Brasília

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · MANEJO DE ESPÉCIES · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS

Caatinga, Pampa e Pantanal

GEF TERRESTRE

PROJETO ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL

Com atuação focada na conservação da biodiversidade, restauração e manejo sustentável em três biomas (Pantanal, Caatinga e Pampa), o GEF Terrestre fechou o ano de 2021 com 12 novos subprojetos, somando um total de 24 iniciativas apoiadas. Uma chamada de projetos, lançada em junho de 2021, selecionou 10 propostas para receberem apoio do GEF Terrestre. As iniciativas incluem a recuperação de áreas degradadas e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação do Pantanal, e o fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos três biomas.

Os projetos selecionados devem contribuir para o GEF Terrestre superar sua meta, inicialmente estabelecida na restauração de 5 mil hectares de áreas degradadas. Hoje, os 24 projetos já contratados somam juntos uma meta de 6,6 mil hectares a serem recuperados.

Lançado em 2018, o GEF Terrestre é um projeto do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos do Global Environment Facility (GEF), e como agência executora o FUNBIO.

Seu principal objetivo é restabelecer ecossistemas degradados, proteger espécies ameaçadas de extinção e apoiar a criação e melhoria da gestão de UCs nos três biomas. Neles, são registradas as menores taxas de áreas protegidas, de acordo com dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Pampa (2,9%), Pantanal (4,6%) e Caatinga (9%).

Também em 2021, o GEF Terrestre apoiou a elaboração de cinco Planos de Recuperação de Áreas Degradadas, totalizando 12 Planos de Recuperação para

EM PAUTA

02.07.2021 | *Notícias Agrícolas*

Projeto de recuperação de pastagens degradadas vai utilizar metodologia desenvolvida pela Embrapa

"O projeto GEF Terrestre contribui para a recuperação do Pantanal, a partir de bases científicas, e beneficia comunidades tradicionais com geração de trabalho e renda."

ROSAN FERNANDES, gestor do projeto Aquarela Pantanal – MUPAN

Atividade da Mupan envolve mulheres no transplante de mudas no Parque Sesc Baía das Pedras (MT). Foto: Mupan/Divulgação

GEF Terrestre · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · BID Banco Interamericano de Desenvolvimento · gef · MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

7

ESTADOS

3

BIOMAS

24

PROJETOS APOIADOS

"O apoio do GEF Terrestre ao projeto Pro-APA Sustentável, implementado pela SAVE Brasil e pela Alianza del Pastizal, está permitindo a validação participativa de tecnologias inovadoras para o controle de espécies invasoras, contribuindo com o objetivo de promover uma integração efetiva entre produção sustentável e conservação da biodiversidade da APA e do bioma Pampa."

MICHAEL CARROLL, coordenador do projeto Pro-APA Sustentável – SAVE Brasil

Treinamento contra incêndios envolveu comunitários da região da Chapada do Araripe (CE, PE e PI). Foto: Emanuelle Souza/Cepan

UCs da Caatinga, Pantanal e Pampa. E concluiu um diagnóstico em UCs no Pampa, que avaliou demandas do uso de fogo, necessidades de intervenção e protocolos para o manejo do fogo nas UCs do bioma. Utilizado de modo controlado, segundo técnica já adotada por algumas UCs, o fogo pode evitar a ocorrência de grandes incêndios.

Uma aposta em inovação também recebeu apoio do projeto. Foram elaborados mapas digitais considerando diferentes cenários de recuperação da vegetação nativa na Caatinga e no Pampa. O propósito foi identificar áreas prioritárias para a recuperação da vegetação nativa por meio de um planejamento espacial sistemático, utilizando Programação Linear Inteira (PLI), um modelo matemático que incorpora a relação espacial de cada unidade de planejamento para atingir os objetivos dos diferentes cenários propostos.

Além disso, o GEF Terrestre terminou o ano com a contratação de três consultorias que visam à elaboração e aprimoramento de modelos de árvores de decisão e protocolos de monitoramento da restauração para os três biomas.

Desde 2020, o programa já realizou mais de 50 oficinas e seminários para mobilização e capacitação de beneficiários e parceiros chave dos projetos de restauração, em que foram treinadas mais de 600 pessoas, sendo 60% delas mulheres. Foram oferecidos também 14 treinamentos aos beneficiários dos projetos em oportunidades baseadas em biodiversidade e serviços ecossistêmicos, totalizando quase 200 pessoas, sendo 58% mulheres.

Em parceria com o ICMBio e MMA, o FUNBIO apoiou a edição e publicação do *Guia de restauração ecológica para gestores de Unidades de Conservação*, que reúne conceitos, orientações básicas e indicação de fontes de informação atualizadas e detalhadas sobre a restauração de áreas degradadas, com diretrizes para contratação e análise de serviços especializados. O guia traz a legislação vigente relacionada ao tema e explica preceitos para um bom diagnóstico de áreas degradadas e métodos de restauração e monitoramento.

VALE OUVIR:

o projeto RestaurAPA, que têm apoio do GEF Terrestre para recuperar áreas degradadas do Pampa, lançou um podcast para apresentar o bioma a partir de pesquisas, ações e entrevistas com especialistas.

OUÇA O PODCAST

NDC

ODS

PARCEIROS

GOVERNO

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Mata Atlântica

MATA ATLÂNTICA

BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA MATA ATLÂNTICA

Borda do Parque Nacional do Descobrimento (BA) com Monte Pascoal ao fundo. Foto: Instituto Ciclos

O projeto Mata Atlântica selecionou em 2021 dez iniciativas, que, ao longo de dois anos, irão restaurar cerca de 3 mil hectares na Bahia (três projetos), no Rio de Janeiro (três), no Paraná (três) e em São Paulo (um). A escolha considerou ações estruturantes, isto é, que tenham impacto a longo prazo e contribuam para a sustentabilidade da cadeia econômica da restauração, entre elas o fomento de grupos de coletores de sementes, a capacitação técnica de ao menos 600 pessoas e a estruturação de viveiros.

Na Bahia, o projeto coordenado pelo Movimento em Defesa de Porto Seguro (MDPS) trabalhará na recuperação de nascentes e matas ciliares das microbacias hidrográficas da região do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul do estado (MAPES). O mosaico abrange os municípios de Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália, em que haverá também a formação de corredores ecológicos envolvendo Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Corredores ecológicos são fundamentais para conectar fragmentos isolados e, desssa forma, assegurar a variabilidade genética de populações isoladas. Hoje, restam apenas 12,4%* da cobertura original do bioma, que originalmente se estendia por 1,3 milhão de km², é o lar de 120 milhões de pessoas e responde por 70% do PIB nacional

No mesmo estado, a instituição Natureza Bela implementará um projeto que restaurará 410 hectares em Unidades de Conservação federais, além de apoiar oportunidades de trabalho e renda pela adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais (SAFs) em comunidades indígenas. O Instituto Ciclos apoiará a recuperação da vegetação nativa em 193 hectares em três municípios baianos, além de fomentar o desenvolvimento de agentes locais engajados na cadeia produtiva da restauração florestal.

*Dados da SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), quando considerados remanescentes florestais maiores do que três hectares sem degradação.

Mata Atlântica Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da República Federal da Alemanha

giz KFW

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MATA ATLÂNTICA

Indígenas da etnia Pataxó após a colheita de pimenta-rosa na Terra Indígena Comexatibá (BA). Foto: Instituto Ciclos

Tradicionais na cultura indígena, sistemas agroflorestais são utilizados também na TI Comexatibá (BA). Foto: Instituto Ciclos

10

PROJETOS APOIADOS

40

UCS APOIADAS NO MOSAICO LAGAMAR (SP E PR)

29

ÁREAS PROTEGIDAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO MOSAICO CENTRAL FLUMINENSE (RJ)

No Rio de Janeiro, o Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA) trabalhará na reconexão de fragmentos no Mosaico Central Fluminense, criando corredores entre a Reserva Biológica do Tinguá e fragmentos com cerca de 5.200 hectares de florestas bem conservadas. Com atuação no mesmo mosaico, o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) conectará remanescentes florestais na Serra do Mar, fortalecendo a cadeia produtiva florestal e o turismo sustentável, por meio do fortalecimento do Caminho da Mata Atlântica, trilha de 4.270 km que a conecta à parte da Serra Geral entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. O Mosaico Central Fluminense reúne 29 áreas protegidas federais, estaduais e municipais.

A Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), apoiada pelo FUNBIO em outras iniciativas (ver páginas 69 e 70), reintroduzirá epífitas — plantas que crescem apoiadas em troncos, lianas e cipós, criando nichos e estabelecendo relações ecológicas únicas com diversos grupos na floresta, incluindo o endêmico mico-leão-dourado — em áreas previamente restauradas. Hoje se estima que, mesmo anos após a restauração, ainda é incipiente a colonização das novas matas por epífitas, que desempenham importante papel no equilíbrio ambiental.

No Paraná, o Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) terá apoio para um extenso trabalho de restauração no Mosaico Lagamar em áreas convertidas para pastagens de búfalos e posteriormente abandonadas. O mosaico inclui mais de 40 UCs, que incluem mangues e remanescentes florestais, e nele vivem comunidades caiçaras com valioso conhecimento tradicional.

Ainda no mesmo mosaico, o Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais trabalhará no enriquecimento da diversidade de espécies em áreas restauradas. O plantio de quase cem mil mudas contribuirá para a biodiversidade, chave para a conservação de flora e fauna.

Já o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) vai focar em uma antiga fazenda de exploração madeireira dentro do Parque Nacional Guaricana, em Morretes, em área de interesse da comunidade indígena residente local, Tupã Nhe'é Kretã. Nas capacitações em técnicas silviculturais, restauração e produção de mudas florestais em viveiros, haverá reforço na influência feminina como liderança comunitária.

Em São Paulo, a Iniciativa Verde implementará a recuperação florestal em 200 hectares de outro mosaico: o de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), no Vale do Ribeira, região declarada patrimônio natural da humanidade pela Unesco.

O Projeto Mata Atlântica, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), integra a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). O projeto conta com recursos do KfW e tem o FUNBIO como gestor financeiro e executor.

NDC

ODS

PARCEIROS

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

EQUIDADE DE GÊNERO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

FUNDO AMAPÁ

O Fundo Amapá, lançado em 2015 para apoiar a manutenção e a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) municipais, estaduais e federais e das Terras Indígenas (TIs) no estado, lançou em 2021 sua primeira chamada de projetos, voltada a agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. As propostas visam a fortalecer as cadeias de valor da sociobiodiversidade e da bioeconomia na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, na Floresta Estadual do Amapá (FLOTA Amapá) e na Floresta Nacional do Amapá (FLONA Amapá).

Em 2022, a expectativa é iniciar os projetos selecionados e lançar mais uma chamada para novos projetos, além de expandir a atuação do fundo, que prevê a captação de recursos em fontes diversificadas, tais como doações, pagamentos por serviços ambientais (PSA) e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Atualmente, há no Amapá sete UCs federais (6.055.897 hectares), cinco estaduais (3.197.508 hectares), duas municipais (68.894 hectares) e cinco TIs (1.183.838 hectares). Juntas totalizam 10,5 milhões de hectares de áreas protegidas no estado, que tem mais de 70% de seu território coberto pela floresta amazônica.

O Fundo Amapá conta com recursos doados pelo Global Conservation Fund (GCF) da Fundação Conservation International e tem o FUNBIO como gestor financeiro e secretaria.

EM PAUTA

26.08.2021 | G1

‘Fundo Amapá’ financia com até R$ 300 mil iniciativas com foco na bioeconomia; inscreva-se

Parque Nacional do Cabo Orange (AP). Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

NDC

ODS

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

MECANISMOS FINANCEIROS

BIOMA E ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho e Mata Atlântica

FUNDO ABROLHOS TERRA E MAR

Vista aérea do arquipélago de Abrolhos (BA). Foto: Guilherme Duarte

Formado por um grupo de cinco pequenas ilhas no Sul da Bahia, o arquipélago de Abrolhos hospeda o maior e mais diverso sistema de corais do Oceano Atlântico Sul. Numa iniciativa que contribui para conservar esses ecossistemas marinhos e costeiros que ocupam mais de 89 milhões de hectares, o Fundo Abrolhos Terra e Mar existe desde 2016 para apoiar a criação, a consolidação, a manutenção e o fortalecimento institucional das Unidades de Conservação (UCs) federais do Sul da Bahia e do Extremo Norte do Espírito Santo.

Uma das principais ações em 2021 foi a seleção de uma consultoria para mapeamento, seleção e mentoria de negócios para fomento ao empreendedorismo sustentável do território Abrolhos Terra e Mar.* O objetivo é apoiar a elaboração de uma estratégia para mapear e selecionar dez negócios ou iniciativas com impacto socioambiental, pelo período de 7 a 12 meses.

O fundo também direcionará recursos para a reestruturação da sede do Parque Nacional Marinho (PARNA MAR) dos Abrolhos, o primeiro PARNA MAR do Brasil, criado em 1983. As obras vão incluir a adaptação do edifício da sede para a atual situação sanitária, como o aumento da área de ventilação e a ampliação de janelas.

Focado em atender uma região onde vivem mais de 1,7 milhão de pessoas, incluindo comunidades tradicionais e indígenas, o fundo patrimonial (também chamado de *endowment*, em que somente os rendimentos são utilizados, mantendo-se intacto o valor do patrimônio do fundo) foi desenhado pelo FUNBIO, que é também seu gestor financeiro e executivo. Conta ainda com apoio técnico da Conservation International (CI) e financeiro do Global Conservation Fund (GCF) da CI.

Trata-se de um fundo privado, com governança público-privada, e que pode receber doações de pessoas físicas ou recursos oriundos de obrigações legais, tais como compensações ambientais, condicionantes de licenciamento ou Termos de Ajustamento de Conduta.

*Denominação criada pela CI.

ODS

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PARCEIROS

ACADEMIA

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

BIOMA

Amazônia

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

12

MILHÕES DE HECTARES

57

ALDEIAS APOIADAS

O ano de 2021 marcou o início das atividades de campo do projeto Tradição e Futuro na Amazônia (TFA), que tem foco no fortalecimento da gestão territorial e ambiental de cinco Terras Indígenas (TI) Kayapó: Capoto/Jarina, localizada no estado de Mato Grosso (MT), Las Casas, Kayapó e Baú, no Pará (PA), e Menkragnoti, nos estados de MT e PA. Os Kayapó vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do Rio Xingu, em uma área de quase 12 milhões de hectares contínuos das florestas mais bem conservadas da Amazônia.

Com o impacto da pandemia de covid-19, a primeira ação de campo aconteceu no segundo semestre de 2021, com produção de pinturas e grafismos. Mulheres e jovens de 12 diferentes aldeias beneficiadas pelo TFA se encontraram para reproduzir grafismos e representar atividades tradicionais dos indígenas em telas e papéis especiais, inspirados na biodiversidade local e em mitos ancestrais.

Reunidos na aldeia Pykany, no Pará, os indígenas produziram 60 desenhos e 29 telas carregados de simbolismo. A presença de figuras Kayapó mais experientes estimulou também um diálogo com jovens indígenas, que gravaram vídeos sobre os mitos formadores da cultura Kayapó, sobre cosmologia e ritos tradicionais.

O TFA, projeto patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental, também tem foco na valorização de conhecimentos do povo Mêbêngôkre, termo usado pelos Kayapó para se referirem a si próprios. Nesse contexto, as novas gerações têm papel estratégico para perpetuar as tradições. As estratégias do Tradição e Futuro na Amazônia incluem,

Durante oficina na aldeia Pykany, indígena pinta grafismos Kayapó inspirados em elementos da natureza e da cultura da etnia. Foto: Instituto Kabu

Tradição e Futuro na Amazônia

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

“O projeto TFA tem sido muito importante para os Mebêngôkre (Kayapó_ Mekrãgnoti), justamente por se tratar de uma iniciativa que dialoga, complementa, está de fato em perfeita sinergia com os demais projetos que a organização vem executando nas Terras Indígenas Baú e Menkragnoti. Em todas as ações realizadas pelos demais projetos, seja na cidade de Novo Progresso, seja, sobretudo, nas aldeias, o TFA tem contribuído com aporte de material didático, logística, pequenos reparos, pagamento de diárias para deslocamento e cooperação técnica nas atividades. O formato participativo e de cooperação mútua tem sido o diferencial desse projeto junto aos Kayapó que estão a oeste do Rio Xingu.”

LUIS CARLOS SAMPAIO, coordenador do Instituto Kabu

Oficina de plantio de mudas na aldeia Kubenkôkre. Foto: Instituto Kabu

entre outros, o fortalecimento da gestão territorial e ambiental e de sistemas produtivos e a documentação da tradição desses povos.

Entre outras incursões que ocorreram no último ano, estão também atividades ligadas à educação ambiental com jovens, mulheres e crianças, público prioritário do TFA. Além delas, também aconteceram ações voltadas para o fortalecimento de cadeias produtivas, etnomapeamento, traduções dos direitos indígenas e até a implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Os SAFs combinam diferentes espécies, plantadas simultaneamente, para que a colheita seja feita em diferentes momentos (curto, médio e longo prazo) ou para que uma contribua para o crescimento de outra. É o caso da mescla do cumaru, encontrado na Amazônia, com espécies frutíferas como o limão, a laranja e o pequi. Muito antes da criação do termo SAF, os Kayapó já adotavam procedimentos relacionados à técnica em sua agricultura tradicional. A implementação e o manejo dos sistemas incluem a realização de atividades voltadas para todo o processo, desde a coleta de sementes, produção de mudas, técnicas de plantio, até colheita e manejo dos sistemas produtivos. A iniciativa vai incluir o mapeamento e a identificação de espécies agrícolas e florestais já utilizadas pelos Kayapó em sua alimentação.

Uma das atividades mais aguardadas pelos indígenas é a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), um documento orientador para a administração de seus territórios, patrimônios e recursos naturais, que leva em consideração diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGNATI). Com apoio do TFA, os Kayapó da TI Menkragnoti serão envolvidos em discussões e planejamentos comunitários para identificar as necessidades do território e, a partir disso, finalizar o PGTA ainda em 2023.

A medição e o monitoramento do estoque de carbono são outra frente importante do TFA. Será feito o levantamento do estoque de carbono e um trabalho junto aos indígenas para a compreensão sobre estoques de carbono, seu valor e o valor da floresta em pé.

Outro componente em andamento é a implementação de atividades voltadas para Direitos dos Povos Indígenas. Primeira Kayapó a se formar em Direito, Maial Paiakan está traduzindo importantes marcos legais sobre os direitos indígenas, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e os artigos 231 e 232 da Constituição brasileira.

Posteriormente, os textos traduzidos serão utilizados para a elaboração de materiais impressos e conteúdos audiovisuais e digitais (incluindo um podcast) a serem disponibilizados nas aldeias e usados em debates voltados para jovens e mulheres, principalmente.

O projeto conta com a parceria da Conservação Internacional Brasil e das associações indígenas Instituto Kabu, Instituto Raoni e Associação Floresta Protegida.

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

Ancestralidade, por Raoni Metuktire

Livre arbítrio das Crianças Kayapó, por Bepte Kayapó

Alimentação dos Kayapó, por Kokotô Kayapó

A importância dos rios para os Kayapó, por Bepdjyre Txucarramãe

TRADIÇÃO E FUTURO NA AMAZÔNIA

O projeto **Tradição e Futuro na Amazônia (TFA)**, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental, apoia o povo Kayapó de cinco Terras Indígenas (TIs) localizadas nos estados de Mato Grosso e Pará. Os territórios da etnia têm quase 12 milhões de hectares contínuos de florestas, considerados os mais conservados da Amazônia e com um importante estoque de carbono que contribui para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

Área Foco 1

TI Las Casas, TI Kayapó e parte da TI Menkragnoti
Organização representativa:
Associação Floresta Protegida (AFP) - Pará

Área Foco 2

Baú e parte da TI Menkragnoti
Organização representativa:
Instituto Kabu (IK) - Pará

Área Foco 3

Capoto/Jarina e parte sul da TI Menkragnoti
Organização representativa:
Instituto Raoni (IR) - Mato Grosso

650
indígenas atendidos diretamente pelo projeto

100 crianças de até 11 anos

70 adolescentes de 12 a 14 anos

50 jovens adolescentes de 15 a 17 anos

50 jovens adultos de 18 a 29 anos

380 adultos de 30 anos ou mais

9.072 indígenas no território

5.034 TI Kayapó

1.707 TI Menkragnoti

1.550 TI Capoto/Jarina

399 TI Las Casas

382 TI Baú

57 aldeias apoiadas

ODS 5 (Igualdade de gênero)

ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima)

ODS 15 (Vida terrestre)

ODS 17 (Parcerias e meios de implementação)

EIXOS DO PROJETO

Estratégico
Manutenção da floresta em pé e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Tático
Implementação de ferramentas de gestão territorial e ambiental.

Operacional
Apoiar o monitoramento do estoque de carbono e o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis.

AÇÕES DO TFA

Capacitação de atores locais; Fortalecimento de Organizações Representativas.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para a Terra Indígena Menkragnoti.

Fortalecimento da Produção Sustentável.

Gestão ambiental.

ODS

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MECANISMOS FINANCEIROS

BIOMA

Amazônia

FUNDO KAYAPÓ

Aldeia apoiada pelo Fundo Kayapó.
Foto: Instituto Kabu

Dez anos após sua implementação, o Fundo Kayapó (FK) chegou a 2021 com grandes conquistas. Já são mais de dez milhões de hectares de floresta amazônica em territórios da etnia contemplados pela iniciativa em Mato Grosso (MT) e no Pará (PA), e mais de sete mil indígenas beneficiados direta e indiretamente pelas ações apoiadas pelo mecanismo financeiro de longo prazo.

No último ano, teve início o diagnóstico de novas organizações em atividade em Terras Indígenas (Tis), o que permitirá ampliar a atuação do projeto.

Entre os já parceiros, a Associação Floresta Protegida (AFP), que representa cerca de três mil Kayapós de 31 aldeias das TIs Kayapó e Las Casas, no PA, e Menkragnoti, nos estados de MT e PA. A AFP passou, em 2021, a receber apoio para o projeto Estratégias Articuladas para o Enfrentamento de Crescentes Ameaças sobre os Territórios Kayapó, desenvolvido desde 2021 pela associação.

A iniciativa visa à proteção e à gestão sustentável dos territórios e recursos naturais e à promoção da autonomia econômica e política dos Kayapó.

Para isso, foram comprados equipamentos para fortalecer as bases de monitoramento. Entre eles, uma embarcação e quatro motores para vigilância do território, além de materiais e equipamentos para atividades do Coletivo Beture, conduzido por cineastas indígenas. A associação também destinou recursos para apoio às atividades produtivas das comunidades beneficiadas, para a contratação de profissionais para auxiliar a gestão técnica e administrativa da Cooperativa Kayapó COOBA-Y, voltada para produtos da sociobiodiversidade de Kayapó e para a logística de Assembleia Geral junto às comunidades associadas, com participação de 100 representantes.

O projeto faz parte do quarto ciclo de investimento do fundo, que disponibilizará recursos da ordem de R$ 4,2 milhões até 2023. Os ciclos de investimento correspondem aos períodos em que são lançadas chamadas de projetos abertas a associações representativas do povo Kayapó. Ainda em 2021, o Fundo Kayapó viabilizou ações do Instituto Kabu (IK) no escopo do projeto

FUNDO AMAZÔNIA

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

FUNDO KAYAPÓ

Defesa do Território Menkragnoti no Corredor do Desmatamento no Sudoeste do Pará, que alia o conhecimento tradicional ao técnico-científico. Faz isso por meio de trocas realizadas em um formato participativo, conectado à realidade atual das comunidades e suas demandas por tecnologia, infraestrutura, capacitação e serviços que os ajudem a assegurar a proteção territorial e a integridade da sua cultura.

Em uma das atividades, um grupo de 17 líderes Kayapó participou de uma oficina na Câmara Municipal de Novo Progresso (PA) para discutir políticas públicas e trocar experiências relacionadas aos direitos indígenas. A expectativa é que a capacitação contribua na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Baú, localizada no estado do Pará, e Menkragnoti, que será concluído até o fim de 2023. Os PGTAs são elaborados pelos próprios indígenas, que neles reúnem anseios relacionados a temas como proteção territorial e geração de renda. Constituem o principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), em vigor desde 2012.

Em outra oficina, o projeto também abordou com um grupo de 26 indígenas o tema Direitos e Políticas Públicas no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Também foi executada uma capacitação voltada para a produção e o plantio de mudas, que contou com 39 indígenas de todas as aldeias assistidas pelo fundo, com aulas teóricas e uma oficina prática. Ao final do curso, os participantes plantaram mudas de pequi, espécie nativa do Cerrado. O Instituto Kabu promoveu a revitalização do viveiro de mudas, adaptando-o para o aumento da produção: foram construídas bancadas e sementeira, além de um poço circular para captação de água subterrânea.

Em 2021, o Instituto Raoni (IR) recebeu apoio para o projeto Mẽ Anodjá, que visa a contribuir para a proteção dos recursos naturais, assim como da cultura e do modo de vida das populações das TIs Capoto/Jarina, em MT, e Menkragnoti, PA. As atividades beneficiarão diretamente 283 famílias Kayapó.

Com apoio do FK e de outros parceiros, um total de 42 hectares de roças e sistemas agroflorestais em TIs foi beneficiado: enriquecimento de dois hectares já existentes, ampliação de cinco hectares de pomares e quintais frutíferos, manutenção e replantio das roças tradicionais Kayapó em 12 comunidades das TIs Capoto/Jarina, quatro da TI Menkragnoti, além de roças comunitárias das aldeias Capoto, Piaraçu, Wani-Wani e Metuktire, na TI Capoto/Jarina.

Nessas áreas, também foram feitos o replantio e a introdução de espécies nativas para alimentação, produção de medicamentos naturais e atração para caça. Há também um incentivo extra para o plantio de pimenta, um pedido dos Kayapó após intercâmbio com povos da etnia Kinsedjê.

Desde a sua criação, em 2011, a partir de doação do Global Conservation Fund (GCF), por meio da Conservação Internacional Brasil (CI Brasil), o Fundo Kayapó já direcionou recursos para propostas de três organizações indígenas: Associação Floresta Protegida, Instituto Kabu e Instituto Raoni. O fundo também é apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos do Fundo Amazônia.

O FUNBIO ajudou a desenhar o mecanismo de funcionamento do fundo e atua como seu gestor financeiro e operacional, executando atividades com parceiros, com o objetivo de fortalecer especialmente instituições indígenas que realizam trabalho de campo.

Indígenas em oficina de audiovisual no Rio Pixaxá, TI Menkragnoti (PA). Foto: Lucas Landau

Indígenas da etnia Kayapó durante curso de produção de mudas. Foto: Institito Kabu

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Mata Atlântica

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO

PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO

Filhote de mico-leão-dourado em Silva Jardim (RJ). Foto: Andréia Martins/ AMLD

Mirante permitirá que visitantes tenham vista ampla do parque. Foto: Luís Paulo Ferraz/AMLD

Observar o habitat dos micos-leões-dourados na natureza vai ficar mais fácil para o público em geral em 2022. A novidade é resultado do trabalho feito ao longo de 2021 para a estruturação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, que deverá ser inaugurado no segundo semestre de 2022 na Fazenda Igarapé, no município fluminense de Silva Jardim. Ao longo do último ano, o projeto de implementação do parque também apoiou compra de equipamentos audiovisuais necessários para o funcionamento da iniciativa.

Fruto de uma parceria entre a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) e o FUNBIO, com recursos doados pela ExxonMobil, o projeto construiu em 2021 dois *decks* para observação da fauna e da flora da região.

Do mirante principal é possível avistar o viaduto vegetado que foi construído pela concessionária da rodovia para que animais possam circular em segurança. Além disso, é possível ver a área restaurada pela parceria na Fazenda Igarapé, sede da AMLD. As áreas que abrigam as mudas são estratégicas para a conectividade da paisagem no corredor florestal da Reserva Biológica (Rebio) Poço das Antas. Essa conexão é chave para assegurar a variabilidade genética, já que permite o encontro de grupos previamente isolados de animais.

A segunda estrutura fica próxima à sede administrativa e garante aos visitantes uma visão privilegiada da floresta.

Ambos os *decks* foram finalizados em 2021 e serão estratégicos para os visitantes do parque explorarem, na companhia de monitores, assuntos como conexão florestal, fragmentação, áreas protegidas, licenciamento ambiental, agricultura e restauração. Os mirantes também serão utilizados para observação de fauna e realização de encontros.

ATIVIDADES CULTURAIS E EDUCATIVAS

Ainda em preparação para a abertura do parque a visitantes, o projeto adquiriu equipamentos audiovisuais para equipar um auditório e um centro de visitantes para atividades culturais e educativas. Essa ação também foi finalizada em 2021, com a instalação dos equipamentos no auditório da AMLD, após os estudos necessários para dimensionamento do projeto.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, marcou o lançamento de um vídeo sobre a parceria da AMLD com a ExxonMobil e o FUNBIO, destacando a restauração florestal da Fazenda Igarapé. A pandemia de covid-19 impactou o planejamento inicial do projeto, levando ao cancelamento de atividades previstas, como a visitação de grupos de ecoturistas, cursos de capacitação de condutores de ecoturismo e eventos culturais chamados Mico com Arte.

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Mata Atlântica

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II

PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO

Em preparação para a inauguração do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado (PEMLD), prevista para acontecer no início do segundo semestre de 2022, a parceria entre a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) e o FUNBIO, com recursos doados pela ExxonMobil, iniciou em 2021 mais um projeto: dessa vez, serão construídas estruturas de apoio à visitação pública e a Casa do Mico-Leão-Dourado.

A torre de observação será erguida como parte das ações da segunda fase do projeto de apoio à implementação do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, iniciado em setembro de 2021. Na altura da copa das árvores, a estrutura terá localização estratégica para a visualização da área de restauração florestal realizada em 2019/2020 pela AMLD na Fazenda Igarapé, sede da instituição, no município de

Ameaçado de extinção, mico-leão-dourado é endêmico da Mata Atlântica. Foto: Luiz Thiago de Jesus/ AMLD

EM PAUTA

02.08.2021 | *Colabora*

ExxonMobil renova apoio à Associação Mico-Leão-Dourado

ExxonMobil

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PARQUE ECOLÓGICO MICO-LEÃO-DOURADO FASE II

“Apesar da pandemia e da necessidade de readequação de algumas atividades, o projeto não parou. Seu resultado mais visível é a estrutura de observação da paisagem: a Torre da Restauração Ecológica. Restaurar a Mata Atlântica é fundamental não apenas para o primata, mas para nós e todas as espécies que habitam a floresta. O visual a partir da torre, de uma vasta pastagem que voltou a se tornar mata, desafia o visitante a pensar na importância e na viabilidade do plantio de florestas. Junto com o mirante para observação do viaduto vegetado na rodovia BR-101, construído na primeira fase do projeto, é parte de atrativos especiais para a educação ambiental e o ecoturismo.”

LUÍS PAULO FERRAZ, secretário executivo da AMLD

Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro. Isso porque, além de permitir o monitoramento por ângulo diferente daquele dos dois mirantes previamente erguidos com apoio da ExxonMobil, a torre será uma aliada na prevenção e identificação de incêndios florestais.

A 12 metros do solo, a estrutura de madeira terá 14,5 metros de altura, com capacidade máxima para 15 pessoas. Além de turismo, ela servirá para apoio a atividades de pesquisa científica de observação da fauna.

Em 2021, também foram aprovados os planos para construção de uma instalação voltada para atividades de educação ambiental: a Casa do Mico-Leão-Dourado, que aproveitará uma estrutura já existente na fazenda. A ideia é criar uma experiência de imersão em aspectos do comportamento social do mico-leão-dourado, seus hábitos e curiosidades, por meio de equipamentos audiovisuais multimídia e experiências sensoriais. O projeto consiste na readequação física do espaço, além de estudo, planejamento e implantação da experiência.

O projeto pretende, ao longo de 2022, fortalecer mecanismos de comunicação, digital e presencialmente, voltados tanto para a conservação do mico-leão-dourado como para o parque, buscando engajar o público em iniciativas ligadas à natureza. Além disso, a iniciativa também fortalecerá parceiros regionais, por meio de capacitação, para a consolidação do destino ecoturístico em torno do primata, que atualmente está na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Torre possibilita que visitantes observem o parque da mesma altura da copa das árvores. Foto: Luís Paulo Ferraz/AMLD

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

MANEJO DE ESPÉCIES

MECANISMOS FINANCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMAS

Amazônia, Mata Atlântica e Pampa

PROBIO II

FUNDO DE OPORTUNIDADES DO PROJETO NACIONAL DE AÇÕES INTEGRADAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA BIODIVERSIDADE

Cacau cabruca é plantado sob a sombra das árvores. Foto: Acervo/Tabôa

Produção de mel de abelhas nativas pelo projeto Tabôa. Foto: Acervo/Tabôa

A iniciativa Fortalecimento da Agroecologia – Circuitos de Comercialização, apoiada pelo Fundo de Oportunidades do Probio II e encerrada em 2021, levou assistência técnica rural a 200 famílias e capacitação a mais de 100 produtores de cacau, além do acompanhamento técnico de meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) para 56 agricultores. Os treinamentos, realizados ao longo dos dois anos do projeto, assegurarão aos produtores autonomia para a continuidade das ações, que fortalecem a agroecologia no Sul da Bahia.

O objetivo do projeto foi contribuir para uma alimentação saudável, para a proteção da biodiversidade no campo e para a manutenção da cobertura florestal em áreas de cacau cabruca e em um *hotspot* de biodiversidade — áreas de florestas tropicais que abrigam uma grande concentração de espécies, com alto grau de endemismo e que estão sob grande ameaça — no Sul da Bahia.

O cacau cabruca é plantado sob a sombra das árvores da Mata Atlântica, sistema utilizado no Sul da Bahia há mais de 200 anos e considerado precursor dos atuais sistemas agroflorestais. Trata-se de uma forma de restauração de áreas degradadas, como aquelas utilizadas previamente para pastagens.

Em 2021, foram capacitados 76 agricultores sobre produção e manejo do cacau. O apoio aos agricultores foi além de contribuir para que a produção de cacau seja feita de maneira mais sustentável e eficiente. Incluiu também assistência técnica para o beneficiamento da amêndoa do cacau, agregando valor ao produto para que seja vendido acima do preço de *commodity*. O resultado é o aumento de renda para os agricultores familiares que vivem em assentamentos.

Parte da capacitação dos produtores de cacau incluiu o acesso a métodos de produção de chocolate de qualidade superior, o que também agrega valor e incrementa o faturamento. Além disso, o apoio contou com uma parte logística, de rede de escoamento dessa produção para enviar o chocolate a outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

PROBIO II

BANCO MUNDIAL

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TABÔA FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

"O apoio do FUNBIO e do Arapyaú na criação da Tabôa Fortalecimento Comunitário foi fundamental para sua estruturação e desenvolvimento de capacidade de realizar parcerias estratégicas e gerir projetos na área socioambiental no Sul da Bahia nos anos de 2014 a 2016. Posteriormente o FUNBIO apoiou a expansão do programa de desenvolvimento rural pelo qual conseguimos atender 230 agricultores com assistência técnica e realizar mais de 200 créditos para produção e beneficiamento de cacau no sistema cabruca, o que gerou um aumento médio de produtividade de 22% e aumento de 28% de renda, impactando mais de 800 hectares, com foco em agroecologia em assentamentos de reforma agrária. O apoio do FUNBIO nos permitiu alavancar a mobilização de recursos com outros apoiadores, como Instituto humanize e Inter-American Foundation."

ROBERTO VILELA, diretor executivo da Tabôa

Lavoura de cacau cabruca no Sul da Bahia. Foto: Acervo/Tabôa

MELIPONICULTURA

O Fundo de Oportunidades apoiou também a meliponicultura por meio de acompanhamento técnico que capacitou 56 agricultores em 2021 no Sul da Bahia.

As atividades de capacitação foram realizadas em duas etapas. A primeira, em março, capacitou 29 agricultores dos assentamentos de Dois Riachões, São João, Serra de Areia e Dandara dos Palmares. Em agosto, mais 27 agricultores foram treinados, nos grupos Rochedo e Nova Vitória.

Além disso, em maio de 2021 foi inaugurado um meliponário, construído no Instituto Federal Baiano (IFBaiano), em Uruçuca, instituição de ensino que oferece cursos de educação básica e superior. Com capacidade para 400 enxames, hoje abriga 62 enxames de *Melipona* sp.

A abelha manejada é a uruçu-amarela (*Melipona rufiventris*), cuja população, nos últimos anos, tem decrescido por conta da redução de florestas e matas nativas, o que compromete a polinização e, consequentemente, a continuidade da própria flora. Com isso, a meliponicultura tornou-se de extrema importância para a conservação da espécie.

O projeto Fortalecimento da Agroecologia – Circuitos de Comercialização foi financiado em um modelo combinado com a Tabôa Fortalecimento Comunitário, associação criada em 2015 pelo FUNBIO, e o Instituto Arapyaú, para alavancar a economia local e fortalecer, além dos negócios, a sociedade civil, por meio de crédito, capacitação e assessorias.

Por meio da Tabôa, recursos doados pelo Instituto humanize foram disponibilizados como microcrédito para produtores rurais. Para aumentar as chances de sucesso, o FUNBIO aportou assistência técnica, capacitação, cursos e produção de vídeos, entre outros, além de contribuir para o fortalecimento institucional da Tabôa, apoiando assim a segurança do crédito e a qualidade dos resultados

A execução do projeto ficou por conta da Tabôa, em parceria com Instituto Ibirapitanga, Instituto humanize, Instituto Arapyaú e FUNBIO.

O QUE É O FUNDO DE OPORTUNIDADES?

O Fundo de Oportunidades do Probio II é um mecanismo financeiro estabelecido e gerido pelo FUNBIO que visa a impulsionar a transformação dos modelos de produção e consumo em escala de paisagem. Esse fundo foi desenvolvido para dar continuidade às ações do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (Probio II). Desde a sua criação, o fundo apoiou oito iniciativas nos estados do Pará, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, todas já finalizadas.

Estabelecido pelo FUNBIO a partir de doação inicial de R$ 13 milhões do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, o fundo opera desde 2014, quando chegou ao fim o Probio II, com o objetivo de apoiar subprojetos voltados para a biodiversidade em paisagens produtivas de larga escala. O intuito é fazer com que o fundo cresça ao longo do tempo a partir de investimentos e rendimentos de outras fontes, para que possa ser replicado em outras paisagens produtivas e setores, o que faz com que não tenha prazo previsto para encerramento.

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

EQUIDADE DE GÊNERO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MANEJO DE ESPÉCIES

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

UM MILHÃO DE ÁRVORES PARA O XINGU

Após ultrapassar a meta inicial de plantar um milhão de árvores em áreas degradadas nas cabeceiras e nascentes do Rio Xingu, em Mato Grosso, o projeto Um Milhão de Árvores para o Xingu estabeleceu, em 2020, um novo objetivo: plantar mais de 250 mil árvores até março de 2022.

Ao longo de 2021, foram realizados monitoramentos das parcelas permanentes das áreas restauradas entre 2016 e 2020 e um diagnóstico das áreas a serem restauradas antes do fim do projeto.

O primeiro ciclo do projeto Um Milhão de Árvores para o Xingu teve a parceria do FUNBIO, Rock World (Rock in Rio) e Instituto Socioambiental (ISA) e resultou em 1,32 milhão de novas árvores de espécies nativas da Amazônia em uma área de 276 hectares. Essa fase recebeu recursos doados diretamente pelo Rock in Rio, além de aporte de R$ 300 mil da Universidade Estácio e R$ 149 mil de campanhas realizadas no período de 2016 a 2018 durante a venda de ingressos para o festival.

O novo ciclo prevê o plantio de 250 mil árvores em 52,90 hectares de áreas degradadas, com recursos oriundos das entradas comercializadas.

O projeto gera renda para mais de 600 coletores de sementes que fazem parte da Rede de Sementes do Xingu, incluindo indígenas, agricultores familiares e extrativistas.

A restauração na região segue uma técnica de plantio conhecida como muvuca. Em alternativa ao plantio de mudas, sementes de espécies nativas são misturadas com adubo e areia, formando um elemento único, próprio para a formação da estrutura da floresta. A técnica é considerada mais econômica e eficiente. Com ciclos de crescimento diferentes das diversas espécies, há um maior aproveitamento do solo e do espaço.

Mudas do viveiro municipal da cidade de Canarana (MT). Foto: Rogério Assis/ISA

NDC

ODS

NOVO

RRF AMAZÔNIA

ESTRATÉGIA ARTICULADA PARA O APOIO A EMERGÊNCIAS ETNOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PARCEIROS

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

Comunitários participam de oficina de manutenção dos sistemas agroflorestais em Nova Bandeirantes (MT). Foto: Instituto Centro de Vida

Produtor durante ação de manutenção dos sistemas agroflorestais no município de Paranaíta (MT). Foto: Instituto Centro de Vida

Populações de regiões vulneráveis viram desafios cotidianos se ampliarem após a pandemia de covid-19. Segundo uma pesquisa realizada pela prestigiada revista científica *The Lancet*, essas comunidades ainda sentirão por anos os efeitos econômicos que vieram junto com o coronavírus, aumentando a desigualdade na saúde e no bem-estar, por exemplo. Para atuar contra alguns desses efeitos, foi criado em 2021 o projeto Estratégia Articulada para Enfrentar Emergências Etnoambientais na Amazônia.

A iniciativa atende populações tradicionais, ribeirinhas, agricultores familiares e povos indígenas na Amazônia brasileira afetados por desmatamento, invasões e insegurança alimentar.

O projeto é uma iniciativa da organização não governamental americana Re:Wild, instituição internacional de apoio à proteção e restauração da biodiversidade, com financiamento da União Europeia. A gestão operacional é feita pelo FUNBIO e as ações serão desenvolvidas e conduzidas pelos parceiros do projeto: Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Centro de Vida (ICV) e Projeto Saúde e Alegria (PSA).

Com duração prevista de 18 meses e atuação nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, o projeto desenvolverá, com base nas especificidades geográficas e na diversidade sociocultural de cada grupo, atividades que se dividem em quatro regiões focais.

No Território Yanomami estão contempladas a construção de soluções para segurança alimentar e desnutrição infantil no território e em comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, assim como a produção de análises e informações detalhadas sobre a mineração ilegal nesse território.

Já no Corredor de Unidades de Conservação do Xingu será trabalhado o fortalecimento da estratégia de comunicação da Rede Xingu+, articulação da sociedade civil que atua no processo de organização social de indígenas e ribeirinhos, para promoção da saúde, proteção territorial e defesa de direitos.

As atividades nessa região também fomentam o fortalecimento da articulação entre as organizações indígenas e ribeirinhas do Corredor do Xingu, visando à defesa de territórios e direitos e à promoção do bem-estar dos povos que ali vivem. Além disso, também viabilizarão ações de monitoramento, prevenção e mitigação dos impactos dos incêndios florestais no Território Indígena do Xingu (TIX) e o apoio emergencial às comunidades do TIX durante a pandemia de covid-19.

A terceira área está estabelecida na Região Ocidental do Pará, onde serão realizadas a ampliação e a consolidação das ações de coleta de sementes e restauração florestal, prestando assistência técnica e material aos territórios indígenas e comunidades tradicionais. O local também receberá ações como a expansão e estruturação da atividade de manejo de abelhas nativas e o treinamento e assessoramento de dirigentes, gerentes e membros de cooperativas e associações.

Além disso, serão feitos investimentos no Ecocentro da Economia da Floresta, uma plataforma de oportunidades socioeconômicas voltadas ao manejo sustentável da floresta, para beneficiamento, armazenamento e comercialização dos serviços produtivos e fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária.

Na Região do Portal da Amazônia – MT acontecem a diversificação de 150 hectares de produção orgânica e agroflorestal, a diversificação dos canais de venda e a mentoria e monitoramento da gestão de dez projetos comunitários.

re:wild

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

NDC

ODS

NOVO

FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · MECANISMOS FINANCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

EM PAUTA

02.09.2021 | *Estadão*
Sem Fundo Amazônia, Pará cria iniciativa estadual para tentar captar verbas

04.10.2021 | *Agência Pará*
Governo do estado assina acordo de cooperação com entidade gestora do Fundo Amazônia Oriental

Durante a COP 26 do Clima, governador do Pará, Helder Barbalho (de camisa azul), se reúne com Mauro O' de Almeida (à esquerda do governador), secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, e Manoel Serrão (em frente ao governador do Pará), Superintendente de Programas do FUNBIO. Foto: Divulgação

O Fundo da Amazônia Oriental – FAO é um mecanismo financeiro e operacional privado, criado em 2019 pelo governo do estado do Pará para financiar iniciativas que viabilizem a transição para uma economia de carbono neutro a partir de 2036. Alicerçado no programa Amazônia Agora e em ações de combate a mudanças climáticas, o FAO tem o desafio de fortalecer as políticas públicas e iniciativas socioambientais no estado, por meio do apoio a medidas que levem à redução permanente das taxas de desmatamento ilegal. Além disso, visa também a incentivar a produção e o consumo sustentáveis e a construção de um novo modelo de desenvolvimento estadual, alinhado às vocações e potencialidades das diferentes regiões paraenses.

Com 1,2 milhão de quilômetros quadrados, área similar à de um país como Angola, o Pará, com uma população de cerca 8 milhões de habitantes, é o segundo maior estado do Brasil e nele se encontra quase um quarto da Amazônia. Essas características o tornam um estado chave para a conservação da Amazônia como um todo. Considerando a dimensão territorial e a diversidade do estado, ações socioambientais nele conduzidas têm o potencial de gerar benefícios tanto ambientais quanto sociais em grande escala.

Em 2021, o FUNBIO foi selecionado como gestor financeiro e operacional do FAO e iniciou suas atividades apoiando a estruturação da governança e dos processos de trabalho. No mesmo ano, o Fundo recebeu o compromisso de doação de R$ 1 milhão do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL · iCS instituto CLIMA e SOCIEDADE · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

CONHEÇA OS EIXOS PRIORITÁRIOS DO FAO

- **META** de restaurar 7,4 milhões de hectares até 2035
- **REDUÇÃO PROGRESSIVA** das emissões totais brutas de GEE em 37% até 2030
- **REDUÇÃO PROGRESSIVA** das emissões totais brutas de GEE em 43% até 2035

COM FOCO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS: açaí, cacau, castanha e pimenta

COM FOCO EM FERRAMENTAS DE VALIDAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR); 90% das propriedades já o fizeram, mas é necessária a validação. A meta é ter em funcionamento o Terra Class Pará, ferramenta de monitoramento da regeneração florestal

“O FAO é, desde já, um passo concreto do Pará na transição do estado rumo a uma economia de baixo carbono, e com trajetória definida, no mínimo, até 2036. Com planejamento e metas claras, o fundo é um mecanismo privado que nasce da necessidade de termos novos meios para entregas públicas de maior impacto, em volume e em qualidade, sem que para isso tenhamos que abrir mão da segurança na execução. Em uma conjuntura desafiadora, que nos leva a quebrar paradigmas, a redução sustentada do desmatamento não pode ser a finalidade única da política pública, mas a consequência natural da proposta bem-sucedida de um novo modelo de desenvolvimento, baseado no uso sustentável e inteligente de nossos ativos ambientais, nos saberes tradicionais e na capacidade transformacional de políticas públicas calcadas em evidências. E é nesse contexto e sob esse desafio que mora a nossa convicção de que o FAO é uma ferramenta que alavancará o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e auxiliará o Pará nesta jornada.”

MAURO O’ DE ALMEIDA, secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MECANISMOS FINANCEIROS · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é uma iniciativa conjunta dos governadores dos nove estados que compõem a Amazônia Legal para criar e impulsionar o desenvolvimento sustentável com base em políticas e estratégias regionais comuns. Constituído como autarquia pública e em atividade desde 2019, estabelece um novo paradigma, ao reunir pela primeira vez os nove governos subnacionais da Amazônia Legal em torno da busca de soluções eficazes para os desafios da região.

Ao Consórcio estão vinculadas ações em escala regional, vinculadas a programas, projetos e ações estratégicas que visam a atingir metas conjuntas.

No mesmo ano, o FUNBIO assinou um acordo de cooperação com o Consórcio, passando a ser o mecanismo operacional e financeiro privado da autarquia, com atuação balizada pelo Planejamento Estratégico (2019–2030) e

EM PAUTA

16.07.2021 | *Valor Econômico*

Governadores lançam plano de retomada verde e esperam liberação de recursos do Fundo Amazônia

Assista ao vídeo sobre o consórcio

CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL · iCS instituto CLIMA e SOCIEDADE · instituto ARAPYAÚ · AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

Em julho, encontro com líderes dos estados oficializou o FUNBIO como gestor do consórcio. Foto: Beatriz Nadler

O governador do Maranhão, Flávio Dino, a embaixadora da França no Brasil, Brigitte Collet, Rosa Lemos de Sá, secretária-geral do FUNBIO, e Waldez Góes, governador do Amapá. Foto: Eugênio Pantoja/IPAM

pelo Plano de Recuperação Verde (PRV). Em estreita articulação com o Consórcio e seus parceiros, dois projetos que apoiam a estruturação do consórcio e a implantação do PRV já se encontram em execução.

O primeiro, com recursos provenientes do Instituto Clima e Sociedade (iCS), viabilizou a contratação, no ano passado, da Fundação Dom Cabral, que trabalha na elaboração do desenho de governança do Consórcio, estruturando o arranjo institucional e melhorando processos e procedimentos. O projeto é uma parceria do iCS, do Instituto Arapyaú e do Instituto humanize.

O segundo, apoiado pela Embaixada da França, foi assinado em abril e tem como objetivo fortalecer o eixo de freio do desmatamento ilegal, com a elaboração de um Plano Integrado do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal para o Controle do Desmatamento, tornando mais robusta a articulação de políticas de comando e controle dos nove estados amazônicos. Também com o apoio da Embaixada da França foi produzido um vídeo sobre o Consórcio, apresentado na COP26 do Clima, em Glasgow, na Escócia.

A proposta do plano é criar um planejamento conjunto que dê apoio a ações integradas para o combate ao desmatamento em áreas especialmente sensíveis, identificadas pelo consórcio, ou naquelas em que seja necessário fortalecer a ação conjunta, como o chamado arco do desmatamento.

O eixo ambiental do Consórcio conta com um mecanismo financeiro privado criado pelo FUNBIO, que assegura transparência e eficácia no uso dos recursos recebidos. A governança do Consórcio fortalece a participação social no controle e na tomada de decisões.

> “O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é uma oportunidade para construção de soluções conjuntas para os desafios encontrados na região. Por meio da união de forças de nove governos estaduais, estratégias estão sendo desenhadas e visam ao desenvolvimento de uma nova economia regional de grande impacto e influência, sustentável e de baixo carbono. O Consórcio conta com a parceria de organizações da sociedade civil, sendo o FUNBIO o parceiro na execução do mecanismo financeiro desse arranjo intergovernamental inédito, que apoia o fortalecimento das ações realizadas, previstas no Planejamento Estratégico e no Plano de Recuperação do Consórcio.”
>
> **CIRA MOURA**, secretária executiva do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal

NDC

ODS

NOVO

GCF TASK FORCE

FORÇA-TAREFA PARA O CLIMA E FLORESTAS

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Amazônia

"A abertura do caminho para um novo modelo de desenvolvimento de baixas emissões que esteja alinhado com o atendimento das demandas sociais e econômicas da Amazônia não é tarefa simples e muito menos restrita ao Estado e a um pequeno grupo de parceiros. Exige um amplo esforço de construção e mobilização política, técnica e também social. O setor ambiental está buscando ser uma mola propulsora dessas transformações. A Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas, com apoio e suporte de parceiros chave da cooperação, está trabalhando para essa finalidade."

CARLOS ARAGON, secretário executivo da Força Tarefa de Governadores para Clima e Florestas – GCF-TF no Brasil.

Secretários de estado de Meio Ambiente estiveram na COP 26 do Clima, realizada em Glasglow, Escócia. Foto: Acervo GCF Task Force

A Força-Tarefa para o Clima e Florestas (GCF Task Force) é uma rede global que reúne 38 governadores de dez países que trabalham pela conservação de florestas e redução das emissões de carbono decorrentes do desmatamento ilegal. Em 2021, o GCF Task Force apoiou o Fórum de Secretários de Meio Ambiente no desenvolvimento de mecanismos estaduais para o desenho e a implementação de ações focadas no desenvolvimento com baixa emissão de gases de efeito estufa, bem como em estratégias para o combate ao desmatamento e às queimadas, o chamado Plano de Ação de Manaus.

O fórum é composto por representantes dos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, que receberam apoio e informações para a qualificação que dá acesso ao mercado de carbono de REDD+. O mecanismo concede incentivos econômicos a países em desenvolvimento pela redução da emissão de gases de efeito estufa resultantes de desmatamento e degradação florestal.

Em decorrência disso, oito dos nove estados da Amazônia Legal submeteram propostas à chamada de projetos da Coalizão LEAF (Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance). Na COP26 do Clima, no Reino Unido, a Coalizão, lançada em 2021 por um grupo inicial de governos e empresas, anunciou o objetivo de mobilizar USD 1 bilhão para países e estados comprometidos com a proteção de florestas topicais e subtropicais.

A atuação do GCF Task Force, que tem no FUNBIO o executor de parte dos recursos destinados ao Brasil, também se estendeu ao diálogo com representantes indígenas e à capacitação de indígenas para a manutenção florestal. Houve apoio às reuniões do Comitê Regional para Parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, com significativos avanços institucionais, e à sua participação em instâncias vinculadas às políticas nacionais e internacionais, com a avaliação sobre principais desafios e oportunidades.

O GCF Task Force, que é capitaneado pela Universidade do Colorado, viabilizou a participação dos secretários de estado de Meio Ambiente no Fórum de Bioeconomia do Pará, assim como em reuniões do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, além de encontros com possíveis doadores.

Diante do sucesso, a iniciativa, inicialmente projetada para funcionar durante um ano, foi renovada em janeiro de 2022. Agora, ela também objetiva continuar as articulações entre governos estaduais e parceiros, avançando conversas sobre respostas à mudança climática.

GCF task force

NDC

ODS

82 EDUCAÇÃO AMBIENTAL
84 PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA
88 CONSERVAÇÃO DA TONINHA
92 APOIO A UCS
94 TAJ PARANAGUÁ NOVO
95 TCSA PORTO SUL
97 TAC ALSUB NOVO
98 TAC CORAL-SOL NOVO
99 FMA/RJ
100 VOLTA VERDE
101 JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA

UNIDADE DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

PARCEIROS

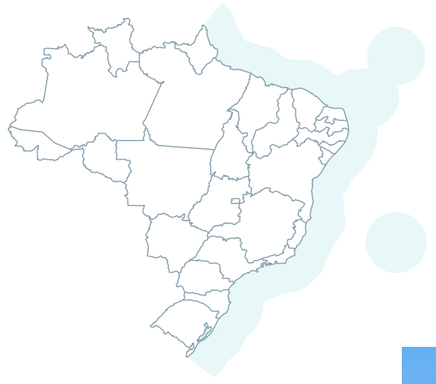
ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA VOLTADOS PARA A QUALIDADE AMBIENTAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

12

INSTITUIÇÕES APOIADAS

12

PROJETOS APOIADOS

4

CHAMADAS DE PROJETO

Em Arraial do Cabo (RJ), grupo participa de oficina sobre pesca artesanal. Foto: Mulheres Nativas

O projeto Educação Ambiental apoia iniciativas de educação e geração de renda voltados para a promoção da qualidade ambiental e socioeconômica de comunidades de pescadores no estado do Rio de Janeiro. O objetivo é contribuir para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos pesqueiros e a resiliência da pesca artesanal. Lançado em 2016, já viabilizou 12 propostas apresentadas por organizações da sociedade civil, nove das quais selecionadas em 2020 por meio de uma chamada emergencial e iniciadas em 2021: a pandemia de covid-19 inviabilizou a geração de renda em comunidades que dependiam, por exemplo, de visitantes. O apoio assegurou a continuidade das atividades, mesmo no período mais crítico da pandemia.

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, pescadores e pescadoras artesanais somam mais de um milhão de profissionais no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, a atividade é a principal fonte de renda para parte da população dos mais de 30 municípios que pontuam os cerca de 635 km de extensão do litoral. Apenas na região metropolitana do Rio de Janeiro, são aproximadamente 20 mil famílias, de acordo com estimativas feitas por líderes locais.

O tema diversidade de gênero e faixa etária está presente nos projetos selecionados, que tiveram duração de seis meses e foram divididos em três linhas temáticas: geração de renda, suporte às instituições locais e saúde mental. As atividades incluíram empoderamento feminino na pesca artesanal com até 70% de participação de mulheres, construção de um mercado tradicional liderado por jovens pescadores, além de uma escola de surf e compra de equipamento para escola municipal local em comunidade isolada economicamente desfavorecida.

Educação Ambiental Rio de Janeiro

MPF Ministério Público Federal · IBAMA MMA · anp Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis · PetroRio · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PARA CONHECER TODOS OS PROJETOS APOIADOS PELO EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CLIQUE AQUI.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os excelentes resultados atenuaram o impacto negativo da covid-19 e indicaram benefícios da extensão do apoio. Por conta disso, todos terão continuidade em 2022, o que contribuirá para a consolidação dos resultados e viabilizará o planejamento estratégico das instituições beneficiadas. As vantagens se estendem além da geração de renda: o reconhecimento do valor das atividades tradicionais promove a autoestima e contribui para a manutenção do conhecimento local.

Em meados de 2021 foi lançada uma nova chamada, com foco em instituições com baixo grau de formalização, dominantes na cadeia da pesca artesanal. Foram selecionados três projetos que apoiarão a estruturação de 13 associações e instituições comunitárias, com ações voltadas para a geração de renda e o fortalecimento institucional das organizações pesqueiras. As atividades terão início em 2022.

PROTAGONISMO FEMININO

Entre os nove projetos selecionados em 2021 há iniciativas como Mulheres Ativas, que reconhece o importante papel das mulheres na geração de renda e como guardiãs do conhecimento e de tradições de comunidades caiçaras, quilombolas e marisqueiras. Na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, o apoio a Mulheres Nativas – Cooperativa de Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Nativas da Região dos Lagos viabilizou a continuidade do trabalho com segurança sanitária — com melhoria da ventilação e das instalações físicas e a compra de EPIs — e a profissionalização da mão de obra, graças ao apoio de uma consultoria administrativa.

Criada em 2017, a cooperativa reúne pescadoras que, inicialmente, enfrentaram o preconceito ao trabalharem num barco só de mulheres. Quase cinco anos depois, o "barco das meninas", como ficou conhecido, já é respeitado pelos pares e transforma diariamente 60 kg de pescado em quitutes cuja venda gera renda para as famílias.

FANTASMAS VÃO ÀS COMPRAS

Conhecidas como redes fantasmas, elas constituem um problema ambiental: descartadas ou perdidas no fundo do mar, acabam se tornando armadilhas para animais que nelas se enroscam e acabam morrendo. Nas comunidades caiçara de Provetá e Matariz, na Ilha Grande, o projeto Caiu na Rede é... Impacto Socioambiental Positivo fez do limão limonada. Lançando mão do conhecimento acumulado ao longo de mais de oito décadas por Honorato Gonçalves de Castro, pescador desde os 13, o Instituto de Pesquisas Marinhas, Arquitetura e Recursos Renováveis (IPEMAR) e a microempresa Marulho transformaram os fantasmas em atrativas bolsas para compras, que substituem sacolas plásticas.

Filinho, como é conhecido Honorato, precisou deixar a profissão por conta de uma labirintite, mas transpôs para as bolsas as técnicas utilizadas para a costura das redes. O apoio do Educação Ambiental viabilizou a reforma de um bote para a coleta das redes e a visita a outras comunidades, para promoção de oficinas que multipliquem a transformação.

Hoje, enroscadas nas mãos de consumidores em feiras e mercados, as redes deixaram de ser fantasmas. Tornaram-se visíveis, símbolos da tradição caiçara, que dialoga com soluções sustentáveis e gera pontes entre públicos e gerações.

A realização do projeto Educação Ambiental é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é o gestor financeiro.

CONHEÇA AS BOLSAS REDE

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES · MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

PROJETO DE APOIO À PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Atobá-marrom na Baía de Guanabara (RJ). Foto: João Paulo Torres

Para promover a geração e a disseminação de conhecimento científico sobre biologia, ecologia e dinâmica populacional de espécies alvo de pesca, o projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro selecionou para apoio, de 2015, ano em que foi implementado, até 2021, 29 iniciativas distribuídas em quatro chamadas de projetos. Dez delas foram iniciadas em 2021, sendo seis com foco na conservação e uso sustentável de manguezais no estado do Rio de Janeiro e quatro visando à conservação de tubarões e raias marinhas ameaçadas de extinção. Ainda que a maioria das propostas aprovadas tivessem caráter científico, paritariamente dialogaram com atores chaves da cadeia produtiva da pesca, bem como com aspectos sociais transversais à conservação do estoque pesqueiro e ambientes marinhos e costeiros.

CLIQUE E CONHEÇA OS PROJETOS APOIADOS PELO PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

367	**20**
BOLSISTAS	INSTITUIÇÕES APOIADAS
29	**5**
PROJETOS APOIADOS	CHAMADAS DE PROJETOS ABERTAS

Pesquisa MARINHA &PESQUEIRA · MPF Ministério Público Federal · IBAMA MMA · anp · PetroRio · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Pesquisadores entrevistam pescadores e comunitários de São Francisco de Itabapoana (RJ). Foto: Tatiana Walter

Fachada do Museu Nacional (RJ) em restauração após o incêndio de 2018. Foto: Diogo Vasconcellos

No ano passado, quando finalizou um bem-sucedido ciclo de 17 iniciativas voltadas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, o projeto também firmou acordo de cooperação com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para execução do componente de Apoio ao Navio Ciências do Mar III e um contrato de apoio com a Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN) para realização do componente Apoio ao Museu Nacional, com foco nas exposições no âmbito da biologia marinha e aquisição de novo acervo científico para coleções didáticas.

O apoio às 29 iniciativas contemplou 367 bolsistas e 20 instituições. Além de reforçar a importância do investimento em pesquisa e desenvolvimento do avanço científico, gerou significativos impactos positivos, contribuindo para importantes descobertas e mudanças. É o caso, por exemplo, da alteração do período de defeso da sardinha-verdadeira nas regiões do Sudeste e Sul do Brasil, feita a partir de estudos que demostraram que o principal período de reprodução nessas áreas é durante o verão. Esse resultado permitiu a alteração da normativa que regulamenta o período de defeso da espécie. Agora, a pesca é proibida entre os meses de outubro e fevereiro, mas não mais no inverno. A espécie é considerada um dos principais recursos pesqueiros do Brasil e vem sofrendo ao longo de anos com transformações decorrentes de mudanças climáticas, principalmente em épocas reprodutivas.

Outra pesquisa inédita e com resultados fundamentais para a conservação da biodiversidade marinha foi o monitoramento inédito, por meio de chips com GPS, feito em budiões, família de peixes herbívoros que compreende espécies vulneráveis e ameaçadas de extinção. Por meio da telemetria, pesquisadores do projeto Costão Rochoso: Subsídios para o Plano de Manejo da Reserva Extrativista (RESEX) Mar de Arraial do Cabo acompanharam o deslocamento dos peixes, o que permitiu conhecer as áreas e os raios percorridos por esses animais na costa fluminense. Mediante tal mapeamento e com um retrato mais concreto sobre sua distribuição, é possível monitorar a qualidade ambiental, uma vez que o budião atua como bioindicador no controle de algas em recifes e costões. Com dados em mãos, os cientistas agora sabem quais regiões devem ser protegidas, o que pode subsidiar políticas públicas.

A realização do projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ.

APOIO AO MUSEU NACIONAL

As imagens do incêndio de grandes proporções que, em 2 de setembro de 2018, destruiu 85% do acervo do Museu Nacional ainda estão frescas na memória. O edifício principal, conhecido como Palácio de São Cristóvão, tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938, reunia mais de 20 milhões de itens os quais representavam a história natural e antropológica da América Latina e do mundo. Além disso, o Museu contava com uma das maiores bibliotecas especializadas em ciências naturais do Brasil, com mais de 470.000 volumes e 2.400 obras raras.

Vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Museu Nacional, que já foi considerado o quinto maior do mundo, trabalha para reabrir suas portas em breve. Em 2021, o projeto Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira firmou um contrato com a Sociedade Amigos do Museu Nacional para apoiar a recomposição do acervo de biologia marinha da instituição, que tinha itens de destaque como a ossada centenária de uma baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*).

Recursos do projeto serão destinados a um novo laboratório de taxidermia, para preparar animais para exposições ou estudos, o qual já começou a ser construído no museu.

Também estão previstas a reforma das instalações elétricas do prédio anexo ao Palácio Alípio de Miranda Ribeiro e a realização de projeto executivo para a reconstrução do centro de visitantes. A parceria irá permitir também que o museu volte a atuar na formação de pesquisadores e contribuir para a formação da sociedade por meio das exposições e demais atividades educativas.

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

Guaiamum na borda do manguezal.
Foto: Eduardo Almeida

Praia em Arraial do Cabo com embarcações de pescadores artesanais.
Foto: Tatiana Walter

PROTEÇÃO AOS BERÇÁRIOS DO MAR

Como resultado de uma chamada de projetos lançada no fim de 2020, o Pesquisa Marinha e Pesqueira iniciou a execução de seis iniciativas voltadas exclusivamente para a conservação dos manguezais do estado do Rio de Janeiro — onde ocupam uma área total de 14,2 mil hectares. O trabalho é realizado por meio do fortalecimento de ações identificadas como prioritárias no Plano de Ação Nacional para a Conservação do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal). Entre elas, a redução da degradação do ecossistema, da perda de habitat e dos impactos causados pela introdução de espécies exóticas nesses ecossistemas.

Conhecidos como berçários do mar, os manguezais são altamente relevantes para a cadeia produtiva da pesca e para o bem-estar social de comunidades artesanais locais, que se sustentam por meio de atividades extrativas oriundas desse ecossistema. É por meio deles que funções ecológicas importantes acontecem: a proteção da linha da costa, fenômeno que evita erosões e assoreamentos, a filtragem e retenção de sedimentos poluentes químicos e metais pesados e a alta capacidade de aprisionamento de carbono.

"O projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira representa um novo marco nas pesquisas e na conservação marinha, com destaque para o Norte do estado do Rio de Janeiro. O fomento financeiro por intermédio do FUNBIO permitiu ampliar significativamente os estudos nas áreas de biodiversidade, conservação, biologia marinha e atividades pesqueiras. O projeto não só contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas científicas de excelência, mas permitiu também a formação de recursos humanos qualificados com de bolsas de pesquisa, a aquisição de equipamentos e a construção de prédios com laboratórios de pesquisa e coleções biológicas totalmente equipados. A iniciativa tem sido vital para ampliar o conhecimento e a conservação da biodiversidade marinha, numa época de desmonte das universidades e agências de fomento à pesquisa que traz danos irreparáveis à pesquisa brasileira."

LUCIANO FISCHER, coordenador da iniciativa Multipesca: Ciência para a sustentabilidade da pesca, pescado e pescadores do Rio de Janeiro

PESQUISA MARINHA E PESQUEIRA

PONTAPÉ INICIAL PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES E TRADIÇÕES

No Brasil, há 59 espécies de tubarões e raias ameaçados de extinção. Além da pesca acidental, o grande fator ameaçador para a espécie, esse grupo apresenta maturidade sexual tardia, poucos indivíduos por gestação e crescimento lento, distribuição dos habitats restritos para fins de desenvolvimento e poluição como aspecto limitante, o que colabora para a vulnerabilidade intrínseca dos elasmobrânquios. Uma vez que esses animais possuem papel fundamental na ciclagem de nutrientes e no equilíbrio ecossistêmico, o projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira lançou em 2021 uma chamada para seleção e implementação de iniciativas voltadas para o litoral do estado do Rio de Janeiro. Foram selecionados quatro subprojetos de pesquisa e ações relacionadas à pesca sustentável e à sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação das espécies, ao longo de três anos.

Além da conservação de tubarões, foi aprovado o desenho do componente de apoio à maricultura, atividade voltada para o cultivo de organismos marinhos, entre eles vertebrados (peixes), invertebrados (mexilhões, vieiras e ostras) e algas. Considerada uma atividade econômica e alternativa sustentável à pesca predatória, pretende-se fornecer suporte à assistência técnica de pequenos negócios, além de estruturar um plano estratégico de controle e monitoramento sanitário para a cadeia produtiva da maricultura em áreas relevantes para a prática no estado do Rio de Janeiro.

Tubarão-de-recife-caribenho (*Carcharhinus perezi*). Foto: Natália Roos

PESQUISAS NO MAR

Também em 2021 foi assinado um acordo de cooperação com a UFF para a aquisição de equipamentos para o Navio Ciências do Mar III. A embarcação foi construída no Ceará, no âmbito de um projeto do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ser um laboratório flutuante para apoiar os cursos de Ciências do Mar da Região Sudeste. Entre os materiais necessários para estruturação da embarcação estão sondas, robôs submarinos e ferramentas para coletar substrato, água, material biológico e geológico.

Em breve, alunos universitários dos cursos correlatos às Ciências do Mar poderão realizar expedições marítimas de pesquisa no navio, que tem 32 metros de comprimento e conta com estrutura para três tipos de laboratórios: seco, molhado e de hidroacústica.

Navio *Ciências no Mar III* ancorado na Baía da Ilha Grande (RJ) durante a fase de testes. Foto: Marcus Rodrigues

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

CONSERVAÇÃO DA TONINHA NA ÁREA DE MANEJO I (FRANCISCANA MANAGEMENT AREA I)

Acesse a *playlist* com vídeos sobre a espécie

Cinco anos após iniciar as pesquisas sobre o golfinho mais ameaçado do Brasil, o projeto Conservação da Toninha concluiu seu ciclo em 2021, consolidado como a maior iniciativa científica coordenada sobre a espécie no Brasil. Foram inúmeros avanços e descobertas sobre a toninha nos últimos anos, desde sua ecologia, genética e dinâmica populacional até sua distribuição no litoral do país e as principais causas de mortalidade, um trabalho realizado em conjunto com pesquisadores do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Mais conhecido no Brasil como toninha, o raro golfinho de pequeno porte *Pontoporia blainvillei* é endêmico da costa do Atlântico Sul Ocidental e só pode ser encontrado na Argentina, no Uruguai e no Brasil, onde vive entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. A produção e a disseminação de conhecimento técnico e científico sobre a toninha podem contribuir para a criação e a implementação de políticas públicas de apoio à conservação da espécie, com subsídios para o Plano de Ação Nacional voltado para o animal.

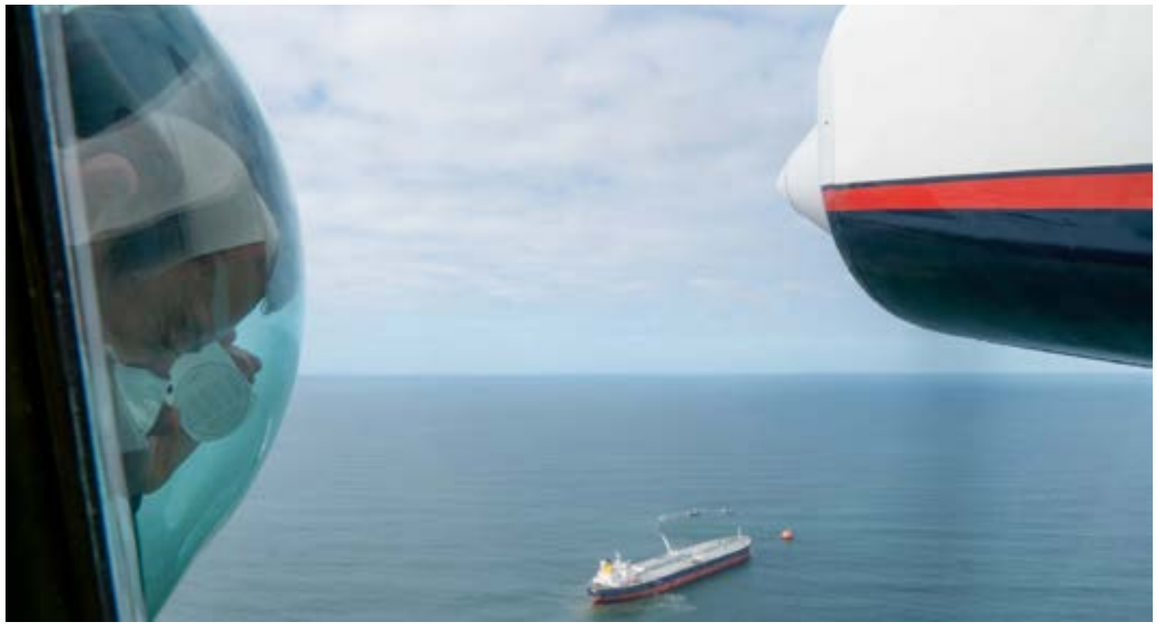
> “O projeto levou a toninha e os desafios para a sua conservação para múltiplas esferas de gestão do território, abriu portas para a construção participativa de soluções para as ameaças que afetam o oceano e sua biodiversidade. Ainda não salvamos a toninha do risco de extinção, mas sensibilizamos e engajamos olhares e atores de distintas realidades para que a rede se fortaleça e avance em termos de desenvolvimento científico, social e ambiental.”
>
> **CAMILA DOMIT**, bióloga, doutora em Zoologia e pesquisadora da Associação MarBrasil

Conservação da TONINHA · MPF Ministério Público Federal · IBAMA MMA · anp · PetroRio · FUNBIO Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

CONSERVAÇÃO DA TONINHA

Pesquisadores do GEMARS se preparam para sobrevoo de monitoramento das toninhas no Sul do país. Foto: Nilsson Barros

Monitoramento é realizado para avaliar a distribuição e as áreas de concentração das toninhas. Foto: Nilsson Barros



78
BOLSISTAS

5
INSTITUIÇÕES APOIADAS

6
PROJETOS APOIADOS

4
CHAMADAS DE PROJETOS

"Esse projeto é um marco histórico na conservação e deixa uma ponta de esperança para tentarmos conservar a toninha, um animal tão carismático. Hoje a gente tem várias imagens das toninhas nadando, desenvolvendo comportamentos que não tinham nem sido registrados antes. São informações que nos ajudarão a entendê-la um pouco melhor e a aproximar a toninha do público em geral."

JOSÉ LAÍLSON, oceanógrafo, doutor em biofísica e pesquisador do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (Maqua) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ao coletar informações, os pesquisadores planejaram o compartilhamento de conhecimento de forma a dar apoio a possíveis estratégias que minimizem o impacto decorrente da interação do cetáceo com a pesca artesanal. A morte acidental por emalhe (em que os animais se enroscam em redes e morrem asfixiados) é a principal ameaça à espécie.

O ano de 2021 foi marcado por ações de comunicação para celebrar e divulgar, entre outras, uma descoberta inédita, feita em novembro de 2020, no litoral sul do Rio de Janeiro. Na Baía da Ilha Grande, próximo ao município de Paraty, pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registraram pela primeira vez um grupo de toninhas, até então apenas uma suposição para a academia.

Há cerca de 20 anos, foram encontrados os primeiros indícios de que o local abrigava uma população da espécie, quando um crânio de *Pontoporia blainvillei* foi ali descoberto. Posteriormente, rápidas aparições não chegaram a ser registradas em vídeo e especulava-se se não seriam toninhas visitantes de Ubatuba. Para a descoberta inédita contribuíram o apoio de pescadores e o uso de drones e microfones subaquáticos. Graças ao esforço conjunto, no início do ano, foram divulgados

vídeos dessa população de toninhas.

Também com o uso de drones, que se revelaram importantes aliados na pesquisa sobre toninhas, o Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul – GEMARS lançou vídeos que revelam comportamento até então jamais visto de mães e bebês toninhas. As imagens, captadas em Ubatuba — região em que as águas límpidas permitem observar os bichos com clareza muito maior que perto da foz de rios —, mostram o trabalho de campo da equipe.

Além do flagrante inédito, o projeto também lançou no último ano o podcast *Nas ondas da toninha*, com informações científicas para pescadores artesanais. Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) prepararam oito episódios com assuntos ligados diretamente à atividade pesqueira, ao ambiente costeiro-estuarino onde atuam, e, claro, às toninhas. O programa é visto como uma forma de devolver o conhecimento para a sociedade.

Outra ação importante visando à conservação do golfinho mais ameaçado do Brasil foi a realização do primeiro Toninhathon. A maratona, conhecida popularmente pelo nome *hackathon*, em que grupos propõem soluções para os problemas apresentados, estimulou o desenvolvimento de ideias inovadoras que conversem com os principais problemas de ameaça à toninha, seja pela interação com a pesca ou pela perda de habitat.

A realização do projeto Conservação da Toninha é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é o executor do projeto.

MERGULHO VIRTUAL EM UM UNIVERSO DESCONHECIDO

Ver uma tímida e discreta toninha ao vivo não é uma tarefa fácil nem para pesquisadores, que conhecem a espécie como ninguém. Mas para aproximar o golfinho do público, pesquisadores do Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores (Maqua), da Uerj, apoiados pelo projeto Conservação da Toninha, lançaram em novembro de 2021 o virtual Museu das Toninhas.

De forma lúdica, a experiência virtual permite ao usuário interagir com as toninhas em uma mistura de registros reais da espécie no mar com imagens modeladas em 3D. Visitantes podem vivenciar a história da evolução da espécie, além de explorar sua anatomia, ecologia e hábitos de reprodução.
A iniciativa tem também o objetivo de educar a população sobre as principais ameaças ao menor golfinho do Atlântico Sul, assim como mostrar todo o trabalho que tem sido realizado por diferentes instituições para a sua conservação.

A experiência virtual do museu reproduz tons e elementos das águas da costa da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde houve a recente descoberta de uma nova população de toninhas. É possível ver os animais nadando com filhotes, além de identificar peixes e moluscos que fazem parte da alimentação do animal.

Para aumentar o engajamento do público jovem e difundir informações sobre o pequeno cetáceo, o museu inclui experiências como filtros para mídias sociais, em que é possível posar para uma foto ao lado de uma toninha. Virtualmente, é claro.
A idealização do museu partiu do princípio de aproximar a toninha do público, sob a premissa de que o conhecimento é essencial para a conservação da espécie.

CONHEÇA O MUSEU

"O projeto Conservação da Toninha propiciou avanços fundamentais para a conservação da espécie, uma vez que possibilitou conhecermos o tamanho de todas as populações de toninha que ocorrem no Brasil. E ainda possibilitou aproximar ou reaproximar pesquisadores de pescadores. Acredito que um importante legado do projeto seja o desafio de promover a discussão com as comunidades de pesca sobre a conservação da toninha."

FEDERICO SUCUNZA, biólogo, doutor em Biodiversidade e pesquisador do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS)

LINHA DO TEMPO

NDC

ODS

PARCEIROS

GOVERNO

POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

MANEJO DE ESPÉCIES

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

APOIO A UCS

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COSTEIRAS E ESTUARINAS DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

"O projeto Apoio a UCs tem papel central para a gestão do Monumento Natural das Ilhas Cagarras (MONA), pois ele possibilitou que a gestão da UC tivesse, por exemplo, pela primeira vez, uma embarcação à sua disposição, o que permitiu a implementação da presença institucional de forma constante, da fiscalização, do monitoramento da visitação e outras ações de proteção."

TATIANE RIBEIRO, gestora do MONA Cagarras

9

UCS APOIADAS

9

PROJETOS APOIADOS

Embarcação passou por testes e chegará às águas da ESEC Tamoios para operações de monitoramento. Foto: SEC Boats

O FUNBIO apoia a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha brasileira e, por meio do projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Unidades de Conservação (UCs) Federais Costeiras e Estuarinas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo – Apoio a UCs Fases I e II, fortalece o uso sustentável de recursos pesqueiros e a conservação desses ecossistemas nos dois estados.

Em curso desde 2016, tem foco na qualificação da gestão de áreas de proteção ambiental e também no apoio à estrutura física de nove UCs federais. Os recursos são provenientes de medida compensatória de responsabilidade da operadora PetroRio, prevista em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

Com o FUNBIO como responsável por sua implementação, a iniciativa inclui ações como a elaboração do plano de manejo e o fortalecimento organizacional das UCs. Em 2021, foi finalizada a construção de uma embarcação especializada para ser utilizada em monitoramento e fiscalização da Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, entre os municípios de Paraty e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Essa embarcação reforçará ações de pesquisa, fiscalização e educação ambiental em ambientes marinhos das ilhas da Baía da Ilha Grande.

Em Arraial do Cabo, também no estado do Rio de Janeiro, foram feitas novas aquisições — tais como equipamentos de mergulho, *jet-skis*, carro, carreta, entre outras — com o objetivo de estruturar e fortalecer a equipe da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo em suas atividades de fiscalização e monitoramento, bem como auxiliar nos trabalhos de pesquisa e manutenção da UC. Também foi realizado um curso de operador de drone, que contou com a participação de cinco servidores da RESEX, com o objetivo de capacitá-los para a captação e a edição de imagens e vídeos para gerar conteúdo qualificado para ações de comunicação com o público externo.

Também em 2021, tanto a RESEX quanto o Parque Nacional (PARNA) da Restinga de

apoio a UCs Conservação & Uso Sustentável

APOIO A UCS

Jurubatiba — que fica no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã — foram contemplados com contratação de planos de comunicação.

Além disso, foi finalizado o projeto executivo para construção da trilha e passarela suspensa sobre o manguezal das UCs localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim e na Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara. As duas UCs ficam situadas na porção leste da Baía de Guanabara, abrangendo parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo. A ESEC da Guanabara é considerada a área mais conservada da Baía de Guanabara, com manguezais isentos de intervenção humana.

Ainda em 2021, o FUNBIO contratou também um desenvolvedor para construir um aplicativo voltado a visitantes do Monumento Natural (MONA) do Arquipélago das Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro, Unidade de Conservação criada em 2010. O MONA, cartão-postal carioca avistável da Praia de Ipanema, preserva remanescentes insulares da Mata Atlântica e é importante área de refúgio e nidificação de aves marinhas. Ainda em desenvolvimento, o objetivo é fazer com que o aplicativo apresente informações sobre a UC, aumentando e potencializando o engajamento do público na proteção dessa região.

A realização do projeto Apoio a UCs é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ. O FUNBIO é responsável pela implementação da iniciativa.

BEM-VINDO ÀS CAGARRAS!

Quem já deu um mergulho na famosa Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, certamente contemplou as deslumbrantes ilhas que flutuam em frente à orla. Mas apesar de serem vistas diariamente por milhares de pessoas, pouca gente sabe dos tesouros que guarda o Monumento Natural das Ilhas Cagarras. Foi para apresentar sua rica biodiversidade que o ICMBio inaugurou em dezembro de 2021 a exposição *Nas Asas da Ciência — Um Voo pelas Ilhas Cagarras* no aeroporto carioca Santos Dumont.

Com curadoria do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), a mostra traz parte do acervo biológico do museu, um tira-gosto da biodiversidade do arquipélago. Além disso, a exposição contou também com fotografias, vídeos, um manequim equipado para mergulho científico e maquetes das quatro ilhas e duas ilhotas que compõem a Unidade de Conservação.

Vista da Monumento Natural (MONA) das Ilhas Cagarras (RJ). Foto: Tatiana Ribeiro

Grupo visita MONA Cagarras (RJ) para identificar potenciais de cada unidade. Foto: Tatiana Ribeiro

"O projeto Apoio a Unidades de Conservação Federais tem papel central na gestão das UCs do Sudeste em ações de proteção, como, por exemplo, a aquisição de embarcações, o que permitiu a implementação da presença institucional de maneira constante, por meio de fiscalizações, e o monitoramento da visitação."

ANDRÉ SOARES DE MELLO, gerente regional Sudeste – GR4 Sudeste do ICMBio

NDC

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · MECANISMOS FINANCEIROS

BIOMA E ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho e Mata Atlântica

NOVO

TAJ PARANAGUÁ

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ

Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais (PR). Foto: Rodrigo Torres

O Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Programa TAJ Litoral do Paraná foi criado em agosto de 2021, em decorrência de um Termo de Acordo Judicial firmado por Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, ministérios públicos estadual do Paraná e federal, com a interveniência do FUNBIO, gestor técnico e financeiro da iniciativa.

A ação civil pública que originou o Termo de Acordo Judicial – TAJ teve como objeto o vazamento de derivados de petróleo, que ocasionou o lançamento de mais de 52 mil litros de óleo diesel no meio ambiente, atingindo diretamente os municípios do litoral do estado do Paraná. O TAJ foi então firmado para encerrar ações civis públicas que tramitaram na Justiça Federal da Subseção Judiciária de Paranaguá.

A finalidade precípua do uso dos recursos é a estruturação das Unidades de Conservação do litoral do Paraná e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais existentes em seu entorno ou dentro dessas áreas protegidas. Dessa forma, o programa deverá apoiar exclusivamente ações relacionadas às prioridades para a conservação da biodiversidade do litoral do estado do Paraná, e especificamente ações estruturantes que levem a resultados efetivos em linhas temáticas já estabelecidas. A costa do Paraná é de relevante importância ecológica para a preservação da Mata Atlântica e do sistema marinho e costeiro.

O programa, destinado à conservação da biodiversidade do litoral do estado do Paraná, será inicialmente capitalizado com recursos do TAJ, executados por meio de um mecanismo financeiro e operacional privado gerido pelo FUNBIO, com prazo mínimo estimado de execução de dez anos. Esse prazo poderá ser ampliado, mediante negociação e acordo entre as partes envolvidas, e conforme as respostas positivas e o incremento de fontes de financiamento e/ou de outras carteiras voltadas à conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável do litoral do estado do Paraná.

Em 2021, o programa lançou manifestação de interesse para formação do Conselho Gestor, instância deliberativa da iniciativa. O objetivo foi identificar instituições interessadas em compor duas vagas titulares e seus suplentes para representantes da sociedade civil, além de duas vagas titulares e seus suplentes para representantes de instituição de ensino superior.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

NDC

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES · MUDANÇAS CLIMÁTICAS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA E ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho e Mata Atlântica

TCSA PORTO SUL

Litoral norte de Ilhéus (BA).
Foto: José Nazal

No Sul da Bahia estão localizados importantes remanescentes da Mata Atlântica, e o planejamento, o conhecimento e a gestão integrada são elementos chave para contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, nos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada e da APA de Itacaré-Serra Grande — áreas sob influência do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul —, o projeto TCSA Porto Sul prevê a realização de uma série de ações integradas para prevenir danos ambientais evitáveis e mitigar impactos decorrentes da instalação do projeto portuário.

O projeto é resultado do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul, assinado em 2019 pelos Ministérios Públicos da Bahia e Federal e os seguintes compromissários: o estado da Bahia, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e Casa Civil, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), o município de Ilhéus e a empresa Bahia Mineração S.A. (BAMIN). O TCSA prevê investimentos da ordem de R$ 45 milhões a serem realizados pela BAMIN até junho de 2026. E, desde 2020, o FUNBIO é o gestor financeiro dessa iniciativa.

O projeto adotará ações de planejamento territorial, monitoramento, controle, prevenção e fiscalização, assegurando assim o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos da região.

TCSA Porto Sul

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · Ilhéus PREFEITURA PARA NOVOS TEMPOS A FORÇA DO TRABALHO · BAMIN · GOVERNO DO ESTADO BAHIA. AQUI É TRABALHO. · MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA · MPF Ministério Público Federal

TCSA PORTO SUL

Região em que projeto atua concentra importantes remanescentes da Mata Atlântica. Foto: José Nazal

Elas foram iniciadas em 2021, por meio de contratações de serviço especializado de Tecnologia da Informação (TI) para aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) e aprimoramento de plataformas geoespaciais como o GeoBahia. Trata-se de um sistema de informação geográfica (SIG) na web utilizado pelas diferentes áreas técnicas do Inema no cumprimento das atividades de fiscalização, monitoramento e gestão de Unidades de Conservação, entre outras. O aperfeiçoamento dos sistemas digitais de dados inclui também o desenvolvimento do painel de monitoramento ambiental que será integrado ao módulo de monitoramento do SEIA, responsabilizando-se pelo envio de alertas de situações críticas para todo o estado da Bahia, tendo como público alvo os tomadores de decisões, bem como a sociedade civil.

Ainda em 2021, parte dos recursos foi alocada no fortalecimento do programa Harpia de Gestão da Vegetação Nativa, com enfoque na Mata Atlântica. Criado pelo Inema e alinhado às metas internacionais para enfrentamento ao desmatamento ilegal e restauração da vegetação nativa, o Harpia é uma ferramenta utilizada para o combate ao desmatamento no estado da Bahia, contemplando o monitoramento de todos os biomas que lá ocorrem.

Além das contratações para implantação de melhorias dos sistemas de TI e monitoramento da vegetação, parte dos recursos do TCSA também foram direcionados para aquisição de bens para reforço da infraestrutura de *hardware* e *software* que apoiará os sistemas em aprimoramento e para o fortalecimento de órgãos ambientais, atuantes na região de referência do projeto. Os equipamentos serão usados no monitoramento e no controle ambiental e em operações de fiscalização, conforme Protocolo Integrado de Fiscalização firmado junto ao estado.

Vale destacar também que, paralelamente, foi apoiado o Observatório Socioambiental, ONG responsável por acompanhar os resultados e desenvolver/fomentar pesquisas e estudos acadêmicos a partir dos dados coletados e recebidos e conferir à sociedade e órgãos públicos interessados amplo acesso sobre as atividades do TCSA. Com parte dos recursos do TCSA, em 2021, o Observatório fez reformas e adequações estruturais em sua sede e adquiriu *softwares* utilitários para o desempenho de suas atividades.

NOVO

PARCEIROS

ACADEMIA | EMPRESAS | GOVERNO | POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS | CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

TAC ALSUB

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ALMOXARIFADOS SUBMARINOS

Apoiar ações sociais e ambientais prioritariamente no estado do Rio de Janeiro é o objetivo do projeto, realizado com recursos do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2021 entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Petrobras, tendo o FUNBIO como gestor financeiro e operacional da iniciativa.

Ao longo dos próximos quatro anos, o projeto irá apoiar a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, a produção sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras. Além disso, também irá contribuir com pesquisas marinhas, especialmente voltadas para a conservação da biodiversidade e o controle da poluição no mar.

Em seu primeiro ano de execução, o projeto TAC Almoxarifados Submarinos lançou duas manifestações de interesse, que são chamadas públicas para identificar os atores sociais interessados em receber apoio, e, com isso, entender suas demandas antes de direcionar os recursos do projeto.

A primeira, voltada para a cadeia da pesca artesanal, busca apoiar instituições de base, como colônias de pescadores e associações de moradores. As demandas selecionadas irão elaborar e implementar projetos voltados para geração de renda, produção sustentável e fortalecimento institucional em comunidades de pescadores e maricultores artesanais que atuam na região da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro.

A segunda manifestação foi direcionada para Unidades de Conservação marinhas e costeiras federais e estaduais do Rio de Janeiro interessadas em receber bens e serviços que contribuam para a sua consolidação, manutenção e fortalecimento institucional.

Pescadores e maricultores artesanais da Baía da Ilha Grande serão beneficiados pelo projeto. Foto: Pedro Paulo Ribeiro Vieira

TAC Almoxarifados Submarinos tem atuação prioritária na Costa Verde do Rio de Janeiro. Foto: Pedro Paulo Ribeiro Vieira

Maricultura na Baía da Ilha Grande (RJ). Foto: Pedro Paulo Ribeiro Vieira

EM PAUTA

02.05.2021 | *O Globo Rio*

Petrobras assina TAC com MPF para retirada de equipamentos abandonados no fundo da Bacia de Campos

ALMOXARIFADOS NO FUNDO DO MAR

Ao longo de décadas, a Petrobras armazenou no fundo do mar da região da Bacia de Campos, no litoral norte do Rio de Janeiro, equipamentos como dutos flexíveis e componentes de sistemas de ancoragem. A ação gerou essa medida compensatória pelos eventuais danos ambientais decorrentes da utilização das áreas denominadas Almoxarifados Submarinos.

ODS

PARCEIROS

ACADEMIA · EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho

TAC CORAL-SOL

NOVO

Os primeiros registros de coral-sol no Brasil aconteceram na década de 1980. Foto: Edson Faria Júnior

Espécie invasora tem alta capacidade de reprodução. Foto: Edson Faria Júnior

Com tons fortes de amarelo e laranja, o coral-sol é uma espécie invasora cujos primeiros registros no Brasil datam da década de 1980. Com alta capacidade de reprodução, o coral do gênero *Tubastraea* spp., domina rapidamente espaços em que ocorrem espécies nativas e endêmicas, com potencial para ameaçar o equilíbrio do ecossistema marinho e suas funções.

Pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Coral-sol, estão previstas ações de monitoramento e diagnóstico das espécies *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*, além da implementação de procedimentos para detecção precoce do invasor. Para executar essas atividades, o programa estabeleceu duas iniciativas: o Projeto Suplementar para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica do Coral-sol na Baía da Ilha Grande e o Projeto para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica e Manejo do Coral-sol na Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios. Ambos irão conduzir os trabalhos levando em consideração as especificidades de cada área de atuação.

A Baía da Ilha Grande faz parte da Costa Verde do estado do Rio de Janeiro e é famosa pelas belezas naturais e pela riqueza de biodiversidade marinha. Nela está inserida a ESEC de Tamoios, uma Unidade de Conservação federal de proteção integral formada por 29 ilhas, ilhotes, lajes e rochedo que estão distribuídos, também, pela Baía da Ribeira.

O TAC Coral-sol tem como intervenientes o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), com execução do FUNBIO.

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MECANISMOS FINANCEIROS · RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Mata Atlântica

FMA/RJ

MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (RJ). Foto: José Caldas

Desenhado em 2006 pelo FUNBIO a partir de demanda da então Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SEMA), o Fundo da Mata Atlântica – FMA/RJ assegura o uso efetivo de recursos de compensação ambiental em Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais do estado. O FUNBIO foi o gestor financeiro e operacional da primeira fase do mecanismo financeiro (convênio), encerrada em 2016. Com o término, o governo abriu um chamamento público e, desde setembro de 2016, o FUNBIO é o gestor operacional da segunda fase do FMA/RJ (acordo), que tem o Bradesco como gestor financeiro.

Em 2021, foi assinado um aditivo que torna o FUNBIO executor do componente de recomposição de cobertura florestal do bioma, por meio do programa Florestas do Amanhã. Espera-se que sejam beneficiados pela iniciativa ao menos cinco mil hectares, área equivalente à de cinco mil campos de futebol. O FMA/RJ, desenhado pelo FUNBIO, atuará em Unidades de Conservação e entorno, promovendo a formação de corredores ecológicos, na adequação ambiental de pequenas propriedades rurais e em áreas de captação de água para abastecimento público.

A compensação ambiental estabelecida pela Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida como Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), é uma importante fonte de recursos complementares para a conservação da biodiversidade no Brasil. Ela é estipulada durante o processo de licenciamento ambiental, um instrumento de gestão pública que controla o impacto de atividades humanas sobre o meio ambiente. No estado do Rio de Janeiro, empresas solicitam o licenciamento ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea), que por sua vez estabelece o valor da compensação a ser paga, com base em estudo de impacto ambiental.

Até o fim do convênio, em novembro de 2016, o FMA/RJ apoiou 99 projetos destinados a 50 Unidades de Conservação (UCs) estaduais, municipais e federais, área de 506 mil hectares. Os 99 empreendimentos que aderiram ao FMA/RJ totalizam R$ 295 milhões, dos quais R$ 285 milhões foram recebidos, R$ 183 milhões alocados, R$ 163 milhões solicitados e R$ 114 milhões executados, 84% dos recursos.

Secretaria do Ambiente · inea instituto estadual do ambiente · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS GOVERNO SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

BIOMA

Mata Atlântica

VOLTA VERDE

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE VOLTA REDONDA

Com atividades como a substituição de espécies exóticas por nativas na Ilha de São João e um jardim botânico que proporciona ao público a experiência de contato com vegetação representativa dos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado e Caatinga, o Programa de Conservação da Natureza de Volta Redonda (Volta Verde) chegou ao fim em 2021, tornando mais verde o maior município do Sul Fluminense. O programa, iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi realizado com recursos originados de um Termo de Compromisso Ambiental firmado pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Volta Redonda e o FUNBIO, gestor da iniciativa.

Com área aproximada de 180 km² e população em torno de 270 mil habitantes, Volta Redonda viu a cobertura vegetal ser ampliada com apoio do programa. Além da Ilha de São João, foram adquiridos insumos para subsidiar a meta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Volta Redonda de arborizar 100 quilômetros de vias públicas. O Jardim Botânico Municipal Antonieta Barreira Cravo dispõe de ciclovia, parque infantil, academia ao ar livre, trilhas para caminhada, churrasqueiras e fonte ativada pelos visitantes ao pisarem no mecanismo que a aciona.

Iniciado em 2018, o programa recebeu R$ 5,4 milhões para a execução das metas acordadas, cumpridas já em 2020.

Público que for ao Jardim Botânico Municipal Antonieta Barreira Cravo terá contato com vegetação representativa da Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado e Caatinga. Foto: Denis Monteiro

Jardim Botânico Municipal Antonieta Barreira Cravo, em Volta Redonda (RJ). Foto: Denis Monteiro

NDC

ODS

PARCEIROS

EMPRESAS · GOVERNO · POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS · CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS

BIOMA E ECOSSISTEMA

Costeiro-marinho e Mata Atlântica

JANELAS DO PARQUE ESTADUAL RESTINGA DE BERTIOGA

Parque Estadual Restinga de Bertioga (SP). Foto: Francisco Cammarota Paulino

Unidade existe desde 2010 para proteger biodiversidade local. Foto: Francisco Cammarota Paulino

O projeto Janelas do Parque Estadual da Restinga de Bertioga apoiou ao longo de dois anos iniciativas que promoveram a melhoria da qualidade de vida e incrementaram a renda de três comunidades do entorno do parque — Vila da Mata, Entorno do Rio Guaratuba (núcleos Carvalho Pinto, Barreira do Itaguá e Porto da Aracy) e Chácaras do Balneário Mogiano —, localizado no litoral norte do estado de São Paulo.

Criada em 2010, essa Unidade de Conservação (UC) protege a biodiversidade do corredor ecológico que conecta a Serra do Mar aos ambientes costeiros e marinhos, em nove mil hectares que abrangem 98% dos remanescentes de mata de restinga da Baixada Santista.

O projeto foi implementado em parceria com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, instituição da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo criada com a finalidade de contribuir para a conservação, o manejo e a multiplicação das florestas de produção e das UCs estaduais.

Em 2021, foram adquiridos e entregues os últimos bens previstos no projeto, tais como uma embarcação do tipo voadeira, reboque rodoviário, máscaras, placas de sinalização, rádios para comunicação e outros equipamentos que visam a auxiliar a gestão administrativa do parque.

Além disso, foram realizadas 12 oficinas presenciais, quatro em cada uma das três comunidades beneficiadas, com o objetivo de resgatar e valorizar os saberes dos moradores, identificar seus desejos, estimular o desenvolvimento de atividades sustentáveis e contribuir para a geração de renda local.

As oficinas promoveram um processo participativo para a construção de planos de ação com foco em três eixos: turismo de base comunitária, meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e produção e beneficiamento de recursos florestais não-madeireiros nas comunidades (chamados produtos de quintal). No fim das oficinas, foram entregues nove planos de ação — três para cada comunidade nos três eixos —, com objetivos específicos, atividades e subatividades, prazos e metas, responsáveis e parceiros potenciais, e recursos necessários.

Os recursos para financiar o projeto tiveram origem em um Termo de Acordo Judicial (TAJ) celebrado entre a empresa L. Figueiredo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e o Ministério Público Federal de São Paulo. O FUNBIO atuou como gestor financeiro e operacional dos recursos.

NDC

ODS

AGÊNCIA GEF FUNBIO

PARCEIROS

ACADEMIA · GOVERNO · SOCIEDADE CIVIL

LINHAS TEMÁTICAS

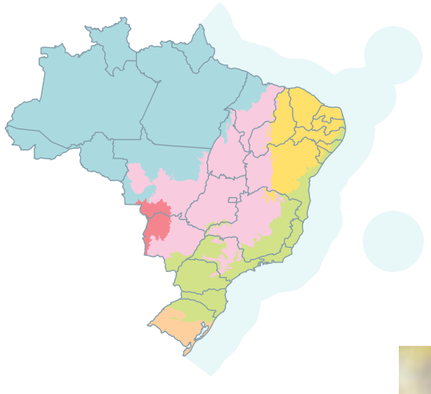
CAPACITAÇÃO DE EQUIPES E PARCEIROS · EQUIDADE DE GÊNERO · FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE PARCEIROS · MANEJO DE ESPÉCIES

BIOMAS E ECOSSISTEMA

Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro-marinho, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal

PRÓ-ESPÉCIES

PROJETO ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO



Bombus terrestris. Foto: Ola Jennersten

Em 2021, oito Planos de Ação Territorial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAT), instrumentos chave para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, começaram a ser implementados em cinco biomas de 13 estados, graças ao apoio do projeto Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies. Todos com um único objetivo: ir contra as ameaças à fauna e à flora.

Primeira iniciativa implementada pela Agência GEF FUNBIO, o projeto tem como foco pelo menos 290 das 3.286 espécies de animais e plantas listadas oficialmente em risco de extinção na categoria Criticamente em Perigo (CR). Elas são alvo porque não ocorrem em Unidades de Conservação (UC) nem contam com Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), descritos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como "um instrumento de gestão, construído de forma participativa, para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido".

A coordenação do Pró-Espécies é composta pelo MMA, o FUNBIO como agência implementadora, e o WWF-Brasil como agência executora, com apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês para Global Environment Facility Trust Fund). O projeto conta com apoio técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAs).

13
ESTADOS

5
BIOMAS

ERRATA: No Relatório Anual 2020, em Pró-Espécies (página 89), divulgamos que o PAT Xingu ficava em Mato Grosso, estado com uma das duas espécies de mamíferos que estão criticamente em perigo e fazem parte do projeto. Na verdade, o PAT Xingu fica no Pará e a espécie citada, a *Caluromysiops irrupta*, é encontrada em Rondônia.

PRÓ ESPÉCIES Todos contra a extinção · WWF · FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE FUNBIO · gef · Governos Estaduais: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. · JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO · ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA · IBAMA MMA · MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Pituna xinguensis. Foto: Leandro Melo de Sá

QUATRO NOVOS PATS

Em 2021, foram publicados quatro novos PATs: PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste (RS), PAT Xingu (PA), PAT Capixaba-Gerais (ES/MG) e PAT Meio Norte (PA/MA/TO), totalizando a publicação de oito PATs que passaram para a fase de implementação, com duração de cinco anos. Os planos são instrumentos nacionais que identificam e priorizam ações de conservação para as espécies e seus ambientes, em cumprimento a metas nacionais e internacionais de biodiversidade. Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e Tocantins são os estados contemplados pelos novos PATs.

O PAT Chapada Diamantina-Serra da Jiboia promoveu sua primeira de duas expedições científicas para mapear o território e espécies ameaçadas de extinção, além de coletar mais de 400 amostras de plantas. O foco desse PAT é a proteção de 27 espécies de flora e fauna ameaçadas e sua implementação beneficiará outras 399 na Caatinga e na Mata Atlântica da Bahia. A expedição também trabalhou na divulgação do plano nas comunidades locais para criar o fundamental engajamento da população.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o PAT Planalto Sul beneficiará 22 espécies da Mata Atlântica. Em 2021, foram realizadas expedições que resultaram na descoberta, em Caxias do Sul (RS), de uma nova população de cacto (*Parodia rechensis*), ameaçado de extinção. Também com foco em espécies do mesmo bioma e ainda da Caatinga e do Cerrado de Minas Gerais, o PAT Espinhaço Mineiro — que contempla 24 espécies de flora e fauna — irá promover ações de incentivo ao extrativismo sustentável de plantas decorativas não ameaçadas para comercialização, visando a reduzir a pressão sobre as espécies ameaçadas. Com formações de 2,5 bilhões de anos, a Serra do Espinhaço abriga rica biodiversidade e também atrações turísticas como a Serra do Cipó e Serra do Caraça.

Já o território do PAT Capixaba-Gerais encontra-se 99% sob domínio da Mata Atlântica,

PLANTA RARA É REDESCOBERTA DEPOIS DE 38 ANOS

Depois de 38 anos sem ser registrada na natureza, a *Pleroma hirsutissimum*, espécie rara que só pode florescer em Cabo Fio e Arraial do Cabo, municípios do Rio de Janeiro, foi redescoberta no Parque Estadual da Costa do Sol em Cabo Frio (PECS), do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). O achado foi resultado de uma série de expedições realizadas no fim de 2020, com a confirmação da espécie acontecendo no início de 2021.

A espécie da família das quaresmeiras foi encontrada na natureza pela equipe do Plano de Ação Nacional para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada de Extinção do Estado do Rio de Janeiro (PAN Flora Endêmica do RJ), coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), em parceria com Inea e Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro — por meio do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), após uma série de expedições realizadas no âmbito do projeto Pró-Espécies.

Ao longo do ano, a equipe do PAN Flora Endêmica do RJ também realizou estudos para a produção de mudas da *Pleroma hirsutissimum*, planta endêmica da restinga do Parque Estadual Costa do Sol em Cabo Frio e categorizada como Criticamente em Perigo (CR) no estado do Rio de Janeiro. A última vez em que a planta havia sido registrada foi em 1982.

Além disso, a equipe do PAN Flora Endêmica realizou, entre fevereiro e julho, atividades no Vale do Paraíba, em busca de espécies da categoria CR que não possuem instrumentos de conservação e espécies endêmicas ameaçadas do Rio de Janeiro. Nas expedições de campo, que aconteceram na área verde do Horto Central Florestal de Santos Lima (HCFSL), Morro da Torre, Pedra Dubois e o distrito de Santo Antônio do Imbé, foram coletadas 41 espécies para cultivo e 55 espécies para depósito em herbário.

Pleroma hirsutissimum. Foto: Inara Batista

PRÓ-ESPÉCIES

8

PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (PAT)

290

ESPÉCIES DE ANIMAIS E PLANTAS CLASSIFICADAS COMO CRITICAMENTE EM PERIGO (CR)

1

PLANTA RARA REGISTRADA

Aechmea caesia. Foto: Inara Batista

e 1% em área de transição savânica, com uma diversidade de ambientes em bacias hidrográficas do Espírito Santo e Minas Gerais, além de floresta nativa, savânica, rochosa e área de transição. Contempla 216 espécies alvo de fauna e flora, incluindo anfíbios, aves, invertebrados, peixes e répteis.

No Pampa, o PAT Campanha Sul e Serra do Sudeste, no Rio Grande do Sul, visa a melhorar o estado de conservação de 30 espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção na categoria CR. O plano prevê ações que incluem a promoção de boas práticas de manejo, o controle de espécies invasoras e o fortalecimento de fiscalização e pesquisa. Em 2021, foi lançada uma revista digital interativa que conta a história de Vera, moradora da região, que sente um orgulho profundo pela riqueza natural do Pampa gaúcho. A ação contribui para o engajamento de populações locais.

O PAT Xingu visa à conservação de oito espécies ameaçadas na Amazônia do Pará, que têm como principal ameaça a crescente perda e alteração do habitat devido à expansão da agricultura, pecuária, empreendimentos hidrelétricos e mineração. Contempla a proteção de conhecidas espécies vegetais como o pau-cravo — que se acreditava extinta até 2002, quando foi encontrado um exemplar da planta — e o jatobá.

Já o PAT Meio Norte, focado igualmente na Amazônia e em uma região de transição com o Cerrado, abrange Maranhão, Pará e Tocantins e, em 2021, definiu ações de pesquisa, capacitação, conservação e fortalecimento da legislação ambiental. O plano tem foco em três espécies da flora e nove da fauna. Entre elas, o mutum-penacho ou mutum-pinima (*Crax fasciolata pinima*), ave reencontrada em 2017, depois de quase 40 anos sem ser registrada, e um ciclídeo (*Crenicichla cyclostoma*), espécie que habita fundos de riachos tropicais do Baixo Tocantins, muito sensível à devastação das matas ciliares.

Ainda em 2021, o PAT Cerrado Tocantins, lançado em 2020, registrou avanços. O plano visa à conservação de nove espécies de flora e fauna e beneficia indiretamente outras 65 espécies, como a harpia, o lobo-guará e a onça-pintada. Adicionalmente, coletou amostras para o monitoramento em laboratório de espécies alvo e para a propagação de plantas, contribuindo para as primeiras germinações da *Bromelia braunni*, espécie rara do Cerrado, que conta com apenas cinco registros na região sul de Tocantins e norte de Goiás.

Além dos PATs, o Pró-Espécies aprovou o apoio do ICMBio à implementação de um plano piloto que desenvolverá ações de combate a espécies invasoras, como é o caso do peixe-leão, um predador originário do Oceano Indo-Pacífico e exótico no Oceano Atlântico. Espécie comumente importada por aquaristas graças ao grande impacto visual que provoca, é venenosa, não encontra aqui predadores e já causa danos consideráveis à biodiversidade de outras regiões em que se tornou invasora, entre elas o Caribe. Os primeiros registros aconteceram no final de 2020 no arquipélago de Fernando de Noronha. Ao longo de 2021, o Pró-Espécies teve apoio do ICMBio Noronha na implementação de um projeto piloto para a detecção precoce e resposta rápida do peixe-leão em Fernando de Noronha. Essa contribuição incluiu capacitação e sensibilização da comunidade, controle e monitoramento da espécie na região e divulgação de informações para outras UCs, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do MMA.

Ainda no mesmo tema, o Pró-Espécies apoiou a realização da primeira consulta a especialistas para atualizar a lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil e produzir uma segunda lista de espécies exóticas que não possuem populações estabelecidas no país e são prioritárias para prevenção, detecção precoce e resposta rápida. O levantamento também foi feito para colher informações para a elaboração do Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida de Espécies Exóticas Invasoras (PNADPRR).

ODS

CRÉDITOS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
Helio Hara
Ana Clara Gualda
Isabelle Costa

EDIÇÃO
Helio Hara

REVISÃO
No Reino das Palavras

PROJETO GRÁFICO
Luxdev — Giselle Macedo

Publicado em abril de 2022.

Agradecemos o envolvimento de toda a equipe do FUNBIO na produção e na revisão deste material e também dos parceiros, que gentilmente cederam imagens para compor este relatório.

Capa
Libélula, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 8
FOTO 1: Reserva Extrativista de São João da Ponta (PA). Foto: Victor Moriyama/FUNBIO
FOTO 2: Cerca de 27 milhões de pessoas vivem em regiões de Caatinga. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO
FOTO 3: Rio Pardo, Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG). Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO
FOTO 4: Parque Nacional do Juruena se divide entre os estados de Mato Grosso e Amazonas. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO
FOTO 5: Ubatuba (SP). Foto: Helena Wolfenson/FUNBIO
FOTO 6: Parque Estadual dos Três Picos (RJ). Foto: José Caldas/FUNBIO
FOTO 7: Muriqui-do-sul no Parque Estadual Carlos Botelho (SP). Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO
FOTO 8: Pescador na cidade de Torres (RS). Foto: Nilsson Barros

Página 16
JANEIRO:
FOTO 1: TFA atua com indígenas da etnia Kayapó. Foto: Instituto Kabu
FOTO 2: Galinha-do-mato (*Formicarius colma*). Foto: Diego Guimarães

FEVEREIRO:
FOTO 1: Caatinga. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO
FOTO 2: Caatinga. Foto: Marizilda Cruppe/FUNBIO

MARÇO:
FOTO 1: Pescador artesanal. Foto: Nilsson Barros
FOTO 2: Budião-azul. Foto: Ronaldo Francini

ABRIL:
FOTO 1: Baía da Ilha Grande (RJ). Foto: Helena Wolfenson/FUNBIO
FOTO 2: Maricultura na Baía da Ilha Grande (RJ). Foto: Pedro Paulo Ribeiro Vieira

Página 17
MAIO:
FOTO 1: Educação Ambiental abriu chamada de projetos para geração de renda para pescadores do Rio de Janeiro. Foto: Francyne Vieira
FOTO 2: Mata Atlântica também lançou sua primeira chamada em 2021. Foto: Rodolfo Cabral/FUNBIO

JUNHO:
FOTO 1: Bolsista Ariane Vieira em campo. Foto: Arquivo pessoal
FOTO 2: Espécie *Giant anteater* também é objeto de estudo de bolsista. Foto: Arquivo pessoal

JULHO:
Mulheres participaram da primeira ação de campo do projeto Tradição e Futuro na Amazônia. Foto: Instituto Kabu

AGOSTO:
Família de micos-leões-dourados em Silva Jardim (RJ). Foto: Andréia Martins/AMLD

Página 18
SETEMBRO:
FOTO 1: Evento com governo do Pará oficializou o FUNBIO como gestor financeiro do FAO. Foto: Divulgação
FOTO 2: Castanha-do-brasil, encontrada também no Pará, durante beneficiamento. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

OUTUBRO:
Litoral do Paraná. Foto: Rodolfo Cabral/FUNBIO

NOVEMBRO:
Coral-sol ameaça biodiversidade da costa brasileira. Foto: Edson Faria Junior

DEZEMBRO:
Lixo encontrado no litoral brasileiro. Foto: GerminAção

Página 41
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. Foto: Victor Moriyama/FUNBIO

Página 52
Ajustes na irrigação do campo. Foto: Fernanda Fidelis/REM MT

Página 81
Foto: Eduardo Gouvêa

Página 83
FOTO 1: Integrantes do Mulheres Nativas transformam pescados em outros alimentos, como bolinhos de peixe e hambúrguer. Foto: Carem Abreu/Mulheres Nativas
FOTO 2: Marisqueiras da Rasa se preparam para assembleia. Foto: FUNDAR
FOTO 3: Pescadoras beneficiadas pelo Mulheres Nativas em alto mar na cidade de Arraial do Cabo (RJ). Foto: Mulheres Nativas
FOTO 4: Bolsa é feita a partir do reaproveitamento de redes fantasmas retiradas do fundo do mar. Foto: Sam Manhães/Caiu na Rede

Página 102
Pseudolaelia cipoensis. Foto: Filipe Soares de Souza

ACESSE O SITE DO FUNBIO